



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Caroline Souza de Quadros

A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA AS CLASSES ABASTADAS

Porto Alegre, maio de 2011.

Caroline Souza de Quadros

A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA AS CLASSES ABASTADAS

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio David Cattani

Porto Alegre, maio de 2011.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me possibilitar uma formação acadêmica em uma universidade pública e de qualidade. À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a viabilização desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que me oportunizou a realização desse curso de mestrado. Em especial, aos professores, pela contribuição à minha formação, e aos funcionários, pela dedicação constante.

Ao meu orientador, Antonio David Cattani, por me incentivar a ingressar no curso de mestrado, por me dar a liberdade de tomar decisões próprias na pesquisa e pelos conselhos e orientações precisos.

A todos que conviveram comigo nessa caminhada, familiares e amigos, pelo apoio e incentivo. Em especial, aos meus pais, pelo suporte que me deram do decorrer de toda a minha trajetória acadêmica.

RESUMO

Esta dissertação estuda aspectos da constituição e formação de parcelas do espaço urbano próprias das classes abastadas – bairros ditos nobres, determinados *shopping centers*, condomínios fechados de alto padrão, ruas elegantes. Buscou-se contribuir para o conhecimento acerca das relações e dinâmicas que as camadas sociais mais ricas estabelecem com o espaço urbano, criando ou redefinindo áreas privilegiadas. Este trabalho consiste num estudo de caso de um espaço emblemático da cidade de Porto Alegre, a rua Padre Chagas, rua esta reconhecida como um espaço próprio das classes abastadas nos seus momentos de lazer e de socialização, tendo um público frequentador de perfil sócio-econômico relativamente homogêneo. Em linhas gerais, os objetivos da pesquisa buscavam compreender como este espaço público, mesmo preservando características de abertura e livre acesso, se constituiu num espaço seletivo. Investigou-se a formação da rua Padre Chagas e do bairro a que pertence, o perfil dos seus frequentadores, seus hábitos e preferências. A metodologia de pesquisa consistiu em estudo sobre a história rua e do bairro, realização de entrevistas com proprietários e gerentes dos estabelecimentos comerciais da rua e observações no local. A constituição da rua tal como hoje é conhecida implicou em transformações no seu perfil funcional (de exclusivamente residencial para residencial combinado ao comercial) e no seu ambiente construído. Essa transformação atendeu, portanto, à necessidade de manter o processo de acumulação do capital a partir da produção e transformação do espaço urbano. Todavia, um outro conjunto de aspectos ajudam explicar a atual configuração da rua: aqueles que dizem respeito a barreiras sutis e invisíveis que impedem o acesso e a permanência da população mais pobre nesse espaço público. Viu-se, assim, que o perfil abastado dos frequentadores está relacionado não só ao fato de a rua se localizar num bairro tradicionalmente de alto padrão, como também a questões de controle e territorialidade exercidos pelos moradores do bairro e pelo público cativo à rua, que determinam quem é considerado apropriado para estar ali e quem não é bem-vindo.

Palavras-chave: Sociologia Urbana. Classes abastadas. Produção do espaço urbano.

ABSTRACT

This study is about aspects of the constitution and formation of the parts from the urban space that is destined to wealthy class – rich neighborhoods, shopping centers, well-heeled condominium and elegant streets. The intention was to make a contribution for the knowledge about the relations and dynamics that the wealthier social stratification establishes in the urban space, creating and redefining privileged areas. This dissertation consists in a study of an emblematic space from Porto Alegre city, the street called Padre Chagas, which is known as a place where the wealthy class has moments of leisure and socialization. It's a place that attended a public with a relatively homogeneous socioeconomic profile. Broadly speaking, the aim of the research sought to understand how this public space constitutes itself in a selective space. The formation of Padre Chagas Street and the neighborhood in which it belongs, the profile of its goers, their habits and preferences were investigated. The methodology research was constituted in a study about the street and the neighborhood's history, interviews with the owners and managers of the business establishments located in the street, and local observations. The formation of the street how it is nowadays, suffered some transformations in its functional profile – from residential only to residential combined toward commercial – and in the place that was constructed. The transformation attended, therefore, the necessity of maintain the process of the capital accumulation from the production and the transformation of the urban space. Nevertheless, there is other kind of aspects that helps to explain the current street's configuration: the subtle and invisible barriers which prevent the access and permanence of the poorest population in this public space. So, it was possible to realize that the wealthy profile of the goers is not related only with the fact of the street being in a neighborhood traditionally known as wealthy, but also it is related with controlling and territoriality questions made by the residents of the neighborhood and by the goers, that settle who fits in the street and who does not.

Keywords: Urban Sociology. Wealthy class. Production of urban space.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 – O município de Porto Alegre com sua divisão em bairros; destacado em vermelho, o bairro Moinhos de Vento e, em amarelo, o Centro Histórico.....	65
Imagem 2 – O Prado Independência, em foto do início do século XX.....	68
Imagem 3 – Foto de satélite, com as ruas limítrofes à Hidráulica do Moinhos de Vento destacadas pelo círculo vermelho.....	69
Imagem 4 – A Hidráulica do Moinhos de Vento, em foto de 1939.....	70
Imagem 5 – Vista da rua 24 de Outubro mostrando a verticalização do bairro e a reunião de residências, serviços e comércios (os dois edifícios mais à direita na foto são de apartamentos residenciais).....	81
Imagem 6 –Exemplo de uma antiga mansão preservada, mas adaptada para uso comercial.	82
Imagem 7 – Mapa mostrando a confluência das ruas Padre Chagas, Félix da Cunha e Olavo Barreto Viana, bem como a proximidade da primeira com a rua 24 de Outubro.	85
Imagem 8 – O edifício do Sheraton Porto Alegre Hotel em foto tirada da Padre Chagas.	89
Imagem 9 – Antigas residências adaptadas para receber empreendimentos comerciais são a marca da rua: a residência com fachada em marrom abriga um armazém de alimentos finos no que era uma garagem e, no andar superior, um restaurante; a residência em laranja serve como espaço para um antiquário.....	92
Imagem 10 – Um dos “pólos” da Padre Chagas, a Listo e a Torta de Sorvete são exemplos dos estabelecimentos que trazem a marca da rua: a presença de pessoas nas mesas dispostas nas calçadas, em momentos de lazer e socialização.....	94
Imagem 11 – Exemplos dos carros de prestígio e do segmento especializado que circulam na rua: acima, um Porsche Carrera; abaixo, um Porsche Cayman.	98
Imagem 12 – A Padre Chagas se mostra como um espaço agradável.....	105
Imagem 13 – Os estabelecimentos comerciais da Padre Chagas demonstram preocupação e cuidado com a boa apresentação do ambiente, inclusive o externo. Na foto, a área externa do Café do Porto..	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	11
1.1 A produção do espaço urbano na sociedade capitalista	13
1. 2 Os agentes envolvidos na produção do espaço urbano: agentes econômicos privados, Estado e sociedade.....	17
1. 3 A expressão das relações sociais no espaço urbano	25
CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO DAS CLASSES ABASTADAS	29
2. 1 Discussão sobre denominações dos estratos sociais “superiores”	29
2. 2 Formas de apropriação da cidade pelas classes abastadas	34
2. 3 A produção de espaços diferenciados para as classes abastadas.....	49
2. 4 A criação de fronteiras e a constituição de territórios das classes abastadas	60
CAPÍTULO 3 – O MOINHOS DE VENTO E A RUA PADRE CHAGAS: O BAIRRO E O ESTUDO DE CASO	64
3. 1 O bairro Moinhos de Vento: sua formação, história e configuração atual	64
<i>3.1.1 O desenvolvimento do Moinhos de Vento: a abertura de ruas e a implantação de equipamentos e instituições públicos e privados.....</i>	<i>66</i>
<i>3.1.2 Surge um novo bairro para as elites porto-alegrenses.....</i>	<i>72</i>
<i>3.1.4 Panorama atual do Moinhos de Vento.....</i>	<i>80</i>
3.2 A Padre Chagas.....	84
CAPÍTULO 4 – A PADRE CHAGAS COMO ESPAÇO PARA AS CLASSES ABASTADAS.....	91
4. 1 Quem é o público da Padre Chagas	94
4.2 O que é o espaço da Padre Chagas	104
4.3 A constituição de um espaço para as classes abastadas.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130

INTRODUÇÃO

Em 2007, pela primeira vez na história da humanidade, mais de 50% da população mundial passou a residir em aglomerações urbanas. No Brasil, este percentual é, atualmente, superior a 80%. O desenvolvimento urbano tem hoje dimensões extraordinárias e se impõe como uma realidade complexa e instigante. Longe de se constituírem em espaços homogêneos e pacificados, as cidades contêm e traduzem desigualdades e contradições, exigindo especial atenção por parte do pensamento sociológico. Entre outras dimensões, a Sociologia Urbana pode contribuir para analisar e explicar como, nesses espaços específicos, as relações sociais se desenvolvem e se transformam.

Não por acaso, foi nas décadas de 1960 e 1970 que a Sociologia Urbana surgiu e ganhou grande impulso no Brasil: esse foi justamente o período em que a população urbana passou a ser maioria no país e em que os problemas decorrentes da intensa e desregrada urbanização se tornavam evidentes. Após um relativo abandono da temática urbana na Sociologia, recentemente esse campo de estudo tem ganhado força. Todavia, permanece uma lacuna, que se faz presente na disciplina em geral, e não somente na linha de pesquisa urbana: há carência de estudos sobre a habitação, os modos de vida, as experiências e vivências específicas das camadas sociais de altos rendimentos. Numerosos estudos se concentram nas camadas sociais mais pobres, que vivem em habitações precárias, em zonas de risco, em áreas segregadas, em periferias urbanas distantes de serviços importantes e de seu local de trabalho, em dependência de um transporte coletivo insuficiente e dispendioso. Tais questões são, sem dúvida, importantes, mas não correspondem a toda a realidade que tem lugar nas cidades: a cidade também comporta as experiências e vivências das camadas sociais mais privilegiadas, que vivem em habitações confortáveis, em zonas bem estruturadas e valorizadas, em regiões próximas a centros de comércio e serviços e que contam com a facilidade de deslocamento via automóvel para suplantar as distâncias. Numa perspectiva relacional, entende-se que a cidade privilegiada é o outro lado da cidade pobre. Esse outro lado não é, necessariamente, a representação da solução para a cidade precária, mas uma formação social e espacial que se deu concomitante à formação desta. Não é assim, uma solução, mas uma contrapartida; encará-la como solução é

encobrir os efeitos da desigualdade social, que privilegia poucos e penaliza grandes contingentes.

Assim, este estudo pretende explorar as relações e dinâmicas específicas estabelecidas pelas camadas sociais mais ricas – as classes abastadas – em relação ao espaço urbano, um aspecto que recebe pouca atenção dos estudos sociológicos. Uma pergunta genérica motivou essa pesquisa: por que as classes abastadas habitam, circulam, consomem e usufruem seus momentos de lazer em determinados espaços da cidade, e não em outros? Dado seu grande poder aquisitivo, as camadas sociais mais privilegiadas, ao contrário dos pobres, podem optar onde habitar, circular, consumir, passar seu tempo. Mais especificamente, surgiram questionamentos sobre a constituição e formação de parcelas do espaço urbano próprias (e reconhecidos como próprias) das classes abastadas – por exemplo, bairros ditos nobres, determinados *shopping centers*, condomínios fechados de alto padrão, ruas elegantes. Quando se observa tais espaços, percebe-se que o espaço urbano é desigual, que não é livremente ocupado e apropriado por quaisquer pessoas, que comporta diferenças e desigualdades que exprimem as relações sociais extremamente desiguais da nossa sociedade.

Para esta dissertação, optou-se por fazer um estudo de caso num espaço emblemático em Porto Alegre: a rua Padre Chagas, localizada no bairro Moinhos de Vento. A principal curiosidade sobre o caso é o fato de ser um espaço público, aberto e de livre acesso, mas que é reconhecido como um espaço próprio das classes abastadas, que a frequentam nos seus momentos de lazer e de socialização, consumindo nas lojas, cafés, restaurantes e bares da rua. Considera-se que a rua Padre Chagas, portanto, representa um caso interessante, por não se tratar de um espaço criado com a clara intencionalidade de atrair determinado público – como ocorre na criação de um *shopping center*, por exemplo –, mas um espaço que adquiriu as características atuais por ações e processos mais espontâneos e menos planejados.

Optou-se por fazer um estudo baseado no entendimento do que é o espaço da Padre Chagas e de como ele se constituiu. O objetivo geral da pesquisa consiste, portanto, em entender como um espaço público, a rua Padre Chagas, se constituiu num espaço para as classes abastadas. Os objetivos específicos da pesquisa consistem em:

- investigar a formação e o desenvolvimento da Padre Chagas e do bairro a que pertence, o Moinhos de Vento, para compreender os processos que levaram a rua a ter suas características atuais;
- verificar o perfil dos frequentadores da rua, para certificar-se de que ela é, de fato, um espaço para as classes abastadas, e não um espaço heterogêneo do ponto de vista socioeconômico;
- identificar os hábitos e as preferências dos frequentadores da rua, a fim de entender os atrativos que a Padre Chagas oferece para as classes abastadas;
- averiguar que características, aspectos, fatores, processos etc. são responsáveis por fazer da rua um espaço apropriado sobremaneira pelas classes abastadas.

Esses elementos permitem embasar uma futura análise sobre as dimensões relacionais que existem em espaços socialmente diferenciados. Ao formar e usufruir de espaços exclusivos, as classes abastadas podem ignorar os problemas que afetam a vida urbana em geral; por meio de seus prepostos da esfera pública, podem orientar investimentos urbanos que preservam seus privilégios em detrimento da qualidade de vida do conjunto da sociedade.

Para dar conta de tais objetivos, o estudo contemplou a pesquisa da história da rua e de seu bairro, analisando sua ocupação e urbanização, bem como as transformações mais recentes. Outra etapa consistiu na realização de entrevistas e de observações, para entender em que se constitui o espaço da Padre Chagas hoje. As entrevistas foram semi-diretivas e realizadas com proprietários e gerentes dos estabelecimentos comerciais localizados na rua. Para haver uma delimitação precisa, considerou-se como área de estudo somente a rua Padre Chagas, embora algumas vias transversais e adjacentes, em especial a rua Fernando Gomes, também abriguem estabelecimentos semelhantes¹. Foram considerados apenas os estabelecimentos propriamente “de rua”, excluindo-se aqueles que se localizavam

¹ Pelo fato de ruas adjacentes e próximas à Padre Chagas apresentarem estabelecimentos semelhantes e atrair o mesmo perfil do público que a rua em questão, torna-se difícil estabelecer uma demarcação que não possa ser considerada relativamente arbitrária e insuficiente. A circunscrição da área de estudo unicamente à rua Padre Chagas consiste, portanto, numa opção metodológica, visando evitar, por exemplo, que a área estudada fosse tão expandida a ponto de ficar descaracterizada.

no interior de galerias e privilegiou-se os que seriam mais responsáveis em fazer da rua um espaço de lazer, de encontro, de socialização – as lojas, os cafés, os restaurantes, os bares. O roteiro semi-estruturado contemplava questões que conduziam os entrevistados a falar sobre o público da rua, seus hábitos, preferências, características e os atrativos que viam no local. Optou-se por entrevistar os gerentes e proprietários dos estabelecimentos da rua porque considerou-se que uma entrevista com os frequentadores teria que ser por demais abrangente para abarcar satisfatoriamente a relativa diversidade do público (diversidade não no sentido socioeconômico, mas quanto à faixa etária, o motivo de visitar a rua, os estabelecimentos que costumam frequentar). Já os entrevistados escolhidos poderiam falar de maneira ampla sobre os frequentadores na condição de informantes, pois, pela atividade que exercem, detêm conhecimento sobre seus clientes, a clientela potencial que a localização oferece, as preferências e exigências de tal clientela, as potencialidades e vantagens da rua para determinado empreendimento etc. Foram realizadas 10 entrevistas presenciais, todas com garantia de anonimato²; houve tentativa de uma entrevista por e-mail, mas, a experiência não se mostrou satisfatória.

Antes e concomitante ao período de realização das entrevistas, também foram realizadas observações sobre a rua, visitas esporádicas ao local para observar seus frequentadores, a rotina de movimento, os espaços com maior concentração de pessoas, confrontar alguns relatos das entrevistas com minha percepção. A atividade de observação foi beneficiada pelo fato de eu própria não conhecia bem o local, tendo frequentado a Padre Chagas apenas uma vez antes da realização da pesquisa. Por fim, colhi também informações junto à diretoria da associação de moradores do bairro, a Moinhos Vive!, para conhecer possíveis ações em prol da rua, bem como entender de que forma os moradores do bairro se posicionam diante do fato de ter, no seu bairro, uma rua que atrai grande movimento de pessoas.

As hipóteses da pesquisa são as seguintes:

- a Padre Chagas é um espaço das classes abastadas, dada a relativa homogeneidade socioeconômica de seus frequentadores (isso não

² Não é feita, na dissertação, qualquer menção ao nome dos entrevistados ou dos estabelecimentos comerciais aos quais correspondem. Também não é feita distinção do gênero do entrevistado.

significa, contudo, que pessoas de rendimentos mais modestos, por motivos variados, frequentem a rua);

- embora seja um espaço público aberto, a Padre Chagas apresenta características semelhantes aos espaços privados de convívio coletivo, apontados pela bibliografia como espaços preferenciais para a realização de atividades opcionais e sociais das classes abastadas. Entre essas características, estão: a homogeneidade socioeconômica de seus frequentadores; a elaboração de símbolos de *status* e a criação/reforço de distâncias sociais; a seleção de público “espontânea” realizada pelo (altos) preços dos produtos e serviços ofertados; e a existência de estratégias de controle do acesso e permanência no espaço da rua de pessoas consideradas indesejáveis;
- mais do que uma transformação do espaço urbano para manter o nível de acumulação de capital, o que explica a constituição da rua num espaço para as classes abastadas foi um aspecto eminentemente social: a formação de um território das classes abastadas, onde aqueles que dominam o espaço se utilizam de estratégias sutis e veladas para engendrar controle simbólico, delimitar fronteiras e elaborar identificações que distinguem um “nós” e um “outro” (ou “outros”).

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. Os dois capítulos iniciais são basicamente teóricos, enquanto os dois últimos são voltados para os aspectos empíricos da pesquisa. O primeiro capítulo busca estabelecer uma concepção do espaço urbano enquanto produto de relações sociais, explorando aspectos concernentes à produção do espaço urbano nas sociedades capitalistas para, por fim, compreender que processos resultam num espaço diferencial e desigual. O capítulo seguinte destina-se basicamente a discutir a relação que as classes abastadas estabelecem com o espaço urbano. Os últimos dois capítulos são baseados na pesquisa empírica: o primeiro apresenta e mostra como se deu o desenvolvimento do bairro Moinhos de Vento e a rua Padre Chagas, enquanto o último destina-se a analisar o espaço da rua da estudada como um espaço das classes abastadas.

CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O espaço não pode ser tomado como um dado, algo pronto e acabado, que corresponde unicamente ao conjunto dos elementos nele dispostos. O espaço geográfico é formado não somente por sistemas de objetos, mas também por sistemas de ações, que formam um conjunto indissociável, solidário e, ao mesmo tempo, contraditório. No entendimento de Santos (2006), os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, herança tanto da história natural, como da ação humana que se objetivou – florestas, lagos, montanhas; hidrelétricas, rodovias, cidades. Formam uma exterioridade, visto que se criam fora do homem e se tornam instrumento material de sua vida. As ações, por sua vez, são aquilo que caracterizam o homem, sendo sempre dotadas de objetivos, finalidades, pois são resultados de necessidades, sejam elas naturais ou criadas. Tais necessidades podem ser de ordem material ou imaterial, econômica, social, cultural, moral e afetiva. As ações não se restringem aos indivíduos, sendo também próprias de empresas, instituições etc.

Sistemas de objetos e sistemas de ações têm uma existência mútua e estão em contínua interação, constituindo um espaço dinâmico, sempre em transformação:

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002, p. 39).

Estando em interação, os sistemas de objetos e os sistemas de ações não podem ser considerados isoladamente, mas sempre num quadro único. Assim, os objetos não nos permitem o conhecimento quando tomados à parte dos sistemas de ações, pois sua reprodução refere-se não somente a condições técnicas de num dado momento histórico, mas também a condições sociais específicas. Do mesmo modo, os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos, uma vez que as ações não se geografizam indiferentemente, havendo sempre uma relação entre o valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza (SANTOS, 2006).

A partir dessa concepção de que o espaço geográfico é constituído pela interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, compreende-se que o

espaço comporta não somente aquilo que é físico, mas também as relações sociais. Essa noção é fundamental para compreender o espaço urbano como um espaço produzido a partir das interações, êxitos e derrotas das lógicas, interesses e estratégias de agentes diversos – indivíduos privados, classes, instituições, setores sociais específicos, o Estado – em mútua influência com os objetos, isto é, a materialidade do espaço.

Seguindo a trilha de Lefebvre (2002), pode-se afirmar que o essencial do urbano reside na sua centralidade: o urbano é constituído da reunião de objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades, situações, pessoas, multidões. Justapõe, superpõe e acumula tudo, objetos e ações (em consonância com as asserções de Santos [2006]), criando uma situação urbana em que as diferentes coisas são colocadas em relações. É característico do espaço urbano reunir o espontâneo e o artificial, a natureza e a cultura (reunião representada pela simulação da natureza presente nos jardins, nos parques).

Ainda conforme o pensamento de Lefebvre (2002), o urbano é característico das sociedades contemporâneas. Isso porque, embora as cidades não sejam algo novo, tendo existido em suas diversas formas ao longo da história (a cidade antiga, a cidade comercial, a cidade industrial), e a despeito das continuidades identificáveis entre esses diferentes tipos, cada uma dessas formas apresentam suas especificidades, dado que são solidárias a relações de produção específicas. Assim,

[...] cada modo de produção “produziu” [...] um tipo de cidade, que o “exprime” de maneira imediata, visível e legível no terreno, tornando sensíveis as relações sociais mais abstratas, jurídicas, políticas, ideológicas (LEFEBVRE, 2002, pp.33-34).

A sociedade contemporânea é uma sociedade pós-industrial no sentido estrito de que nasce da industrialização e a sucede, mas é, sobretudo, uma sociedade urbana. Cabe destacar, contudo, que essa sociedade urbana é resultado da urbanização completa, e, nesse sentido, não é um fato consumado, uma realidade acabada; é, antes, uma tendência, uma orientação, uma virtualidade. A revolução urbana corresponde ao conjunto de transformações por que passam as sociedades contemporâneas, nas quais ainda predominam questões de crescimento e industrialização, até o contexto em que se terá concretizado a sociedade urbana. Nesse sentido, Lefebvre (2002) inverte a perspectiva dominante de que a

urbanização é resultado da industrialização: na verdade, é esta que se constitui numa etapa, um momento intermediário e um instrumento da urbanização, que é o fenômeno dominante. A hipótese teórica do autor pretende destacar que uma visão crítica ao urbano exige uma noção mais complexa, concebendo-o como um objeto virtual ou possível. Para compreender a sociedade atual, é preciso reconhecer que ela se encontra em transição, em processo, e que ultrapassa a questão da industrialização.

O espaço urbano, por conseguinte, é um espaço característico de e produzido por uma sociedade capitalista. E, nesse sentido, pode-se generalizar dizendo que qualquer porção desse espaço “é objeto de relação dentro do sistema de relações que compõe o modo de produção e reprodução capitalista” (FURTADO, 2003, p. 57).

1.1 A produção do espaço urbano na sociedade capitalista

A produção do espaço não implica necessariamente produzir uma estrutura particular (nova), mas também transformar uma estrutura já existente (FURTADO, 2003). O espaço urbano, enquanto produto histórico e social, é fruto do trabalho humano, um trabalho permanente de transformação do espaço efetuado ao longo de sucessivas gerações. Logo, é impossível identificar e destacar, no espaço, qualquer elemento permanente, mesmo seus elementos naturais “primeiros”, pois uma transformação qualquer na natureza, efetuada num dado momento histórico, pode ser transformada novamente, e assim sucessivamente (DÉAK, 1985 apud FURTADO, 2003).

A produção do espaço urbano se insere no processo de organização espacial, aliada à regulamentação de seu uso. Tal produção pode se dar pela expansão do desenvolvimento urbano, ou simplesmente pela transformação do espaço. Se, nos estágios iniciais do desenvolvimento urbano, a produção se desenvolve predominantemente pela anexação de novos territórios, atualmente implica cada vez mais na transformação de espaços já constituídos, transformação esta que é essencial para manter e reproduzir o processo de acumulação de capital (FURTADO, 2003).

A compreensão de que a produção do espaço urbano por si mesma é vital para a manutenção e auto-reprodução do capitalismo enquanto modo de produção foi uma contribuição original de Lefebvre (2002). Este autor identificou uma transformação no capitalismo, com a inserção do espaço inteiro na produção da mais-valia, através da compra e venda de parcelas suas. Importante destacar que o que é vendido não é simplesmente o solo ou a terra, mas o espaço social, produzido a partir de relações de produção com o exato objetivo de servir à reprodução do capitalismo. Desta forma, o espaço não é mais simplesmente um meio, mas objeto da produção e da formação da mais valia; há uma produção global e total do espaço social. Conforme o autor,

Atualmente, o caráter social (global) do trabalho produtivo, isto é, das forças produtivas, transparece na produção social do espaço. Há poucos anos, não se podia imaginar outra produção que não fosse a de um objeto localizado, aqui ou ali, no espaço: um objeto usual, uma máquina, um livro, um quadro. Hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas de espaço (LEFEBVRE, 2002, p. 142).

Esta conquista do espaço pelo capital, segundo o autor, foi a resposta a um relativo esgotamento do capitalismo industrial: a especulação imobiliária, as grandes obras, a compra e venda do espaço à escala mundial foram os alentos encontrados pelo capital para a manutenção da acumulação de capital. De circuito principal da formação de mais-valia, a produção industrial passou à condição de segundo setor, suplantado pelo setor imobiliário que, de contingente, tornou-se essencial.

A produção do espaço urbano por si mesmo é necessária da medida em que sua constante transformação implica novos investimentos que sustentam um nível de produção, mantendo o processo de acumulação. Assim, capitais investidos no passado são destruídos por novos investimentos, no presente (FURTADO, 2003). O equilíbrio entre a preservação do valor dos investimentos passados e sua destruição para abrir espaço novo para acumulação é delicado, mas é uma necessidade do capitalismo superá-lo (HARVEY, 2005). Assim, se, como veremos adiante, a aglomeração urbana tem efeitos úteis para o capital, o próprio sistema capitalista procura dividir, esfacelar tais efeitos, diminuir sua duração, a fim de incorporá-los à esfera de produção mercantil (LOJKINE, 1981):

A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação (HARVEY, 2005, p. 53).

A utilidade, para o capitalismo, da produção de um espaço urbano não reside somente aí, mas também na função prototípica da cidade, qual seja, a de formar um agregado geográfico unitário, que sirva à produção, circulação e consumo de mercadorias (FURTADO, 2003). É a centralidade – essência do urbano para Lefebvre (2002) –, servindo à produção e circulação de capital. Conforme Lojkine (1981), um espaço constituído na forma de aglomeração urbana é importante para responder à necessidade e tendência constantes do capitalismo de diminuir o tempo de produção e de circulação do capital. O solo urbano assume, assim, um valor de uso específico, o da capacidade de aglomerar, combinando socialmente os meios de produção e os meios de reprodução de uma formação social.

A cidade aparece assim como efeito direto da necessidade de economizar as falsas despesas de produção, as despesas de circulação e as despesas de consumo a fim de acelerar a velocidade de rotação do capital e, portanto, de aumentar o período em que o capital é valorizado (LOJKINE, 1981, p. 153).

Na eliminação dessas despesas, a provisão de infra-estrutura de transportes e comunicação – vias, cabos, tubulações, redes aéreas e subterrâneas etc. – assume um papel essencial, uma vez que cria um espaço homogêneo, ainda que diferenciado. Essa infra-estrutura coletiva e a criação de um espaço homogêneo foram indispensáveis para o processo de unificação do mercado, visto que possibilitam minimizar os custos de transporte de bens e força de trabalho – objetos, informações e pessoas (FURTADO, 2003). Ademais, sua implantação e suas melhorias atuam como capital fixo que assume o papel de pré-condição geral para a produção capitalista, criando uma paisagem à imagem do capital que acentua a acumulação progressiva de capital futuro (HARVEY, 2005).

Entretanto, dado que, como visto anteriormente, o espaço urbano é constituído pelo trabalho de permanente transformação ao longo da história, a estrutura urbana de um determinado momento não é um produto imutável. Isso porque transformações nas necessidades do sistema produtivo demandam transformações no espaço e nas suas infra-estruturas fixas a fim de adaptar o

espaço físico às necessidades de cada momento. Assim, uma estrutura qualquer, implantada para atender a uma necessidade específica, pode se tornar, num momento futuro, antagônica, devido a mudanças na dinâmica de acumulação e o crescimento social (FURTADO, 2003). Surge, então, a necessidade de negociação entre a preservação de investimentos passados e sua destruição para abrir frente a novos investimentos.

Além disso, o espaço urbano abriga meios de consumo coletivo – hospitais, escolas, transporte público – que são auxiliares necessários e indispensáveis, do ponto de vista social, à reprodução global das formações capitalistas. Os meios de consumo coletivo servem à formação ampliada da força de trabalho, que tem efeitos decisivos, mas somente indiretos e verificáveis a longo prazo (ainda que não mensuráveis), sobre a produtividade do trabalhador (LOJKINE, 1981).

Lojkine (1981) desenvolve uma atualização do conceito de condições gerais da produção elaborado por Marx. Para Marx, as condições gerais da produção definem a relação entre o processo imediato de produção (a unidade de produção) e o processo global de produção e circulação do capital. Essas condições gerais são necessárias à reprodução global do capitalismo, pois permitem a socialização das forças produtivas e, em Marx, correspondem aos meios de comunicação e transportes – meios de circulação material. Para Lojkine (1981), entretanto, as condições gerais de produção englobam também os meios de consumo coletivo e a própria concentração espacial dos meios de produção (do capital, isto é, os meios de consumo individuais) e de reprodução (da força de trabalho, ou seja, os meios de consumo coletivo). E, por sua vez, é na cidade capitalista que se encontra uma crescente concentração dos meios de consumo coletivos (que criam um modo de vida “urbano”), bem como o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de produção e de reprodução. Desta forma,

[...] a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – em outras palavras a cidade – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização [...] é componente essencial (LOJKINE, 1981, p. 137 - grifos do autor).

Segundo a perspectiva aqui adotada acerca da produção do espaço urbano nas formações capitalistas, esse processo é permeado por contradições. Elas são identificáveis, por exemplo, na tendência a que um espaço produzido para corresponder às necessidades do capital num dado momento histórico se torne, futuramente, um empecilho para o processo de acumulação. Uma contradição importante é que a fragmentação do espaço urbano em parcelas, para torná-lo mercadoria disponível à compra e à venda, inserindo-o na esfera de reprodução do capital, entra em choque com o caráter coletivo do valor de uso do espaço, com a possibilidade de apropriação livre do espaço por qualquer agente, público ou privado. Assim,

Conseqüência da apropriação privada do solo, a fragmentação desse valor de uso, do qual por definição o consumo só pode ser coletivo, vai tornar-se um obstáculo, no interior do modo de produção capitalista, para o desenvolvimento das forças produtivas sociais (LOJKINE, 1981, p. 164 - grifo do autor).

Ademais, a apropriação privada forma uma estrutura espacial urbana relativamente estática, dificultando a estruturação e transformação do espaço urbano para sua utilização eficiente do ponto de vista da acumulação do capital.

1. 2 Os agentes envolvidos na produção do espaço urbano: agentes econômicos privados, Estado e sociedade.

Como já visto, o espaço é um produto social e histórico, formado por sistemas de objetos e sistemas de ação e construído no curso das gerações. Na produção desse espaço, são inúmeros os agentes envolvidos. As esferas pública e privada interagem continuamente no processo de produção do espaço urbano, sendo este, portanto, o resultado de decisões espontâneas de empresas e indivíduos privados no espaço urbano e da atuação do Estado capitalista. A fim de melhor explorar a atuação e o papel dos diversos agentes na produção do espaço urbano, optou-se por separar essa multiplicidade de agentes em três esferas distintas: agentes econômicos privados, Estado e sociedade (indivíduos privados).

O Estado joga um papel chave na produção do espaço urbano. Primeiro, sua atuação é necessária para resolver os problemas do uso do solo advindos das decisões privadas, solucionando os conflitos particulares e suprindo a falta de preocupação social dos agentes privados (FURTADO, 2003). Ademais, o Estado também resolve problemas originados pela própria dinâmica – contraditória – de produção do espaço urbano na sociedade capitalista, que gera continuamente crises e entraves ao processo de acumulação.

Segundo Lojkine (1981), seriam três os pontos de entraves da urbanização capitalista: a falta de financiamento dos serviços públicos desvalorizados; a falta de coordenação dos diversos agentes da urbanização; e a contradição entre o valor de uso coletivo do solo e sua fragmentação pela renda fundiária. É nesses três pontos de crise e ruptura que a intervenção do Estado permitiu resolver problemas permanentes que, para os agentes capitalistas individuais, seriam insolúveis. Entretanto, dado que são problemas permanentes, as respostas do Estado permitem soluções apenas de curto prazo, evitando processos anárquicos que podem minar o desenvolvimento urbano.

O Estado se vê obrigado a financiar determinados serviços públicos desvalorizados tais como sistemas de infra-estrutura e equipamentos urbanos para uso coletivo, pois o mercado, sozinho, não provê determinados serviços não lucrativos. Assim, redes de esgoto e de energia, iluminação pública, abertura e pavimentação de vias, sistemas de transportes etc. são implantados pelo poder público não na forma de mercadorias, mas na forma de investimentos de capital intensivo, fixo e indivisível. Essa implantação, quando realizada de forma correta, garante condições favoráveis para investimentos lucrativos para o setor privado (FURTADO, 2003), permitindo ao capitalismo enfrentar o desenvolvimento de todas as condições gerais da produção (LOJKINE, 1981). Dessa característica do Estado capitalista de prover infra-estrutura e serviços públicos básicos, resulta que o Estado joga um papel dominante na produção do espaço urbano, uma vez que, a cada transformação do espaço, surgem novas necessidades, que demandam melhorias nos equipamentos urbanos (FURTADO, 2003).

Falar de problemas na coordenação entre as ações dos agentes que atuam na urbanização implica reconhecer, na contramão de uma perspectiva liberal, que a produção do espaço urbano, mesmo num contexto de total liberalização das ações

do mercado, não flui de forma auto-regulada e sem interesses contraditórios. Num contexto sem qualquer intervenção estatal no uso do solo urbano, a única regulação provém do mecanismo de preço e a da interação oferta-procura, sendo o propósito primeiro extrair o maior retorno possível num determinado período de tempo. Todavia, a busca pela maximização do lucro pelos empreendedores privados pode resultar tanto num consumo dispendioso e rápido de recursos (gerando problemas para as gerações futuras) como em negligência quanto à provisão de serviços e infra-estrutura urbana necessárias (FURTADO, 2003).

Desta forma, compreende-se que o capitalismo não reproduz, de forma espontânea, todas as condições necessárias à sua existência e que a atuação de empreendedores privados, muitas vezes, entra em choque com a necessidade de garantir determinadas condições gerais necessárias à reprodução global do capitalismo (no caso da produção do espaço urbano, infra-estrutura e determinados serviços públicos). É necessária a intervenção estatal, através do planejamento urbano, regulamentação do uso do solo e taxações – e, num extremo, expropriações e uso da força policial – para, por exemplo, conciliar interesses contraditórios e suprir a falta de preocupação social dos agentes privados. O mesmo se pode dizer quanto à contradição existente entre o valor de uso coletivo do solo e sua fragmentação pela renda fundiária. O papel do Estado de regulador do uso do solo urbano, ao visar sua eficiente utilização, permite, também, minorar os efeitos nocivos da segmentação do espaço urbano à reprodução global do capitalismo e à socialização das forças produtivas (FURTADO, 2003).

Como mostra Furtado (2003), o planejamento urbano tornou-se uma prática internacional de organização do processo de urbanização somente no final da década de 1920, para reduzir efeitos perniciosos de uma urbanização pouco controlada. Atualmente, devido ao imperativo da necessidade de desenvolvimento urbano, a ação do poder público na organização espacial tem efeitos mais amplos, na medida em que se tornou instrumento de “desenvolvimento urbano”. “Ainda assim, apesar do seu papel crucial, este tipo de intervenção tem permanecido, virtualmente, incapaz de lidar com os reais problemas urbanos” (FURTADO, 2003, pp. 70-71). Isso porque, do mesmo modo que na questão da falta de financiamento dos serviços públicos, as ações do Estado sobre os problemas de coordenação entre os agentes privados e sobre a fragmentação do espaço urbano caracterizam-

se como soluções imediatas, de resultados somente a curto prazo, sem, contudo, pôr fim às contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Embora tenha sido explorado primeiramente a atuação do Estado na produção do espaço urbano, devido ao seu papel primordial, deve-se destacar que, numa economia de mercado, as regras e critérios desse processo de produção são aquelas definidas socialmente no mercado. Igualmente, se a intervenção estatal assume um papel importante regulação dessa produção, esta é conseguida, numa primeira instância, pelo mercado. Assim, o poder público atua em complementação (necessária, importante frisar) à regulação característica do mercado.

O espaço urbano se organiza através da sua produção e regulamentação. O instrumento de produção e regulamentação do espaço próprio do mercado é o preço de localização, que implica considerar que cada terreno urbano, na condição de mercadoria no interior do processo de acumulação do capital, tem um preço conforme a sua localização no espaço. As obras públicas e a legislação do uso do solo são os dois grandes meios de organização próprios do Estado. Combinam-se, assim, na produção do espaço urbano, mecanismos de mercado com intervenção estatal, regulação econômica com regulação jurídica, sendo o preço de localização o pivô dessa articulação. É também sobre o preço de localização que vai influir diretamente o balanço (variável conforme o período histórico) entre as forças de mercado e a intervenção estatal (FURTADO, 2003).

A intervenção do Estado, assim, circunscreve as condições de competição. No caso do zoneamento, pode-se citar o exemplo de uma legislação que delimite uma zona de ocupação exclusivamente residencial: nessa área, o preço das localizações será circunscrito pela competição entre usuários residenciais. No que se refere às obras públicas, estas têm o potencial de (re)valorizar o solo para investimentos privados, alterando os preços de localização (FURTADO, 2003). De fato, tanto a regulamentação como o suporte estrutural fornecido pelo Estado promove e tendenciosa eixos de desenvolvimento urbano, valorizando imóveis e o solo, de maneira que os agentes imobiliários ajustam investimentos em determinados produtos e áreas geográficas de acordo com isso, direcionando padrões de construções para certas localizações (UEDA; NORMANN; ROLIM, 2005). Tal fato demonstra como as ações estatais se encontram, frequentemente, perpassadas por muitos e diversos interesses privados.

Em alguns casos, porém, a ação do Estado pode até mesmo se sobrepor aos interesses imediatos do mercado a fim de manter um determinado padrão de urbanização e de organização do espaço, seja por interesses ditos sociais, seja por ter em vista a manutenção das condições necessárias à reprodução global do capitalismo. No primeiro caso, podem ser citadas como exemplos as normas visando à salubridade das habitações, os regimes urbanísticos mais rigorosos em áreas de preservação ambiental e a regularização fundiária e reurbanização em áreas invadidas pela população de baixa renda. Quanto ao segundo, um exemplo são as expropriações forçadas para abertura ou duplicação de vias e a imposição de ocupação compulsória para evitar a formação de vazios urbanos que sejam destinados à especulação imobiliária. Nesses casos, as condições impostas pela intervenção estatal reprimem completamente o mercado e dois de seus princípios básicos: o direito de propriedade e as formas livres de contrato. Isso ocorre porque é o Estado que tem tanto a responsabilidade com o interesse coletivo de garantir a viabilidade e reprodução do sistema capitalista como os instrumentos (e a legitimidade) necessários para realizar essa ação coletiva (FURTADO, 2003).

O resultado da ação combinada do Estado e dos empreendedores privados é um espaço diferencial³, ou seja, um sistema composto de diferentes vantagens locacionais, com diferentes valores de uso, que tem no preço de localização seu produto (FURTADO, 2003). Este é determinado em conformidade com o valor de uso de cada localização – residencial, industrial, comercial –, dado que os atributos conhecidos como vantagens locacionais variam em cada caso.

Da produção de um espaço diferencial, resulta, muitas vezes, um espaço urbano desigual. E, dado que esse espaço é produzido não somente pelos mecanismos de mercado, mas também pela intervenção estatal, fica claro que essas desigualdades são resultados da ação desses dois agentes.

Se o preço de localização depende de suas vantagens locacionais, os terrenos urbanos que apresentem maiores vantagens terão um preço maior. E, assim, os mecanismos de mercado discriminam aqueles que não têm poder de consumo no mercado, funcionando em favor dos mais ricos. Portanto, aqueles cuja

³ A noção de espaço diferencial aparece já em Lefebvre (2002). Para o autor, o urbano, ao reunir objetos, produtos, pessoas, multidões, forma um espaço de contrastes, oposições, superposições e justaposições. É, portanto, dessa reunião que emergem e se instauram as diferenças no espaço.

renda não está em conformidade com os padrões estabelecidos pela racionalidade do mercado são excluídos do mercado formal (FURTADO, 2003), visto que os empreendedores privados não têm interesse em investir em obras não lucrativas.

No que se refere à ação do Estado, as desigualdades no espaço podem ser motivadas por três aspectos diferentes. Um primeiro deles diz respeito à possibilidade de o Estado favorecer determinados grupos ou classes, de forma mais ou menos deliberada, nas intervenções urbanas que realiza. Isso pode ocorrer devido à influência de poderosos grupos oligopolizados, à pressão dos estratos sociais mais favorecidos ou mesmo devido ao fato de que, se o Estado se responsabiliza por resolver problemas que podem colocar em risco a reprodução do sistema capitalista, uma preocupação primordial será intervir de forma a beneficiar a acumulação de capital. Desta forma,

Reduzir a intervenção estatal a um simples mecanismo de “adaptação” funcional da estrutura capitalista às contradições sociais que ela engendra é esquecer o caráter contraditório, no âmbito do MPC [modo de produção capitalista], do desenvolvimento do conjunto das condições gerais da produção. [...] Longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meio de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exarcebá-la, tornando-se um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital (LOJKINE, 1981, pp. 170-171)

Outro aspecto concerne à tendência à expulsão dos estratos sociais de menor renda em áreas mais beneficiadas por investimentos estatais. As obras do Estado são frequentemente financiadas através do estabelecimento de taxas e tarifas ou aumento de impostos, de modo que, se uma área é favorecida por investimento do poder público em infra-estrutura, alguns proprietários podem se ver incapazes de arcar com as novas despesas. Além disso, numa economia de mercado, a tendência é que uma área que receba benefícios tenha seus terrenos valorizados, atraindo um novo estrato social mais poderoso economicamente para a área. Nos dois casos, via de regra, o resultado é a expulsão do estrato de menor renda (FURTADO, 2003). Importante lembrar que essa situação se configura, usualmente, num sistema de causação circular. Com a expulsão daqueles de menor renda, cria-se uma área valorizada pelas suas externalidades positivas ocupada predominantemente por uma população de alto rendimento. Essa concentração de poder aquisitivo, por sua

vez, tem impacto sobre as decisões do Estado, tanto pelo poder político (enquanto capacidade de influenciar decisões públicas) representado pela população residente quanto porque essas áreas se mostram mais economicamente viáveis a novos investimentos públicos, que serão financiadas por novas tarifas ou impostos (VETTER; MASSENA, [1982]).

Por fim, um último aspecto se refere à dificuldade que o Estado tem em ajustar investimentos em área de composição heterogênea em termos de poder econômico dos proprietários. Por exemplo, uma benfeitoria executada pelo poder público numa parte da cidade ocupada por uma população de renda média-alta e outra de renda baixa será compensada por uma taxa única, para todos os proprietários? Nesse caso, ocorrerá a provável expulsão das camadas de mais baixa renda. Todavia, se o Estado optar por fazer uma taxação variável conforme a renda, a decisão pode ser considerada injusta, visto que os moradores mais pobres também se beneficiarão do investimento estatal. Esse impasse exemplifica como a segregação de camadas sociais em áreas específicas do espaço urbano pode resolver o problema dos investimentos públicos, sendo, assim, a produção de um espaço urbano desigual uma forma de racionalizar os investimentos públicos de acordo com demandas específicas (FURTADO, 2003). As diferenças e desigualdades no espaço, portanto, são decorrentes da alocação desigual de recursos tanto por investimentos privados como públicos – além, é claro, da valorização de determinadas localizações por questões de prestígio e *status*.

Nos aspectos aqui considerados acerca da produção do espaço urbano, fica subentendido que segmentos quantitativamente expressivos da sociedade desempenham um papel de meros coadjuvantes, os indivíduos “comuns” interagindo nesse processo apenas na condição de consumidores da mercadoria solo urbano. Entretanto, mesmo essa atuação não pode ter sua importância minimizada, pois os proprietários de uma localidade, em ações individuais ou coletivas, podem ser uma fonte de pressão política sobre agentes públicos ou privados, exigindo melhorias para seu entorno ou barrando intervenções que considerem prejudiciais. Nesses casos, mais do que um interesse coletivo pela qualidade de vida, o que também pode estar em questão é a tentativa de proteger ou aumentar o status da área e preservar o investimento financeiro realizado na aquisição do terreno urbano.

Um dos valores mais importantes que os moradores têm a defender é o preço de sua propriedade, ou seja, o valor de mercado de suas casas, de propriedades comerciais etc., e do solo, isto é, suas localizações, que são indicativas do status socioeconômico de um bairro e, portanto, de seus habitantes. Os moradores vêem a sua propriedade como um importante investimento especulativo (capital), o qual eles devem proteger. Um aspecto que está de acordo com os objetivos, não só dos agentes imobiliários, bancos etc., como anteriormente mencionado, mas também de acordo com aqueles que aumentam as taxas e impostos locais sobre a propriedade em proporção ao seu valor monetário, ou seja, o poder local (FURTADO, 2003, p. 73).

Entretanto, na medida em que se verifica que a ação do Estado não é neutra, sendo, via de regra, orientada para um fim específico – a reprodução global do capitalismo – e que sua atuação em conjunto com os agentes econômicos privados tende a produzir um espaço desigual, fica patente que a organização da sociedade para reivindicação de demandas próprias é um modo de atuação importante. Em conformidade com as assertivas de Souza (2002), afirma-se que uma ampla participação popular pode minimizar certas fontes de distorções presentes nas intervenções estatais. Indo além dos planos e das leis, é importante a existência de espaços para a população influenciar, decidir e monitorar a gestão e o planejamento urbanos. A participação voluntária dos cidadãos, especialmente quando não restrita à operacionalização do planejamento (regulamentação), mas englobando também a sua implementação (monitoração e fiscalização do cumprimento das leis), é uma garantia de que os instrumentos de planejamento elaborados pelo Estado e suas intervenções tenham como responsabilidade a instauração de maior justiça social. Como explorado por Lefebvre (2002) em sua crítica ao urbanismo, o planejamento urbano, com sua pretensão de neutralidade, encobre a estratégia capitalista de produção do espaço urbano para acumulação do capital que sanciona desigualdades decorrentes do funcionamento do sistema. Encobre também as contradições, as diferenças, as desigualdades existentes entre os cidadãos. É, portanto, pela via da participação e da pressão popular que esses desvios podem ser solucionados ou minimizados (SOUZA, 2002).

1. 3 A expressão das relações sociais no espaço urbano

De forma ampla, o espaço urbano exprime as relações sociais características da sociedade capitalista. Como já visto, Lefebvre (2002) destacou que cada tipo de cidade existente na história exprimiu as relações jurídicas, políticas, ideológicas do modo de produção que a originou. Esse movimento, contudo, destaca o autor, também se realiza no sentido contrário: a realidade urbana não somente exprime as relações sociais, mas também reage sobre elas, tornando-se uma força produtiva. O espaço urbano, portanto, não só torna visível e legível no terreno as relações de produção, como também as reproduz. Conforme Manfredo (2007), Friedrich Engels foi, possivelmente, um dos pioneiros a pensar o espaço como um aspecto fundamental para a produção e reprodução das relações sociais. Em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, analisa a polarização social como um processo que se expressa enquanto fenômeno inerente à reprodução social do modo de produção capitalista e que se manifesta e se condiciona em termos habitacionais, ou seja, espaciais.

Como também já explorado, o espaço urbano é um sistema composto de diferentes vantagens locacionais, sendo, portanto, um espaço diferencial. Na sociedade capitalista, esse espaço diferencial é também desigual, na medida em que as camadas mais ricas da população ocupam as localidades mais qualificadas, valorizadas e com maior infra-estrutura. Assim, “O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem que ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (SANTOS, 2006, p. 317). Essa é uma característica própria da cidade capitalista, mas não é, como se pode pensar, resultado de uma mera competição anárquica pelas localizações entre os estratos sociais conforme seus níveis de renda. Além do mecanismo de mercado, participa desse processo a intervenção estatal, que, ao direcionar certos investimentos para determinadas áreas, promove ou retroalimenta a desigualdade na ocupação do espaço.

Verifica-se, portanto, uma tendência à população abastada ocupar as localizações mais privilegiadas, com maiores externalidades positivas como infra-estrutura viária, equipamentos e serviços públicos, proximidade a comércio de luxo, ambiente qualificado etc., situação que decorre da alocação desigual de recursos

tanto por investimentos privados como públicos. Dessa forma, o espaço urbano se caracteriza por áreas mais ou menos segregadas, ou seja, de grande homogeneidade social. Ainda que, segundo Lefebvre (2002), a diferença no espaço não implique em segregação⁴, é provável que, no espaço urbano capitalista, o espaço diferencial apresente-se também como desigual.

Como mostra Caldeira (2000), a segregação pode se inscrever no espaço urbano de diferentes formas, ou padrões. Assim, a segregação pode se dar sob o padrão centro-periferia, no sentido de haver um centro que concentra ampla infraestrutura e acesso a bens, serviços e equipamentos urbanos, aos quais só têm acesso os estratos mais ricos da sociedade, e uma periferia marcada pela precariedade e falta de planejamento e ocupada pelas camadas sociais mais pobres. Embora esse padrão possa se apresentar sob uma outra forma, aquela característica de muitas cidades norte-americanas, em que as periferias urbanas são subúrbios que concentram a população mais abastada, um traço marcante é o fato de grandes distâncias separarem a camada mais rica da camada mais pobre da sociedade. Mais recentemente, nos grandes centros urbanos brasileiros, como destaca Caldeira (1997; 2000), verifica-se a coexistência de um outro padrão de segregação, caracterizado pela aproximação física entre ricos e pobres na ocupação do espaço urbano. Porém, nesse padrão de segregação, a separação entre os estratos sociais é mantida tanto pelo uso de mecanismos como muros e tecnologias de segurança nas habitações dos mais privilegiados, como pela segmentação na apropriação do espaço urbano – sendo um dos fenômenos distintivos o relativo abandono dos espaços públicos (inclusive do próprio centro urbano) pelas camadas mais ricas, em troca da apropriação de espaço privados para convívio coletivo, como os *shopping centers*.

Ao observar a expressão das relações sociais desiguais na materialidade do espaço, podemos encontrar, conforme Bourdieu (1997), relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. As desigualdades, hierarquias e distâncias sociais, no entender do autor, são retraduzidas no espaço urbano, ainda que de maneira deformada, confusa e dissimulada.

⁴ Lefebvre (2002) ressalta que diferença não implica segregação: a diferença é, na realidade, incompatível com a segregação, pois remete sempre a relações. A segregação e a separação caricaturam a diferença, rompem a relação, quebram a totalidade concreta e destroem a complexidade.

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (BOURDIEU, 1997, p. 160 - grifo do autor).

Assim, o espaço físico seria um espaço social reificado, isto é, fisicamente realizado ou objetivado. A ocupação e apropriação do espaço pelos indivíduos não se dá apenas como localização, mas também como posição, isto é, como graduação em uma ordem. O que está em questão é uma perspectiva relacional, que busca detectar as hierarquias sociais inscritas no espaço; a estrutura do espaço social se manifesta, destarte, sob a forma de oposições espaciais.

Nesse espaço social reificado, há, além da distribuição dos agentes individuais ou de grupos fisicamente localizados, a distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos. As diferentes regiões do espaço social reificado, segundo o autor, têm seu valor definido na relação entre distribuição dos agentes e distribuição dos bens. E, por sua vez, as oportunidades de apropriação dos bens e serviços variam entre os agentes em função de seu capital e da distância física a esses bens – que também dependem de seu capital. Assim, a posse de capital promove o domínio sobre o espaço, pois permite aproximar ou manter à distância pessoas e coisas desejáveis, minimizando os gastos necessários, especialmente em tempo, para apropriar-se deles. Já a situação inversa, a falta de capital, prende a um lugar, mantendo à distância os bens socialmente mais raros e aproximando as pessoas ou os bens menos desejáveis e raros.

As hierarquias e desigualdades sociais que se encontram retraduzidas no espaço, todavia, não são apenas reflexos, delas também decorrendo efeitos. Devido a isso, há disputas pela apropriação do espaço, tanto sob uma forma individual – cujo exemplo é a mobilidade espacial, relacionada, muitas vezes, à mobilidade social – como coletiva – por exemplo, as lutas em torno de políticas de habitação.

Um dos efeitos seria a própria (re)afirmação das distâncias sociais pelas distâncias espaciais. Um outro aspecto a ser considerado, que se encontra vinculado ao anterior, é a possibilidade das estruturas do espaço físico atuarem como mediações na conversão das estruturas sociais em estruturas mentais e sistemas de preferências – os estilos de vida. Um terceiro aspecto diz respeito aos ganhos do espaço, que podem ser: as rendas associadas à proximidade a agentes e

bens “raros e cobiçados” (equipamentos públicos, culturais etc.); os ganhos de posição ou de classe, ganhos simbólicos de distinção em virtude de um endereço prestigioso; e os ganhos de ocupação (ou de acumulação), no sentido de que possuir um espaço físico (vastos parques, grandes apartamentos) pode ser uma forma de manter à distância ou de excluir qualquer intrusão indesejável. Assim,

a proximidade do espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a freqüência a lugares bem freqüentados (BOURDIEU, 1997, p. 163-164).

Ao entendermos o espaço como social, fruto das relações sociais, percebemos um espaço que é também desigual, como a própria sociedade é desigual. O espaço não é desigual somente no sentido de que exprime a desigualdade social – um mero reflexo – mas também porque reage sobre as relações sociais que o produziram, gerando efeitos que beneficiam alguns indivíduos em detrimento de outros. Os beneficiados são aqueles que detêm mais poder para escolher sua localização e para pressionar o Estado e invocar o mercado a investir nas sua áreas. Destarte, um espaço desigual é vantajoso para os indivíduos mais poderosos, que, para manter seus privilégios, não vêem motivos para lutar por um espaço menos hierarquizado. É assim que a existência de espaços próprios para as classes abastadas, mais que meros reflexos das desigualdades sociais, são trunfos para as camadas sociais mais ricas.

CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO DAS CLASSES ABASTADAS

As classes abastadas exercem dinâmicas específicas de relação com e de apropriação da cidade e de seus espaços. Neste capítulo, serão abordadas questões de cunho teórico que esclareçam aspectos concernentes a esse tema.

2. 1 Discussão sobre denominações dos estratos sociais “superiores”

Antes de abordarmos a questão específica dessa pesquisa, cumpre tecermos algumas considerações sobre as possíveis e diferentes denominações dos estratos sociais ditos superiores. Estes podem ser referidos pelos termos elite, ricos, burguesia, classe dominante, classe dirigente, classes altas, classes abastadas etc., os quais, muitas vezes, remetem às mesmas imagens, situações e indivíduos. Isso ocorre tanto no uso ordinário dos termos (ou seja, no senso comum) como também no campo científico. Todavia, a fim de evitar equívocos e alcançar uma satisfatória precisão conceitual, torna-se necessário explorar esse campo nebuloso, para então, justificar a escolha por um desses termos – no caso, o de classes abastadas.

O termo elite pode ser considerado o mais controverso. Está usualmente associado à ideia de posição privilegiada por mérito, competência ou talento (CATTANI; KIELING, 2007), o que é questionável quando se trata de considerar estratos superiores em termos socioeconômicos. Por exemplo, segundo Pareto, para quem a distinção entre classes é originada pelas diferenças entre indivíduos, a elite é composta pelos indivíduos com os mais elevados índices de eficiência no ramo em que desenvolvem sua atividade. Nessa acepção, a elite só existe no interior de um ramo de atividade; e, sendo diversos os ramos de atividades existentes – esportes, artes, ciência –, a elite é plural. Ao lado dessa pluralidade de elites, todavia, Pareto se refere a uma elite, singular: a elite dirigente, ou governante (BOUDON; BOURRICAUD, 1993).

O termo elite foi também tratado com propriedade por C. Wright Mills. Segundo Mills (1985), haveria quatro formas possíveis de definir como se constitui uma elite: em termos do que seus membros têm (posse de valores selecionados – dinheiro, poder, prestígio), dos grupos a que pertencem (participação num grupo

selecionado e consciente de si mesmo), do que realmente são (um caráter, uma personalidade superior) ou do que chefiam (a posição que ocupam nas principais hierarquias, organizações e instituições da sociedade moderna). O autor defende que essas concepções podem se combinar numa única, mas considera central a perspectiva de que a elite pode ser definida segundo sua posição institucional. No seu entender, a concepção institucional se relaciona com todas as demais, permitindo coordená-las de um modo sistemático.

Ao adotar tal concepção, Mills manifesta que sua ênfase recai sobre a temática do poder, em como pequenos grupos podem tomar decisões de grandes consequências para a sociedade. Assim, o autor fala de uma elite do poder, aquela que comanda as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. No caso dos Estados Unidos da metade do século XX, as principais fontes de poder estariam nos domínios econômico, político e militar: a elite do poder, portanto, seriam aqueles que estão na cúpula de cada um desses três domínios.

À medida que êsses domínios coincidem entre si, as decisões passam a ser totais em suas consequências, e os líderes dêsses três domínios do poder – os senhores da guerra, os chefes de emprêsas e o diretório político – se reúnem para formar a elite do poder da América (MILLS, 1968, p. 17).

Aqueles que ocupam posições no topo da hierarquia desses domínios não são indivíduos comuns; estão não só distantes dos indivíduos comuns, como também acima, pois suas decisões podem atingir profundamente o dia-a-dia dos demais. Além disso, para Mills, as cúpulas desses domínios agem como diretorias interligadas, cujos integrantes reconhecem-se entre si como uma classe e agem segundo interesses de classe – ou seja, apesar dos conflitos e facções, agem com disciplina interna e comunhão de interesses.

Tanto na acepção de Pareto como na de Mills, a noção de elite (singular) equivale a uma classe governante, ou dirigente, com poder de decisão sobre as massas (isto é, os demais, a não-elite). Nesse sentido, a elite pode ser equiparada às noções de burguesia de Marx e de classe dominante de Bourdieu (BOUDON; BOURRICARD, 2003).

O termo burguesia, tal como concebido por Marx, pode ser considerado demasiado estreito e de difícil aplicabilidade para a realidade contemporânea.

Originada a partir da oposição entre capital e trabalho e da análise da posição dos indivíduos na estrutura de produção como definidora de situações de classe, a noção de burguesia corresponde à classe capitalista, a qual compreende os ricos proprietários dos meios de produção. Considera-se que tal aceção leva a uma abordagem por demais estreita dos estratos superiores, desconsiderando grupos que exercem outras atividades e que também estão no topo da pirâmide social. A opção de Marx por tal aceção é compreensível quando se considera sua abordagem das classes se dá a partir da análise sobre a estrutura e a dinâmica da sociedade capitalista (MEDEIROS, 2003). Assim, embora, em algumas obras, Marx trate sobre as classes médias e os proprietários fundiários, por exemplo, sua ênfase recai sobre a existência histórica de duas grandes classes opostas, a dos proprietários dos meios de produção e a dos produtores diretos – que, no capitalismo, correspondem, respectivamente, à burguesia e ao proletariado. Isso porque é do conflito entre essas duas classes que se desenvolve a história. Mesmo que não se opte pela abordagem de Marx do termo burguesia, a sua aplicação à realidade brasileira é inadequada. Uma importante razão para isso é a inexistência histórica de uma classe social intermediária entre a aristocracia ou a nobreza e o proletariado que possa ser caracterizada como burguesia (CATTANI; KIELING, 2007).

Acerca da noção de classe dominante, uma objeção importante ao seu uso é o fato de remeter a uma classe homogênea, com identidade definida e com estratégias políticas e econômicas articuladas. Comparável à elite do poder de Mills, implica reconhecer a existência de uma classe poderosa, com influência nos domínios econômico, político e ideológico, que desenvolve um trabalho permanente de legitimação e reprodução de sua posição. No Brasil, dada a dispersão política, a falta de homogeneidade cultural e os permanentes conflitos entre as frações dominantes (por exemplo, empresários do setor produtivo e os rentistas), seria mais apropriado falar em classes dominantes, no plural (CATTANI; KIELING, 2007). O mesmo ocorreria se se optasse pelo uso do termo elite: é questionável falar de uma elite brasileira unificada, com interesses comuns e sem rivalidades internas. No entanto, entende-se que adotar o termo elites, no plural, esvazia o conceito de seu conteúdo mais importante – destacar como um número ínfimo de indivíduos tem

poder sobre o conjunto da sociedade por meio de ações articuladas, pelo fato de ocuparem posições nas cúpulas de domínios diversos de poder.

Conforme Cattani e Kieling (2007), a definição das classes dominantes deveria levar em consideração o volume ou a quantidade de ativos possuídos por alguns grupos sociais, distinguindo-se, no interior da classe capitalista, as frações, segmentos ou camadas de grandes proprietários que concentram a riqueza substantiva. Esses seriam os ricos, ou, mais precisamente, os muito ricos, que, por concentrarem a riqueza substantiva, contam com grande poder na dominação efetiva sobre grandes questões que afetam o restante da sociedade brasileira, estabelecendo relações de subordinação e dependência com a população e desenvolvendo estratégias diversas para sua reprodução ampliada enquanto classe. São esses segmentos sociais que poderiam ser indicados como classes dominantes.

Todavia, considera-se que não é essa ainda a noção mais adequada para essa pesquisa. A pretensão não é focar somente nos estratos sociais que podem ser considerados muito ricos ou mesmo ricos, mas também nas frações que comumente são referidas por termos como classes médias-altas, classes médias superiores, classes médias ascendentes. Ou seja, trata-se de segmentos sociais economicamente privilegiados, mas que não necessariamente concentram um grande poder sobre questões que atingem o restante da população. Por exemplo, se entendermos as classes dominantes como os realmente ricos, estas corresponderiam a pouco mais de cinco mil famílias no país (0,01% do total de famílias brasileiras), em grande parte concentradas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (POCHMANN, 2004 apud CATTANI; KIELING, 2007). Assim, as classes dominantes, em Porto Alegre, representariam uma parcela mínima da população e não é nossa intenção fazer um estudo tão restrito. Por isso, opta-se pelo termo classes abastadas, por remeter a indivíduos que, embora ocupem as mais diversas posições na estrutura produtiva – são empresários, funcionários públicos, profissionais liberais –, têm em comum o fato de possuírem uma quantidade de ativos considerável. Resumidamente, as classes abastadas englobam indivíduos cujos filhos estudam em escolas privadas, que habitam os bairros e regiões bem equipados e circulam em espaços específicos e frequentados por um público seletivo,

ainda que possam apresentar uma relativa heterogeneidade em termos de rendimentos.

Essa opção está estreitamente ligada ao foco dessa pesquisa, qual seja, a relação que as classes abastadas estabelecem com o espaço urbano, e os motivos serão melhor esclarecidos nas seções seguintes deste capítulo. A bibliografia aqui utilizada constantemente relaciona classes médias e classes altas, seja identificando formas de apropriação do espaço urbano semelhantes, seja relatando que transformações recentes no modelo de desenvolvimento da América Latina num contexto de globalização das atividades econômicas fizeram com que as classes médias adotassem comportamentos já identificados nas classes altas. Por exemplo, Svampa (2008), versando sobre os integrantes das classes médias argentinas que experimentaram um processo de ascensão social recente, considera que

Hoje, tudo parece indicar que, apesar das diferenças em termos de capital (sobretudo, econômico e social) e de antiguidade de classe, as classes altas e uma franja exitosa das classes médias se tornam partícipes comuns de uma série de experiências concernentes aos padrões de consumo, aos estilos residenciais, à experiência escolar; em outras palavras, sobre os marcos culturais e sociais que dão conta de uma trama relacional que se encontra na base de novas formas de sociabilidade (SVAMPA, 2008, p. 18 - tradução nossa).

Entende-se que, numa sociedade estratificada, constituída por classes desiguais entre si, estas congregam indivíduos com características similares que comungam interesses semelhantes e têm um provável comportamento comum. Em conformidade com os argumentos de Bourdieu (2007), compreende-se, nesta pesquisa, que as classes têm existência essencialmente teórica, não existindo como grupos reais, embora expliquem a probabilidade de constituição de grupos práticos.

As classes são construídas teoricamente a partir da observação das posições dos agentes no espaço social, de modo que aqueles que ocupam posições semelhantes pertencem a uma mesma classe. Espaço social, para Bourdieu, implica reconhecer o mundo social como um espaço multidimensional em que os agentes e grupos de agentes ocupam cada qual uma (e somente uma) posição. Este espaço é construído a partir de princípios de diferenciação ou de distribuição, princípios estes que são constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam num determinado universo social (ou seja, pelos capitais eficientes, que podem ser de tipo econômico,

cultural, social, simbólico). Uma primeira dimensão é volume global de capital que possuem os agentes; a segunda dimensão corresponde à composição do capital – isto é, o peso relativo dos diferentes tipos de capital no conjunto das posses de um determinado agente (BOURDIEU, 2007).

Ocupar posições semelhantes no espaço social significa estar em semelhantes condições e condicionamentos e ter, provavelmente, semelhantes atitudes, interesses, práticas e tomadas de posição. Destarte, há menos obstáculos objetivos às ações de mobilização entre os agentes de posições vizinhas, sendo provável que a classe teórica venha a se constituir como classe real. Ademais, as condições objetivas e os condicionamentos definem os *habitus* dos agentes, ou seja, seu sistema de disposições que orienta percepções, apreciações e ações e, por sua vez, um estilo de vida, este entendido como um conjunto unitário de preferências distintivas que retraduzem, simbolicamente, as diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência (BOURDIEU, 1983). Fala-se de preferências distintivas porque os estilos de vida não são simplesmente diferentes, mas também hierarquizados, tendo em vista que a posição no espaço social se refere sempre à graduação em uma ordem.

Assim, cada agente ocupa uma posição nesse espaço social, o qual é um espaço de relações invisíveis. Conhecer a posição de um agente permite ter informações sobre suas propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) (BOURDIEU, 2007). Inversamente, conhecer as propriedades intrínsecas e relacionais dos agentes permite determinar sua posição no espaço social.

2. 2 Formas de apropriação da cidade pelas classes abastadas

Versar sobre a relação que as classes abastadas estabelecem com a cidade e seus espaços, a forma como ocupam e se apropriam do espaço urbano, constitui um desafio, pela dificuldade de encontrar bibliografia dedicada ao tema. A dificuldade aumenta quando se percebe que a referência aos estratos sociais superiores é feita pelos diversos termos explorados anteriormente e, muitas vezes, é feita referência às classes médias. Entretanto, Netto (1999) considera que as classes de alta e média renda se apropriam da cidade e seus espaços de forma

semelhante, devido à predominância do uso de automóvel particular nos seus deslocamentos diários. Sem radicalizar na associação de que os pobres se locomovem somente por transporte público coletivo ou a pé e que as classes de alta e média renda utilizam predominantemente seu automóvel particular, numa simplificação excessiva da realidade urbana, acredita-se que tal associação reflita, em muito, os hábitos de deslocamento nos centros urbanos brasileiros. Considerando ainda o fato de que, especialmente nos últimos anos, o automóvel particular ficou mais acessível para o mais pobres, ressalta-se que seu uso diário e constante talvez não seja economicamente viável para indivíduos e famílias com baixa renda, dado, por exemplo, gastos com combustível e estacionamento. Além disso, o fato de o automóvel se tornar mais acessível pode resultar em maior número de famílias de média e alta renda adquirindo automóveis extras, possibilitando que vários motoristas de um mesmo núcleo familiar tenham seu próprio automóvel – aumentando, assim, a número de indivíduos com alto ou médio rendimento locomovendo-se por carro.

Pode-se aventar que os realmente ricos se utilizam de circuitos que são inacessíveis para as classes médias, exceto para alguns indivíduos que tenham adquirido algum *status* social superior por conta de sua atuação profissional e/ou formação (por exemplo, artistas plásticos, professores universitários, escritores). Todavia, uma consideração importante é o fato de o Brasil ser caracterizado por um campo simbólico fragmentado, isto é, não há a constituição de um padrão cultural próprio das classes dominantes. Assim, ao contrário do que ocorre em países europeus e, até mesmo, nos Estados Unidos, a valorização de uma cultura erudita e o consumo de bens de alta cultura (pinturas de artistas reconhecidos, esculturas etc.) não são característicos das classes dominantes brasileiras. A frequência a cinemas, eventos esportivos, teatro e shows de música popular é preferida em detrimento a eventos e produtos de exigência cultural distinta (CATTANI; KIELLING, 2007). Ademais, como já citado, atualmente, as classes médias (ao menos, suas frações superiores) apresentam comportamentos e estilos de vida semelhantes àqueles das classes altas. Assim, embora admitindo o risco de imprecisão, serão também relacionados estudos que versam sobre as classes médias, tomando sempre a precaução de empregar a mesma denominação utilizada por cada autor.

Entretanto, isso não se trata de mera opção, dado que, nesses estudos, é recorrente a análise em conjunto das classes médias e das classes altas.

Como já visto no capítulo anterior, as classes abastadas buscam e têm à sua disposição (pelos recursos que detêm) as melhores localizações no espaço urbano, com mais externalidades positivas. Essa situação deriva não somente dos mecanismos de mercado atuantes na produção do espaço urbano, como também da ação do Estado, ambos funcionando, de modo geral, em favor dos mais ricos (FURTADO, 2003). Além disso, a distribuição dos agentes, em conjunto com a distribuição dos bens, atuam na valorização ou desvalorização das regiões do espaço; desse modo, quando se fala de externalidades positivas de cada localização, pode-se pensar não apenas nos objetos situados próximos (serviços públicos ou privados, infra-estrutura, comércio valorizado, áreas verdes) como também nos agentes que ocupam e se apropriam do espaço em questão (BOURDIEU, 1999). Parcelas do espaço urbano são, assim, também valorizadas, desvalorizadas e revalorizadas conforme a população que delas se ocupam, fato que fica evidente quando se considera processos de gentrificação, por exemplo⁵.

A mobilidade espacial é um elemento importante para a abordagem da relação estabelecida pelas classes abastadas com a cidade. Segundo a perspectiva de Netto (1999), a forma de deslocamento na cidade condiciona lógicas e padrões de apropriação do espaço urbano particulares; portanto, o uso predominante de automóvel particular, transporte público coletivo ou movimento pedestre nos deslocamentos diários tem uma série de decorrências nas rotinas de atividades dos indivíduos. Assim, o autor destaca que a classe de baixa renda faz grande uso de transporte público coletivo, combinado ao deslocamento pedestre, enquanto as classes de alta e média renda usam predominantemente o automóvel particular nos seus deslocamentos diários. Destarte, as classes de alta e média renda apresentam lógicas e padrões de apropriação do espaço urbano semelhantes, sendo na sua pesquisa, analisadas em conjunto, em comparação à classe de baixa renda.

O uso predominante do automóvel particular nas classes altas e médias teria uma série de decorrências: economia de tempo; possibilidade de deslocamentos mais complexos e flexíveis; utilização de maior número de espaços no mesmo

⁵ As características desse processo serão melhor analisadas no item seguinte, que trata da produção de espaços destinados à apropriação e ocupação das classes abastadas.

período de tempo do que as classes baixas; deslocamento pedestre adstrito à proximidade da residência, e, ainda assim, modesto; atividades e cenários de interação social que não dependem da proximidade espacial. À facilidade de deslocamento, soma-se a facilidade de consumo, que também colabora para uma maior utilização de espaços diferentes num mesmo período de tempo (NETTO, 1999).

Do ponto de vista da mobilidade espacial, ou seja, considerando-se a apropriação do espaço urbano pelo modo como os agentes se utilizam da estrutura urbana, suas ruas e avenidas, para realização de atividades, encontros, interações, movimentação entre locais de atividades etc., a rotina de movimento e de atividade dos agentes no espaço urbano se dá usualmente de forma indistinta nos diversos espaços da cidade, de forma que boa parte deles seja de uso comum às diferentes classes. Assim, é correto afirmar que há considerável co-presença entre as diversas classes na apropriação do espaço urbano, visto que tendem a compartilhar o uso das mesmas ruas e avenidas nos deslocamentos cotidianos. Todavia, o fato dos indivíduos de baixa renda utilizarem predominantemente o transporte público para deslocamento, enquanto as classes de média e alta renda se utilizam de automóveis particulares, configura uma situação de co-presença das classes nos espaços públicos (ruas e avenidas) restrita ao contato visual, que não oferece possibilidade para contatos sociais mais efetivos. Uma efetiva interação entre as classes se daria mediante sua co-presença sob a forma de movimentação pedestre, sendo incrementada quando localizada em atratores (os locais de atividade que demandam fluxo social – por exemplo, paradas de ônibus, universidades, *shopping centers*, praças, feiras, hospitais), e não somente nos trechos de espaços públicos (ruas). Sendo locais de atividades, são passíveis de uma apropriação segregada, pela formação de públicos específicos, ainda que, não raramente, apresentem co-presença entre classes numa forma de contato reduzido a relações de trabalho. Por exemplo, *shopping centers* amparam interação entre as classes, mas por meio de uma relação entre trabalhador (classe de baixa renda) e consumidor (classes de média e alta renda) (NETTO, 1999).

Estas considerações convergem com as observações de Caldeira (1997; 2000) de que andar nas ruas, uma atividade que as elites estão abandonando, vai se tornando um sinal de classe em muitas cidades. As elites circulam em seus

automóveis particulares, e os pobres, a pé ou em transporte coletivo. O movimento pedestre e o estar nas ruas passam a ser considerados, cada vez mais, atividades restritas aos pobres, os “marginais” e os sem-teto; o uso do transporte público coletivo, uma experiência das classes baixas. As classes média e alta tentam evitar as ruas e calçadas movimentadas e ensinam a seus filhos que ônibus são perigosos, criando e reforçando preconceitos contra os que usam transporte coletivo, sob o pretexto do medo da violência e insegurança urbanas. Muda a composição das multidões na rua, ao mesmo tempo em que se engendram processos de segregação, fragmentação e imposição da distância social.

Não apenas o movimento pedestre vem sendo abandonado pelas classes abastadas, como, de maneira geral, o espaço público é cada vez menos apropriado pelas camadas abastadas. A noção de apropriação da cidade utilizada aqui faz referência à realização de atividades nos variados espaços da cidade, considerando-se os tipos de atividades neles realizadas. Conforme Gell (1985 apud BECKER, 2005), as atividades realizadas nos espaços públicos podem ser de três os tipos: 1) as necessárias (atividades rotineiras, de circulação e passagem, como ir e vir do trabalho, esperar um ônibus); 2) as opcionais (que dependem da vontade do indivíduo para ocorrer, por exemplo, frequentar uma praça para caminhar, observar o movimento); e 3) as sociais (referentes à interação entre pessoas, por exemplo, crianças brincando, grupos conversando).

As atividades consideradas por uma análise da mobilidade espacial são, portanto, atividades necessárias, indispensáveis. Como ressalta Jacobs (2007, p. 36), “Todos precisam utilizar as ruas”, trechos do espaço público que apresentam a inegável importância de servir aos deslocamentos cotidianos dos habitantes das cidades, havendo diferença apenas quanto à forma como são realizados tais deslocamentos e sua frequência. Já atividades como observar o movimento nas ruas, fazer compras, praticar esportes, reunir-se e conversar com amigos são atividades opcionais, de forma que os locais em que são realizadas revelam formas de vivenciar o urbano e estilos de vida particulares.

Quando se considera a apropriação do espaço urbano para a realização de atividades opcionais e sociais, verifica-se que, entre as classes abastadas, prioriza-se o uso de espaços privados para convívio coletivo. Estes se apresentam sob formas variadas, cumprindo diversas funções – *shopping centers* para consumo e

lazer, clubes e academias de ginástica para lazer e exercícios físicos, complexos de escritórios para trabalho, condomínios fechados para moradia. Tais espaços, indiscutivelmente privados do ponto de vista legal, podem ser considerados um híbrido entre o público e o privado e confundem a distinção canônica entre estes dois elementos (SCHAPIRA, [2002?]), distinção esta que é fundadora da cidade moderna.

Caldeira (1997, p. 155) denomina esses espaços de enclaves fortificados, “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho”. Esses novos empreendimentos urbanos incluem condomínios fechados, conjuntos de escritórios, *shopping centers*, e, cada vez mais, espaços como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos, que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo⁶. Tendem a ser ambientes socialmente homogêneos, apropriados massivamente pelas classes médias e altas, pois, além de serem fisicamente demarcados e isolados do espaço público, têm acesso controlado e/ou restrito, possuindo regras de inclusão e exclusão próprias (CALDEIRA, 1997; 2000).

Os enclaves fortificados, ao proporcionarem uma alternativa de vida urbana, vêm promovendo mudanças no modo como as classes médias e altas vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles possibilitam o “viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, do movimento, da heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas” (CALDEIRA, 2000, p. 259). Esses universos privados para as elites são voltados para o interior, e não em direção à rua, enfatizando o valor do que é privado e restrito e desvalorizando o que é público e aberto na cidade. Assim, rejeitam explicitamente a vida pública, que, em sua experiência moderna, é representada pela primazia e abertura das ruas, livre circulação, encontros impessoais e anônimos de pedestres, o uso público e espontâneo de ruas e praças. Cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público (CALDEIRA, 2000).

O fato dos enclaves fortificados serem direcionados e apropriados principalmente pelas classes abastadas, somado ao intenso uso do automóvel, faz

⁶ Não se pode esquecer, todavia, que a denominação “*shopping center*” pode ser aplicada a diversos tipos de centros comerciais, dos mais luxuosos aos mais populares. A autora, contudo, não trata dessa distinção.

pensar que há o desenvolvimento de uma apropriação segmentada da cidade, através de deslocamentos ponto-a-ponto: casa-colégio, casa-trabalho, casa-*shopping center* etc. Com esses deslocamentos ponto-a-ponto, os espaços públicos são reduzidos a meros locais de trânsito.

A referência à preferência das classes abastadas pela apropriação de espaços privados de convívio coletivo é muito comum na literatura concernente a condomínios fechados, indicando que tais empreendimentos surgem como a expressão residencial de uma apropriação segmentada do espaço urbano e de um recuo para a esfera privada. A disponibilidade de segurança, privacidade, homogeneidade socioeconômica e de um ambiente bonito, agradável, próximo ao verde, com espaços de lazer, equipamentos e serviços privados, são elencados como elementos importantes para a aceitação desse produto imobiliário. São, ademais, vistos como aspectos que conformam uma melhor qualidade de vida e um estilo de vida diferenciado, superior ao oferecido pela cidade, com maior *status*, prestígio e exclusividade, uma vez que está acessível apenas a uma população economicamente privilegiada, além de maior segurança (QUADROS, 2008).

Mais importante é destacar que o fato de morar num condomínio fechado teria consequências para o modo de apropriação do espaço urbano. Os residentes de condomínios fechados tendem a restringir o uso dos espaços públicos adjacentes apenas à atividade de circulação: não se relacionam com a vizinhança externa ao condomínio; não utilizam as áreas públicas vizinhas; realizam os trajetos basicamente de carro; utilizam os serviços (padaria, cabeleireiro) e espaços de lazer e recreação dos condomínios; atividades de socialização, lazer e consumo são realizadas em *shopping centers* sofisticados, áreas de lazer privadas, supermercados distantes dos condomínios (BECKER, 2005). No caso específico de grandes condomínios localizados nas periferias da cidade, ocorrem transformações do estilo de vida relacionadas com a redução drástica do contato com o centro urbano: muitos condôminos abandonam o emprego ou passam a trabalhar em casa; concentram as compras em grandes aquisições quinzenais ou mensais e em grandes hipermercados e *shopping centers* suburbanos; e diminuem as saídas noturnas (a cinema, teatro, restaurantes), bem como as visitas e o contato com amigos que moram no centro urbano. Em resumo, a vida demanda mais organização e planejamento (JANOSCHKA, 2003).

Assim, é de maneira generalizada que as classes abastadas tendem a evitar os espaços públicos, seja para realização de atividades necessárias, opcionais ou sociais, seja pela escolha da moradia em espaços que tendem a romper qualquer relação com a rua pública. O espaço público se destina, cada vez mais, aos pobres. Ainda que o efeito de fortificação seja extensível a outras classes, é nas classes médias e altas que ele se faz sentir com mais força. A rua como espaço para sociabilidade, para os encontros impessoais e anônimos é, cada vez mais, rejeitada pelas classes abastadas, tornando-se mero corredor viário, espaço apropriado para circulação e trânsito, atividades necessárias e inevitáveis, e não espaços para lazer, convivência e interação com outros transeuntes.

Essa forma de apropriação característica das classes abastadas está atrelada a macro-processos e a transformações recentes, que têm consequências diferentes e desiguais nas sociedades, nas economias nacionais e no espaço urbano. Nesse sentido, é importante atentar para as especificidades das sociedades latino-americanas e, especialmente, a brasileira. Processos como a abertura democrática, a globalização e a privatização guardam relações importantes com essa nova forma de vivenciar o espaço urbano nas metrópoles, marcada por elementos como o aumento da violência e da sensação de insegurança e a aparição de novas formas de segregação.

As cidades latino-americanas se caracterizaram pela inspiração num modelo europeu de cidade, que valoriza o centro como princípio organizador: a cidade é centro político econômico e se constitui num foco de atração espontâneo das elites (em contraponto ao modelo norte-americano, caracterizado pela suburbanização das classes superiores, com a cidade limitada às funções econômicas e de integração dos imigrantes). O modelo europeu compreende uma “cidade aberta”, lugar de encontro privilegiado entre categorias sociais diferentes, estando centrado na noção de espaço público e em valores como a cidadania política e a integração social. Não obstante, a permanência de hierarquias e flagrantes desigualdades sociais nas sociedades latino-americanas impôs uma fratura social que se traduziu em fratura urbana, visível na segregação dos pobres seja em favelas/ *villas miserias*/ *callampas*, seja no padrão centro rico-periferia pobre (CALDEIRA, 2000; SVAMPA, 2008).

Outra característica das cidades latino-americanas foi representada por um esforço, durante o período desenvolvimentista (da década de 1940 à de 1970), para manter sua unidade, mediante a anexação regular de novos territórios urbanos (as periferias pobres) (SCHAPIRA, 1999). Atualmente, como observa Caldeira (2000), um novo padrão de segregação se sobrepõe ao padrão centro-periferia: combinada a uma reaproximação física entre ricos e pobres, há uma separação entre estes grupos através de mecanismos mais óbvios e complexos, como muros e tecnologias de segurança; o principal instrumento deste novo padrão de segregação são os enclaves fortificados. Esses enclaves geram cidades fragmentadas, estilhaçadas em múltiplas unidades que não mais se conectam em laços orgânicos, comprometendo um funcionamento global. Carente de unidade, esse novo modelo urbano é menos hierárquico, mas dá maior visibilidade às diferenças (SCHAPIRA, 1999; 2000).

Pode parecer curioso que o abandono do espaço público se processe em concomitância à democratização na América Latina e no Brasil. Caldeira (2000) identifica nessa aparente contradição uma espécie de efeito rebote: os espaços de circulação controlada são cada vez mais valorizados pelas classes média e alta porque funcionam como sistemas de identificação e diferenciação num contexto em que a democratização (além da expansão do consumo de massa) prejudicou a distinção e a separação em relação aos pobres. Com a abertura democrática, os pobres, moradores das periferias, passaram a ser importantes atores políticos numa sociedade acostumada ao domínio político das elites. Assim, a democratização política não seria contraditória com a expansão dos enclaves fortificados, pois é a partir dos processos agora mais óbvios de segregação social que se recriam hierarquias, privilégios e, assim, limites à democratização.

Schapira (2000) relaciona o desenvolvimento de novas lógicas de separação entre os grupos sociais em Buenos Aires com o debilitamento da coesão social (resultado dos efeitos da crise dos anos 1980 e das transformações do modelo econômico na Argentina nos anos 1990), do Estado de bem-estar social e da ideia de nação. A transição democrática na América Latina formou um contexto em que os efeitos da globalização se conjugaram com o fim do modelo desenvolvimentista que caracterizou as economias nacionais do continente dos anos 1940 aos anos 1960; os efeitos desse processo foram o crescimento da pobreza, do desemprego e da informalidade e da precariedade do trabalho. Se, por um lado, esse quadro se

refletiu no empobrecimento de uma fração da classe média (em especial, na Argentina), por outro, as classes médias se tornaram produtoras e consumidoras de novos estilos de vida e de cidade, representados pelos novos espaços da globalização – os espaços privados de convívio coletivo. Para a autora, contudo, tanto num como noutro caso, seguiu-se a adoção de estratégias defensivas para marcar a diferenciação, seja entre os “novos” e os “verdadeiros” pobres, seja entre os pobres e os enriquecidos – uma leitura semelhante à de Svampa (2008), que analisa as novas formas de segregação espacial protagonizadas pelas classes altas e médias-altas em termos de um instrumento de gestão da distância social entre os “novos pobres” e os “ganhadores”. Surgem assim, nos diferentes territórios da cidade, tanto lógicas de demarcação (grades, guaritas, equipamentos de segurança sofisticados), recuo para a esfera privada (por exemplo, demandas de soluções privadas para problemas de emprego e segurança) e microprivatizações do espaço público (por exemplo, fechamento de ruas e conjuntos residenciais), como a expansão de condomínios fechados (SCHAPIRA, 1999). Em todos esses casos, é visível uma desvalorização do espaço público; o discurso sobre o declínio do espaço público acompanhou, assim, o declínio do Estado de bem-estar social, como se a retração do Estado tornasse mais sensível a natureza fundamentalmente vulnerável do espaço público. Ademais, o movimento de recuo à esfera privada pelos mais ricos para se afastar dos pobres parece expressar espacialmente a vontade de não pagar pelos outros, uma estratégia de denúncia de um quadro político que se torna perturbador, marcado pelas incertezas de uma economia mais flexível que não assegura a estabilidade de posições (SCHAPIRA, 1999; 2000). Como colocam Barcellos e Mammarella (2009, p. 228), “a difusão e a intensificação do medo crescem junto com uma situação de real abandono e descaso pelo espaço público, em que a crise do Estado desempenha importante papel”.

É válido chamar a atenção para certas especificidades da sociedade argentina que não condizem com as particularidades da sociedade brasileira. A Argentina foi, talvez o país mais igualitário da América Latina durante o período desenvolvimentista, sendo mesmo considerada uma “excepcionalidade” no contexto latino-americano. Era uma sociedade dividida politicamente, mas integrada socialmente, com forte tendência à homogeneidade social e permeada por um imaginário igualitário e de fé no progresso social. Nesse quadro, as classes médias

tinham um papel importante, pois elas foram constitutivas da ideia de nação e de seu modelo sócio-cultural, ao encarnarem paradigmaticamente um conjunto de representações sociais cujo cerne era homogeneidade cultural e racial. (SCHAPIRA, 1999; SVAMPA, 2008). Mas foi também na Argentina que os efeitos da crise econômica sobre as classes médias foram mais violentos. Após a hiper-inflação dos anos 1980, nos anos 1990, com a retomada do crescimento no país, a polarização entre os que estão na “hélice do crescimento” e os “novos pobres” se acentuou; o imaginário coletivo de progresso e de ascensão social não mais existe para muitos.

Nesse contexto, segundo Schapira (1999), surge, na sociedade argentina, um medo da “brasileirização”, que revela um retrato possível da realidade do nosso país: o Brasil tem, antes, uma sociedade dual, marcada pela miséria e violência. Aqui, as classes médias não jogaram um papel de integração social, tal como ocorreu na Argentina. Como já visto, aqui, o período pós-1980 pode ser representado não somente pelos efeitos da crise econômica e da globalização, mas também pela democratização e a expansão do acesso ao consumo, que implicaram na diluição de certas fronteiras entre os mais pobres e os mais ricos (CALDEIRA, 2000). Outrossim, segundo Svampa (2008), em países como México, Venezuela e Brasil, ao contrário da Argentina, a fratura social constitui uma marca de origem que foi reforçada pela crise do Estado, a desindustrialização e o aumento da insegurança urbana; nesses países, portanto, o processo de segregação espacial das classes médias superiores é mais antigo que na sociedade argentina.

Tanto num como noutro caso, todavia, os espaços privados de convívio coletivo estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial (antes caracterizado pela distinção centro-periferia) e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Conforme Caldeira (2000), a cidade moderna foi pensada sobre os marcos da abertura, acessibilidade e livre circulação, e seus espaços públicos seriam orientados para o convívio com a alteridade e para a expressão da heterogeneidade social. Os enclaves fortificados não somente se opõem a esses princípios, porque se orientam para o fechamento, a seletividade, a exclusão e o convívio em homogeneidade social, como também promovem um ataque ao espaço público. O cenário urbano atual é formado por grades, muros altos, guardas armados, ruas fechadas e câmeras de vigilância, elementos que compõem um novo conceito de moradia, hegemônico, compreendido por todos, e

que está associado a uma estética da segurança, a qual transforma a segurança em símbolo de *status*, num novo código para a expressão da distinção. Essa estética da segurança se faz presente não somente nos enclaves fortificados, mas também no enclausuramento de moradias. Enclaves fortificados e estética da segurança, para a autora, promovem intolerância, discriminação, suspeita e medo nos espaços públicos; as pessoas se sentem controladas e restringidas em seus movimentos.

Nesse panorama urbano, há menos espaço para a indeterminação dos encontros públicos: atividades como sair para um passeio a pé, passar por um estranho, caminhar em meio uma multidão de anônimos são permeadas de tensão, pois a referência nesses encontros são os estereótipos e medos das pessoas. No lugar da abertura e tolerância à heterogeneidade, há separação e controle de limites. Os encontros públicos entre as diferentes classes sociais são, assim desencorajados, dado que há a imposição da segregação e da distância social.

Falando mais especificamente sobre os enclaves fortificados, Caldeira (2000) ressalta que, devido à sua orientação interna, estes ambientes tornam os espaços públicos ambientes inóspitos para os pedestres, sendo o uso das ruas, calçadas e praças mais raro exatamente onde há mais enclaves fortificados, especialmente os residenciais. Nos bairros mais ricos, em geral, as ruas são espaços vazios; naqueles em que proliferam enclaves fortificados (a autora cita o exemplo do Morumbi, na cidade de São Paulo), a qualidade material dos espaços públicos é ruim – por exemplo, com calçadas não-pavimentadas ou mesmo inexistentes – já que, nesses lugares, as pessoas de classe média e alta não dependem das ruas e demais espaços públicos, pois os utilizam somente para circular em seus automóveis. Andar nas ruas se torna um estigma, pois o pedestre é visto como pobre e suspeito. Há uma intencionalidade nesses espaços, que são construídos para produzir esse efeito, demarcando aqueles que devem ser tratados com distância, desdém e medo. Assim, andar nas ruas, nos lugares onde há muitos enclaves fortificados, é uma experiência desagradável.

Fica evidente que a relação que as classes abastadas tendem a estabelecer com o espaço urbano se orienta contemporaneamente para a redução das possibilidades de interação entre as diferentes classes sociais no espaço urbano. Como destaca Caldeira (2000), na medida em que os mais ricos tendem a ter como seus os espaços fechados e voltados para dentro e que circulam na cidade em seus

automóveis, há cada vez menos espaços comuns que ponham as pessoas de diferentes classes sociais juntas, de modo que os contatos públicos entre as classes são reduzidos. Em certa medida, tanto os moradores ricos como os pobres vivem em enclaves homogêneos – os primeiros em condomínios fechados, os últimos em favelas – que ativam fronteiras rígidas, tanto materiais como simbólicas. Tal aspecto é também destacado por Netto (1999), que considera que, embora exista co-presença entre as diferentes classes pelo uso comum das vias urbanas, ela se restringe ao contato visual, devido à forma diferenciada de apropriação das ruas conforme as classes. Assim, não há, nessas situações de co-presença, possibilidade para contatos sociais e interações mais efetivas entre as pessoas de diferentes classes.

Para Kaztman (2001) o desenvolvimento de novos modelos de crescimento na América Latina conduziu à intensificação dos problemas de segmentação social. Tal segmentação pode ser vista na localização das classes sociais no espaço urbano, no mercado de trabalho e no uso de serviços públicos e implica na criação e reforço de barreiras entre as classes sociais. No aspecto espacial, concerne à segregação residencial dos pobres em bairros de aguda privação material e seu contraponto, a concentração inédita dos mais ricos em outros bairros. No aspecto laboral, refere-se ao contexto de reestruturação econômica (caracterizado pela exigência de cada vez maior qualificação para participar do mercado formal), desindustrialização e aumento do setor de serviços, bem como redução do Estado. Isso levou a um incremento da proporção da população economicamente ativa com vínculo precário e instável com o mundo do trabalho, à perda da centralidade do trabalho como elo para a integração social e a um crescimento da desigualdade de rendimentos e das condições de trabalho (atributos marcantes do setor de serviços). A segmentação no uso dos serviços públicos diz respeito à propensão dos estratos sociais mais favorecidos a adquirir no mercado serviços de melhor qualidade que os públicos. Assim, as classes mais favorecidas buscam suprir sua necessidade em serviços básicos como transporte, educação, segurança pública, saúde, entretenimento, cultura e lazer no setor privado. Segundo o autor, um pequeno setor da sociedade, aquele que se encontra no topo da pirâmide social, sempre recorreu a alternativas privadas de provisão de serviços; o que é novo é a deserção também das classes médias dos serviços públicos. Um dos motivos para aumentar a

propensão dos estratos sociais mais favorecidos a buscar serviços básicos no setor privado são as crescentes disparidades de renda, com famílias ganhando muito acima da média da população.

Vemos em Kaztman (2001) que, no âmbito da cidade, a perda da sociabilidade informal e dos contatos face-a-face entre as classes e o consequente isolamento dos pobres em relação às correntes principais da sociedade não se dá apenas pelas diferenças na apropriação dos espaços públicos urbanos para a realização de atividades necessárias, opcionais e de socialização, mas também nos diversos âmbitos em que é possível ter contatos públicos, por exemplo, o local de trabalho, de estudo ou de consumo cultural. O caso da segmentação na área educativa, com uma separação entre colégios para ricos, colégios para classe média e colégios para pobres, que implica na deserção do sistema de educação pública pelos setores das classes médias, é especialmente importante. O sistema educativo básico pode ser considerado o único espaço institucional obrigatório (logo, universal a todos os cidadãos) que tem a potencialidade de atuar como espaço integrador. Ele possibilita a pessoas de distinta origem social conviverem por um tempo prolongado sobre bases distintas que aquelas do contrato de trabalho ou do comércio de bens e serviços, colaborando no desenvolvimento de códigos comuns e vínculos de solidariedade e afeto sob condições de igualdade entre crianças e adolescentes de diferentes camadas sociais. De acordo com Kaztman:

[...] conforme aumenta a segmentação entre os estabelecimentos educativos, aumenta também a probabilidade de que os membros de um estrato social só se encontrem em uma relação face-a-face no mercado de trabalho, onde as relações já estarão enquadradas nos padrões hierárquicos próprios da organização do mundo laboral (2001, p. 177 - tradução nossa).

O autor considera que os contatos informais entre pessoas de diferentes classes têm a capacidade de renovar periodicamente a solidariedade social e a aversão à desigualdade, isto é, a capacidade dos mais ricos terem empatia e sentimentos de obrigação moral em relação aos mais pobres. Esses encontros entre as diferentes classes têm seu lugar no âmbito público, entendido não apenas como as ruas, praças e parques, mas também os meios de transporte, escolas, hospitais, bares, espetáculos de massa etc. Reduzir os espaços em que é possível ter contatos inter-classes afeta os mecanismos de solidariedade social que podem

impulsionar ações no sentido a restabelecer um equilíbrio, bem como a criar freios para um consumo exagerado, ostentador e que conduz ao distanciamento dos padrões de consumo entre as classes. Além disso, a deserção das classes médias dos âmbitos públicos e sua migração para o setor privado têm a consequência de afetar a qualidade dos serviços públicos, pois a sua utilização pelos estratos sociais que têm “voz” é um importante sustento para manutenção de qualidade. O resultado disso é o ativamento de um círculo vicioso de diferenças crescentes de qualidade entre os serviços públicos e os privados.

Há, todavia, espaços na cidade sofisticados e tradicionalmente ocupados e apropriados pela elite que ainda conservam um uso relativamente intenso e heterogêneo do espaço público, misturando funções (pela combinação de residências, serviços, comércios etc.) e grupos sociais e mantendo o uso das calçadas inclusive pelos mais ricos. Conforme Caldeira (2000), exemplos disso são a maioria dos bairros centrais de São Paulo. Porém, características do novo panorama urbano e os efeitos da constante suspeita – guardas, câmeras de vídeo, sistemas de identificação na entrada de edifícios – se fazem também presentes, ainda que não sejam tão severos. Embora esses espaços conservem sinais de abertura e de heterogeneidade social, os moradores e usuários dessas áreas não desejam a indeterminação que deu forma ao espaço público moderno.

Por fim, há que se destacar que o discurso sobre a violência urbana e a busca por maior segurança são presenças constante em quaisquer considerações sobre o novo panorama urbano, as novas formas de se apropriar e se relacionar com o espaço urbano típica das classes abastadas, a expansão de espaços privados para convívio coletivo e o relativo abandono dos espaços públicos urbanos. Todavia, é preciso problematizar qualquer relação automática entre esses aspectos e a ideia de uma cidade perigosa. Uma das questões a ser explorada é que, como ressaltam Barcellos e Mammarella (2009), o fascínio pelo isolamento como garantia de proteção constitui-se num ponto de encontro entre vontades individuais de proteção e mecanismos de mercado para comercialização de empreendimentos fechados e serviços e equipamentos de segurança privada. Logo, embora o medo da violência não seja uma ilusão coletiva, visto que tem base real, ele é frequentemente amplificado e tratado de forma simplificada pela mídia e por setores econômicos específicos. Como ressaltam as autoras, a violência urbana tem causas e

manifestações complexas; não, é, portanto, em medidas simplificadas e reativas que reside sua solução. Se a expansão de empreendimentos privados para convívio coletivo parece estar mesmo relacionada com o aumento da criminalidade e o medo da violência urbana, deve-se considerar que medidas individuais para garantia de segurança são sempre paliativas e têm efeitos localizados, além de serem restritas àqueles que têm condições financeiras para arcar com seus custos. Schapira (2000), versando sobre o caso de Buenos Aires, avalia que a conversão da insegurança em problema-chave pode ser surpreendente em uma das cidades mais seguras da América Latina, com uma vida pública ativa até alta noite, e na qual a insegurança já atingia há muito tempo os bairros mais desprovidos da periferia. Segundo a autora, foi pelo aumento de assaltos à mão armada em bairros nobres que essa questão foi trazida ao centro do discurso da mídia e das preocupações dos habitantes; ou seja, quando a violência urbana atingiu os setores que têm “voz” é que esse tema ganhou destaque.

Um outro ponto é que, embora esses universos privados para a elite encontrem no medo da violência uma de suas principais justificativas, eles também são símbolos de *status*, elaborando diferenças sociais e criando meios para a afirmação de distância e desigualdades sociais (CALDEIRA, 2000). Assim, a violência também atua como uma linguagem simplificadora que localiza medos difusos (MOURA, 2006), que encobre e disfarça o desejo de distinção e exclusividade, tão ou mais importantes que o desejo de segurança (BARCELLOS; MAMMARELLA, 2007).

2. 3 A produção de espaços diferenciados para as classes abastadas

Os espaços privados para convívio coletivo, típicos espaços das classes abastadas para a realização das mais diversas atividades – consumo, lazer, trabalho, moradia –, no contexto da América Latina, representam os novos lugares da globalização, dando às grandes metrópoles um ar de *global city* (SCHAPIRA, 1999). A expansão desses espaços está relacionada ao colapso do modelo desenvolvimentista e sua substituição pelo modelo de crescimento mundial baseado

na globalização das atividades econômicas e expressa uma nova forma de ocupação do espaço urbano (SVAMPA, 2008).

A análise de Sassen (1998) sobre as mudanças na geografia das cidades na nova economia mundial enfatiza aspectos como o enorme desenvolvimento das telecomunicações e das indústrias da informação, a dispersão da atividade econômica associada à integração global e a centralidade das empresas especializadas na prestação de serviços e do setor de finanças. Nesse contexto, a importância das grandes cidades é renovada, pois elas se tornam locais privilegiados para acolher certos tipos de atividades e funções, como as indústrias de destaque (as finanças e os setores de serviços especializados destinados às empresas) e seus mercados. Algumas destas cidades – como Nova York, Londres, Tóquio, Paris e, até mesmo, São Paulo e Cidade do México –, as cidades globais, passam a desempenhar um papel estratégico, se tornando pontos de comando na organização da economia mundial. Entre elas, instaura-se uma competição explícita visando acessar a mercados cada vez mais globais. Todavia, a maioria das cidades, inclusive das grandes cidades, não participa desses novos sistemas urbanos transnacionais; não obstante, várias cidades preenchem funções equivalentes às cidades globais em escalas geográficas menores.

Nas cidades globais e suas contrapartidas regionais, os aspectos problemáticos da nova economia urbana são particularmente evidentes. Há, por exemplo, um aumento dos salários dos profissionais de nível superior e uma queda brutal dos salários de trabalhadores pouco qualificados que se reflete num relativo abandono do mercado imobiliário voltado às classes de baixa e média renda para privilegiar a crescente demanda de imóveis para os novos profissionais bem remunerados, os quais apresentam possibilidades de grandes lucros. Há, também, o desenvolvimento de um mercado imobiliário internacional e a chegada de grandes investidores internacionais, que forçam a elevação dos preços devido à competição e os aumentam ainda mais para vender com lucro (SASSEN, 1998). A consolidação das cidades globais, portanto, traz enormes implicações sócio-espaciais, como o forte investimento de capitais em áreas consideradas estratégicas e a distorção do mercado imobiliário, que tem como consequência o aumento da segregação interna e os processos de dualização espacial (SVAMPA, 2008). Nota-se que as implicações dessa nova economia urbana representam, em última instância,

processos de polarização sócio-espacial entre os que participam diretamente da economia global e aqueles que estão fora dessa lógica.

Essa lógica de competição em escala global pela atração de atividades, funções e recursos não é identificada somente nas cidades globais. Conforme Svampa (2008), o processo de concorrência entre as cidades visando sua transformação em centros da economia mundial, gera uma reorganização urbanística com o objetivo de atrair capitais. Para Vainer (2009), a ideia de competição entre cidades é central no planejamento estratégico urbano. Esse modelo de planejamento se assenta sobre três analogias: a cidade é uma mercadoria (um objeto que deve ser vendido), a cidade é uma empresa (um sujeito econômico que compete para atrair investimentos) e a cidade é uma pátria (ela exige um consenso, uma trégua de conflitos internos, para estabelecer e difundir um pensamento estratégico). Cidade-mercadoria, está inserida num mercado altamente competitivo, no qual o grande capital demanda localizações privilegiadas – situação que exige um *marketing* urbano para vender uma imagem atrativa. Cidade-empresa, precisa ser competitiva, ágil, flexível e tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. Cidade-pátria, precisa eliminar conflitos internos, estabelecendo consenso sobre a importância de o processo de planejamento e de decisão se basear nos sinais e interesses do mercado.

A cidade do planejamento estratégico, modelo que vem ganhando espaço no Brasil e na América Latina pela ação de agências internacionais como o BIRD e o Habitat e de consultores internacionais, promove uma cidade voltada para grupos e interesses específicos. Ela é pensada como mercadoria para o capital internacional e para visitantes e usuários solventes (e não para os imigrantes pobres, por exemplo); é mercadoria de luxo, com um público consumidor muito específico e qualificado. Há uma preocupação com a imagem dessa cidade, imagem esta elaborada por um trabalho de *marketing* – promovendo uma cidade segura, uma cidade justa e democrática etc. É pensada como empresa que deve ser gerida com base em interesses constituídos e dominantes no mercado, ou seja, interesses privados dos capitalistas – e não os interesses dos seus cidadãos. Pensada como pátria, vê desqualificada sua politização e a participação dos cidadãos nas decisões, conduzindo à eliminação da esfera política local.

Assim, sob a ótica de Schapira (1999), há um desenvolvimento impressionante do mercado imobiliário, com grandes operações urbanas que transformam a cidade por pedaços, de acordo com uma lógica privada. Essas transformações se dão no sentido de renovar e revalorizar áreas negligenciadas para produzir espaços de consumo e lazer para as classes médias globalizadas. Se isso pode ser considerado banal, pois é semelhante ao que ocorre na Europa, não se pode esquecer que as cidades latino-americanas estão cada vez mais vulneráveis em razão de problemas ambientais (poluição, inundações etc.), da precariedade de infra-estrutura e de serviços urbanos básicos e do aumento da pobreza e da violência.

A produção de espaços privados para convívio coletivo para usufruto das classes abastadas se vincula, portanto, a essa percepção de que numa economia global as cidades se veem inseridas numa competição em nível internacional pela atração de capitais. Culminando em operações urbanas pontuais e localizadas que visam a satisfazer determinados interesses e responder às necessidades de determinadas camadas sociais, se relaciona a uma visão fragmentada e parcelar do espaço urbano. Sua produção, portanto, mais do que criar espaços para convívio coletivo que simulam as características dos espaços públicos (BARCELLOS, MAMMARELLA, 2009), novos espaços para a reunião e o encontro (SCHAPIRA, [2002?]), se relacionam com a nova economia mundial capitalista. O diagnóstico de Lefebvre (2002) de que o espaço inteiro se encontra inserido no processo capitalista de produção da mais-valia, através de compra e venda de parcelas suas, se vê agora exacerbado. Da mesma forma, parece que nunca uma visão fragmentada e parcelar do espaço urbano esteve tão em pauta como agora, prevalecendo, como fim, a estratégia capitalista. O que torna esse quadro problemático, no âmbito da América Latina, é o fato de que a atenção para grandes questões urbanas como crescimento desordenado, ocupações irregulares, infra-estrutura precária terem de competir com essa nova forma de produzir e pensar a cidade.

No incremento da produção desses espaços, há, sem dúvida, um ponto de encontro entre vontades das pessoais e mecanismos de mercado. O fascínio exercido por esses espaços reside, como já visto, na alternativa de vida urbana que oferecem: uma vida entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social), longe

das interações indesejadas, do perigo e da imprevisibilidade das ruas e com mais prestígio (CALDEIRA, 2000).

Um outro tipo de espaço para as classes abastadas é aquele produzido pelo processo de gentrificação. Em linhas gerais, a gentrificação implica numa transformação na composição social dos residentes de bairros desvalorizados (a substituição de classes populares por classes médias e médias-altas) com o investimento, melhoramento, renovação e reabilitação do estoque de moradias desses bairros. Conforme Hamnett (1997), enquanto objeto de investigação, a gentrificação é um campo teórico e ideológico entre dois esquemas explicativos radicalmente diferentes: a perspectiva cultural – que enfatiza as preferências e a ação individual – e a perspectiva dos imperativos do capital e do lucro.

A perspectiva cultural tem seu ponto de partida nos estudos de David Ley, cuja teoria é baseada sobre a produção de “gentrificadores” e as condições culturais e de consumo. Enfocando o lado da demanda, portanto, Ley assumia que as origens e as causas da gentrificação estavam no poder aquisitivo e nas preferências de uma nova elite, a classe de serviços (profissionais de colarinho branco). Seu estilo de vida se orientaria para o consumo e o *status*, e havia preferência por bairros que ofereçam uma diversidade étnica, arquitetural e de estilos de vida. Esses gentrificadores surgem e crescem a partir de mudanças nas estruturas econômicas e de emprego no período pós-industrial do capitalismo tardio, e são cruciais para o desenvolvimento da gentrificação, pois é o seu poder de compra que estimula a atividade imobiliária em direção a esse processo (HAMNETT, 1997).

A segunda perspectiva analítica tem seu principal expositor em Neil Smith, o qual, a partir da sua teoria da renda diferencial, compreende a gentrificação como um produto estrutural do mercado de terras e do mercado imobiliário. Nesse quadro de análise, gentrificação só se desenvolveria quando, devido à depreciação das edificações existentes, a renda real de um bairro fosse menor que sua renda potencial. Assim, seria a existência de uma renda diferencial suficiente para garantir lucro para o mercado, e não as preferências de consumo, que poderia iniciar um processo de gentrificação num bairro. A demanda e as preferências dos consumidores determinariam apenas a forma final e as características dos bairros revitalizados. Posteriormente, Smith adotou um quadro de análise mais amplo, que incluía a desindustrialização, as transformações das estruturas de emprego, o peso

crescente dos profissionais de serviço (classes médias e superiores, largamente representados entre os gentrificadores), mudanças demográficas e nas formas de consumo. Avançou também sobre uma possibilidade de integrar os argumentos do lado do consumo e do lado da produção, considerando que a gentrificação era resultado do desejo dos gentrificadores de se diferenciar de outros grupos sociais (uma forma de constituição de classe) num contexto econômico pós-fordista, de produção e consumo diferenciados. Não obstante essa reformulação, Smith permaneceu concedendo um papel secundário às preferências de consumo dos gentrificadores, situando a importância dessa forma de consumo dentro do quadro de acumulação capitalista. (Cf. HAMNETT, 1997).

Na avaliação de Hamnett (1997), ambas as perspectivas teóricas são importantes por destacarem aspectos diferentes e cruciais para a compreensão de um fenômeno que é, ao mesmo tempo, físico, econômico, social e cultural. Aspectos como a existência de habitações pouco caras e desvalorizadas são necessários à explicação da gentrificação, da mesma forma que a produção de gentrificadores potenciais, sua cultura, seu consumo e sua reprodução são elementos necessários num quadro explicativo do processo. Considera-se que a análise das diferentes abordagens ao processo de gentrificação é importante para essa pesquisa porque permite perceber a complexa imbricação que existe entre, de um lado, valores, estilos de vida, preferências e formas de consumo e, de outro, estratégias de acumulação de capital (interesses do mercado e do poder público). Mais do que isso, mostra como esses aspectos interagem na produção do espaço urbano e, mais especificamente, de determinados espaços, com determinadas características, voltados e apropriados por determinados indivíduos, grupos sociais ou classes.

Pelo lado da perspectiva dos imperativos do capital e do lucro, Smith (2006) analisa como a gentrificação deixou de ser um processo de natureza esporádica e de escala restrita, como foi inicialmente identificado, para se tornar uma estratégia de acumulação de capital para as economias urbanas em competição. Numa primeira formulação, a de Ruth Glass, datando do início dos anos 1960, a gentrificação foi considerada um processo pouco acentuado, restrito aos antigos bairros operários de Londres. Nesse período inicial, atores individuais, os indivíduos de classe média e média alta compradores de casas, eram os principais, e a gentrificação era um processo pontual, localizado e não planejado. Atualmente, em

muitas cidades de Europa, a gentrificação é algo sistemático, objeto central em programas ambiciosos, tendo seus atores centrais no Estado, nas instituições financeiras e os promotores imobiliários. A lógica do processo hoje reside mais no plano econômico que no cultural, tendo, em muitos casos, se tornado uma estratégia urbana crucial para as municipalidades, em acordo com o setor privado. A partir dos anos 1990, a gentrificação se generalizou, não apenas no sentido de se difundir em outras cidades além dos grandes centros do capitalismo avançado, os quais, não obstante, permanecem como localizações principais da gentrificação nesse início de século. Uma das dimensões dessa generalização se refere à participação significativa do Estado no processo, a partir de parcerias entre o capital privado e a municipalidade, de modo que as políticas urbanas já não aspiram regular ou guiar o crescimento econômico, mas ajustar-se às estratégias do mercado visando obter contrapartidas mais elevadas (seja diretamente, seja via arrecadação de impostos). Além disso, há a presença do capital globalizado, inclusive em programas residenciais locais, a difusão da gentrificação para além dos perímetros centrais, em bairros mais afastados, e o desenvolvimento de uma generalização setorial: ela não se limita mais ao mercado de habitação, abrangendo também restaurantes, vias comerciais, parques, cinemas, torres de edifícios, museus, locais turísticos, complexos culturais. Assim,

Para as classes médias, reconquistar a cidade implica muito mais do que somente obter um apartamento gentrificado. Uma nova “gentrificação complexa” e institucional inaugura agora uma renovação urbana de dimensão classista. Essa gentrificação classista complexa conecta o mercado financeiro mundial com os promotores imobiliários (grandes e médios), com o comércio local, com agentes imobiliários e com lojas de marcas, todos estimulados pelos poderes locais, para os quais os impactos sociais serão doravante mais assegurados pelo mercado do que por sua própria regulamentação; a lógica do mercado, e não mais os financiamentos dos serviços sociais, é o novo *modus operandi* das políticas públicas (SMITH, 2006, p. 79)

A gentrificação se transformou e sempre exprime particularidades da constituição do espaço urbano da cidade em que se manifesta, mas seu caráter classista, de expulsão de pobres e sem-tetos e sua substituição pelas classes médias e médias altas, é uma constante. Não obstante, a generalização setorial conferiu ao processo uma aparência democrática ao produzir paisagens urbanas que qualquer um pode visualizar, mas poucos podem consumir. Além disso, a

gentrificação é hoje referida por eufemismos como “regeneração urbana” que, além de representarem a nova fase do processo – a gentrificação planejada e financiada em uma escala sem precedentes –, também mascaram seu caráter classista, já explícito no termo original. A compreensão de que as cidades atualmente competem em escala global para atrair investimentos surge nessa análise de Smith (2006), para quem a gentrificação generalizada representa uma estratégia de acumulação de capital central num contexto de competição entre as cidades.

A literatura sobre gentrificação que enfatiza as estratégias dos atores individuais na explicação do fenômeno destaca as possibilidades que os centros das cidades oferecem, bem como sua relação com as exigências culturais e de consumo dos gentrificadores. Assim, se uma parcela da nova classe média (a classe de serviços) tem preferência pela vida nos centros, é por fatores como proximidade ao local de trabalho, oferta de equipamentos culturais e sociais, restaurantes etc. Mesmo os autores que adotam esse enfoque, todavia, não perdem de vista aspectos estruturais como as mudanças nas estruturas de produção e na divisão social e espacial do trabalho que conduziram à desindustrialização das economias capitalistas e ao crescimento do setor de serviços, que explicam fatores de produção de frações-chave da classe de serviços (os gentrificadores) (HAMNETT, 1997). Transformações demográficas relacionadas a esses aspectos estruturais, como entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, aumento do número de solteiros e de casais sem filhos e crescimento da individualização da vida social e cultural se conectam às preferências e necessidades formadoras de modos de vida e de consumo que são atraídos pela vida nos centros (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). A emergência de gentrificadores, com demandas culturais e de consumo específicas, pode ser também relacionada com o debate sobre a cidade global, segundo o qual as grandes cidades, que atualmente representam centros de controle e comando para os grupos transnacionais, produzindo serviços (gestão, consultoria, seguro), formam um contexto propício para a ascensão da gentrificação:

Os “gentrificadores” são aqueles que servem à nova economia mundial e que, ainda que bem pagos, não correspondem aos muito ricos no sentido das classes dominantes ou às burguesias tradicionais.

[...]

O ponto central de argumentação das world cities é a necessidade de proximidade física entre os diversos atores humanos dos serviços da nova economia mundial. No coração dessas cidades, eles precisam minimizar as

distâncias entre as diversas seqüências de suas vidas cotidianas (trabalho, educação, saúde, cultura etc.), e precisam estar constantemente em contato. Mas é também a esfera econômica que pode tirar proveito desse contato social, porque ele favorece as dinâmicas de inovação (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 26).

Em geral, a literatura sobre a gentrificação a considera um fenômeno das cidades anglo-saxônicas. Isso porque outras cidades europeias e da América Latina sempre tiveram bairros burgueses ou aristocráticos nos centros, e não conheceram (ao menos não intensamente) os fenômenos de suburbanização que marcaram as cidades inglesas e norte-americanas a partir dos anos 1950 (Cf. HAMNETT, 1984 apud BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). De fato, um dos motivos para a gentrificação receber tamanha atenção no meio acadêmico foi por desafiar as teorias clássicas da localização residencial e das estruturas sociais urbanas que postulavam que a suburbanização das classes médias representava o estágio final do desenvolvimento da cidade industrial (HAMNETT, 1997). Contudo, as coisas não seriam tão esquemáticas assim, seja porque numerosas cidades norte-americanas tiveram bairros valorizados localizados no centro, seja porque cidades europeias e latino-americanas viram certas camadas médias e abastadas fugirem rumo às periferias (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). Ademais,

No que concerne ao período recente, pode-se afirmar que os fatores que favoreciam o processo de gentrificação nas cidades anglo-saxônicas, tais como o crescimento numérico dos executivos e outros profissionais, o aumento do número de casais com dupla renda, os modos de vida e de consumo decorrentes, e que estão ligados à emergência de um novo modelo de desenvolvimento [...] estão também presentes em vários contextos (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 28-29).

Conforme Bidou-Zachariasen (2006), na América Latina, a problemática da gentrificação é bastante presente, ainda que seja difícil levá-la ao pé da letra. Tratam-se de projetos de revitalização e revalorização dos centros degradados, com particular ênfase na preservação e restauração do patrimônio histórico, no incremento das atividades ligadas ao turismo, lazer e cultura, na requalificação do espaço público (por exemplo, solucionando problemas do comércio ambulante), na atração de investimentos privados e do consumo de produtos de luxo. Frequentemente, esses projetos não são apresentados sob o rótulo da gentrificação; a ideia acionada é a da diversificação social, mas uma “ideologia” da gentrificação

está presente, dado que diversificar áreas com perfil de ocupação popular implica atrair famílias mais ricas para habitar ou, ao menos, frequentar esses bairros.

Ainda que a transposição das análises centradas em países desenvolvidos para o caso latino-americano e brasileiro deva ser criteriosa, é possível encontrar paralelos, como, por exemplo, no que tange às transformações decorrentes da “face” cultural da globalização. Segundo Ortiz (1998), a globalização dos mercados não se restringe ao nível econômico, se efetivando também pelo compartilhamento de valores, de uma ideologia, do modo de vida que toca no cotidiano das pessoas. A globalização teria um dos fenômenos mais significativos no surgimento de grupos de consumo globalizados, substrato de uma cultura internacional-popular que se efetiva principalmente através do mercado. Nos países periféricos, esse fenômeno teria efeitos perversos:

A globalização provoca um desenraizamento de segmentos econômicos e culturais das sociedades nacionais, integrando-os a uma totalidade que os distancia dos grupos sociais mais pobres, marginalizados em relação aos mercados de trabalho e do consumo. O terceiro mundo vive hoje um processo de desagregação enquanto entidade homogênea. Resulta disso que certas camadas sociais de cidades como São Paulo, Buenos Aires ou México se aproximam da vida que encontramos em Nova York, Paris ou Tóquio, se desconectando da dura realidade que prevalece na periferia urbana. O que é distante, no plano geográfico, se torna próximo, enquanto que aquilo que nos circunda se perde numa indiferença socialmente construída. A mundialização da cultura penetra assim as parcelas heterogêneas de nossa população e as separa de suas raízes nacionais (ORTIZ, p. 137).

Pela via da globalização, as classes médias e altas da América Latina são expostas aos estilos de vida de seus pares residentes nos países desenvolvidos, surgindo, entre elas, novas aspirações e novos padrões de consumo que podem estabelecer uma distância irritante e explícita em relação ao consumo das classes pobres de seus países. Níveis altos de intolerância à desigualdade servem como mecanismos de autocontrole no consumo das classes abastadas, mas, como já visto, os contatos informais inter-classes que servem de sustento a uma solidariedade social vêm reduzindo continuamente (KAZTMAN, 2001). As aspirações de consumo das classes abastadas servem de incentivo para projetos de novos empreendimentos privados e de renovação e requalificação de espaços, que, ao se conformarem às necessidades e preferências das camadas de alto poder aquisitivo, visam a gerar maiores lucros e formar uma imagem atrativa de cidade.

Pensar a constituição de espaços para as classes abastadas a partir da análise da gentrificação favorece a compreensão de que, nesses processos, aspectos estruturais – mudanças na estrutura produtiva e no regime de acumulação – se conectam com preferências, modelos de consumo e estilos de vida. Esses aspectos não estão isolados na conformação e determinação da forma de produção do espaço urbano, mas atuam em conjunto. Ademais, mostra o tipo de espaço que interessam a frações das classes abastadas – os estratos bem qualificados das classes médias superiores – e como o poder público e os investidores privados podem se apropriar de processos “espontâneos” e estabelecer novas estratégias de acumulação de capital através do espaço urbano.

Além disso, pode-se pensar em que medida essa apropriação estratégica colabora na conformação das preferências dos indivíduos. Por exemplo, Caldeira (2000) relata as mudanças no imaginário social e nos valores que foram necessárias para que os enclaves fortificados fossem vistos como espaços de prestígio e aceitos e desejados entre as classes médias e alta. Uma primeira diz respeito ao abandono das casas como paradigma da residência digna e evidência de *status* (associado aos valores de privacidade, liberdade individual e família nuclear) e sua substituição pela preferência por moradias coletivas, como edifícios de apartamentos. Outra foi a valorização da residência em áreas mais isoladas, não urbanizadas e distantes, com a necessária ressignificação da distância do centro, negativa na associação centro-rico e periferia-pobre. Em São Paulo, expõe a autora, os condomínios de edifícios levaram um bom tempo para perderem o estigma de cortiços e se tornarem o principal tipo de moradia das classes médias e alta, e essa mudança se deveu, ao menos em parte, a mudanças na legislação municipal e políticas federais. O resultado desses fatores foi o aumento da área dos apartamentos construídos, o deslocamento de novos edifícios residenciais para regiões fora do centro da cidade, a interrupção da construção de apartamentos para famílias de baixa renda e a primazia da destinação dos financiamentos do BNH para a classe média e para prédios recém construídos. Assim, as transformações nas preferências das classes abastadas quando à localização e tipo de residência se deveu a fatores “externos”, que dizem respeito, basicamente, à oferta.

2. 4 A criação de fronteiras e a constituição de territórios das classes abastadas

Acreditamos que o conceito de território pode ser útil para compreender como determinados espaços da cidade podem ser identificados como próprios das classes abastadas. A concepção clássica de território, no âmbito da Geografia, fazia referência unicamente ao território nacional, associando-o ao poder do Estado-nação e à identidade nacional. Não obstante, o conceito tem certa tradição também em outras áreas de conhecimento (Ciência Política, Economia, Antropologia, Sociologia, Psicologia) cada qual centrando o enfoque em uma perspectiva. Por este motivo, o conceito de território tem diversas concepções desde as mais materialistas (concepções naturalistas, de base econômica, de tradição jurídico-política) às mais idealistas (HAESBAERT, 2004). Aparece, na maior parte das reflexões teóricas e ao longo do tempo, como um conceito capaz de apreender uma das principais dimensões do espaço geográfico: a sua dimensão política ou vinculada às relações de poder (poder em suas diversas manifestações) (HAESBAERT, 2007).

Aqui, será adotado um sentido mais amplo, que permite abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área e ser aplicado também nos estudos das cidades (VALVERDE, 2004). Numa concepção mais ampla, o conceito pode abarcar também realidades mais efêmeras, variantes e diversificadas que o território nacional – por exemplo, realidades de limites instáveis, existência cíclica e ocupando espaços não-contínuos (SOUZA, 2008). Não obstante, a temática do poder permanece: território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2008, p. 78). Entretanto, poder é entendido de forma ampla, indo, como num espectro, tanto do mais visível e “material” – as instituições formalizadas –, até o poder “invisível” e simbólico – o imaginário e as representações dos diferentes grupos culturais (HAESBAERT, 2007). O espaço, por sua vez, não constitui o território em si, sendo apenas seu substrato material. O território se refere às relações sociais projetadas nos espaços, é “um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 2008, p. 97 - grifo do autor). Devido a isso, territórios podem formarem-se e dissolverem-se de modo relativamente rápido, mesmo que o substrato espacial permaneça o

mesmo, ou podem superporem-se uns aos outros (SOUZA, 2008; VALVERDE, 2004). O espaço é um referencial para a construção de identidades territoriais, um referencial que, tendo sido eleito ou reconstruído, interfere na intensidade e longevidade da dinâmica identitária (HAESBAERT, 2007).

Como visto, não somente a temática do poder está vinculada às reflexões teóricas acerca do território, mas também a temática da identidade. Na realidade, os processos de identificação estão imersos em relações de poder e têm um caráter permanentemente relacional. Identificar-se pressupõe uma diferenciação em relação ao que é estabelecido como o “outro”; logo, é também, de alguma forma, classificar e, assim, re-significar o mundo. A temática do poder se alia à da construção identitária na medida em que identificações e re-identificações são objeto de intensas disputas entre os que têm poder de formular e fixar estas classificações. Portanto, o território envolve uma dimensão simbólico-cultural – uma identidade territorial como forma de controle simbólico de um grupo sobre o espaço – e uma dimensão político-disciplinar e político-econômica – a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997 apud HAESBAERT, 2007).

Adota-se aqui a perspectiva integradora de território proposta por Haesbaert (2004), segundo a qual o espaço não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico e cultural. O espaço é, portanto, um híbrido:

[...] híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “identidade” [...] Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas dimensões de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Além disso, compreende-se que, atualmente, os processos de territorialização (as territorialidades) são mais móveis e de caráter múltiplo, seja na dimensão político-econômica como na dimensão simbólico-cultural. O que alguns compreendem como desterritorialização e enfraquecimento das identidades territoriais, Haesbaert (2007) compreende como “multiterritorialização”, isto é o desenvolvimento de vínculos identitários com mais de um território ao mesmo tempo

ou com territórios de características muito instáveis, múltiplas e/ou híbridas. Não se trata, necessariamente, da perda de laços simbólicos e afetivos com os lugares:

Trata-se assim de um claro processo de “multiterritorialização”, seja de forma sucessiva, vivenciando-se alternadamente distintos territórios, seja de forma simultânea, tanto no sentido de apropriar-se de um espaço marcado pela multiplicidade cultural, quanto no sentido de “acessar” e exercer influência sobre distintos territórios [...] (HAESBAERT, 2007, p. 49).

Como exposto anteriormente, os enclaves fortificados, espaços frequentemente apropriados pelas classes abastadas para realização de atividades opcionais e sociais, são fisicamente demarcados, têm acesso controlado e/ou restrito e possuem regras de inclusão e exclusão próprias, visando a evitar as interações indesejadas, a heterogeneidade social, o perigo e a imprevisibilidade característica dos espaços públicos (CALDEIRA, 1997; 2000). As características desses espaços privados para convívio coletivo, portanto, engendram estratégias variadas de delimitação de fronteiras e restrição de acesso a determinadas pessoas, podendo ser entendidos como substrato material para constituição de territórios próprios dessa camada social. É visível uma forma de domínio e disciplinarização de indivíduos (HAESBAERT, 1997 apud HAESBAERT, 2007), pelo controle de acesso, a vigilância constante e os códigos e normas de uso próprios desses espaços. Se as ruas, espaços heterogêneos, de encontros indeterminados, são cada vez mais rejeitadas pelas classes abastadas, é porque o controle é importante.

É também possível fazer o paralelo entre a apropriação desses espaços e os processos de territorialização pela via da dimensão simbólico-cultural do território, que diz respeito à constituição de identidades e a controles simbólicos sobre o espaço. Os espaços privados para convívio coletivo não somente separam, fisicamente, as classes abastadas dos pobres, mas também funcionam como símbolos de *status*, elaborando diferenças e criando meios para a afirmação de distâncias e desigualdades sociais (CALDEIRA, 2000). A dinâmica de classificação e constituição de “outros”, presente nos processos de construção identitária, ocorre também nos processos de distinção e de imposição e reafirmação de distância sociais. Pode-se pensar, portanto, que esses espaços são importantes referenciais para uma formação identitária de classe e de conseqüente diferenciação de outras classes sociais. Nesse sentido, a constituição de identidades a partir de e em

relação a um espaço estabelece quem são as pessoas apropriadas a usufruir e permanecer nele. De fato, em espaços como *shopping centers*, em que o acesso é mais propriamente controlado do que restrito, o controle simbólico está mais presente, a partir de artifícios como a dificuldade de acesso para pedestres e usuários de transporte coletivo, o próprio preço dos produtos à venda e um acordo tácito estabelecido quanto ao tipo de vestimenta.

Mesmo nos espaços públicos existem mecanismos e estratégias que ajudam a delimitar fronteiras físicas e simbólicas e manter os pobres afastados dos espaços das classes abastadas. Dado o uso ostensivo do automóvel particular para deslocamento das classes abastadas, bairros residenciais das classes altas costumam ter ruas vazias. Há também a privatização de ruas públicas, mediante o bloqueio de seu acesso por portões, correntes – ou até mesmo de maneira menos ostensiva, com jardins, vasos e plantas que obstruem a passagem ou impõem distâncias. Além disso, o controle dessas ruas por vigilantes particulares e câmeras de segurança torna desagradável uma caminhada. Nestes espaços, os pedestres são classificados como suspeitos, pessoas que devem ser mantidos à distância e tratados com medo (CALDEIRA, 2000). Esses mecanismos intentam transformar a experiência pedestre desagradável, um estigma, engendrando, assim, estratégias mais ou menos sutis de estabelecimento de fronteiras.

CAPÍTULO 3 – O MOINHOS DE VENTO E A RUA PADRE CHAGAS: O BAIRRO E O ESTUDO DE CASO

Este terceiro capítulo será destinado a apresentar o espaço da cidade que serviu como caso de estudo para a pesquisa, a rua Padre Chagas. Objetiva-se não apenas fazer uma descrição da rua, mas também mostrar que algumas de suas características e peculiaridades tornam-na um interessante objeto empírico para estudo dos espaços das classes abastadas nas grandes cidades contemporâneas. A apresentação da rua Padre Chagas não pode ser feita sem relacioná-la ao bairro a que pertence, o Moinhos Vento, ao qual deve parte de suas peculiaridades. A rua não só compartilha sua história com a história do bairro, como também, de certa forma, é, atualmente, um espaço que confere visibilidade ao Moinhos de Vento e colabora para a constituição e manutenção de uma imagem positiva deste. Assim, num primeiro momento, será feita uma apresentação exhaustiva da formação e desenvolvimento do bairro e a relação de sua história com a história do município de Porto Alegre. A partir disso será realizada a apresentação da rua estudada.

3. 1 O bairro Moinhos de Vento: sua formação, história e configuração atual

O Moinhos de Vento é um bairro de apenas 82 ha formado por 30 ruas, muitas delas com menos de 100 m de extensão (BISSÓN, 2009). Delimitado pelos bairros Independência, Rio Branco, Mont Serrat, Auxiliadora e Floresta, se localiza na porção central de Porto Alegre (ver mapa na imagem 1), e sua ocupação se deu a partir da expansão da cidade em direção à avenida Independência. A história do bairro, contudo, não pode ser iniciada sem se fazer uma breve referência ao próprio desenvolvimento da cidade de Porto Alegre.

Os princípios da atual capital gaúcha remontam ao século XVIII, quando se conhece um primitivo povoamento por acampamentos relativamente permanentes de tropeiros e, posteriormente, a chegada dos casais trazidos da Ilha dos Açores, em 1752. Na segunda metade do século XVIII, Porto Alegre não tinha configuração precisa e unicidade, tratando-se de um conjunto de povoados que só com o tempo foram se conectando. Ou seja, na medida em que se afastava do núcleo de

ocupação (a região da península, hoje abrangida pelo Centro Histórico), terrenos baldios, chácaras, estâncias e alguns arrabaldes ocupavam a área do município. O hodierno Moinhos de Vento era, então, um dos poucos arrabaldes da Porto Alegre da época, sendo formado por um aglomerado de pequenos plantadores de trigo (SPALDING, 1967).

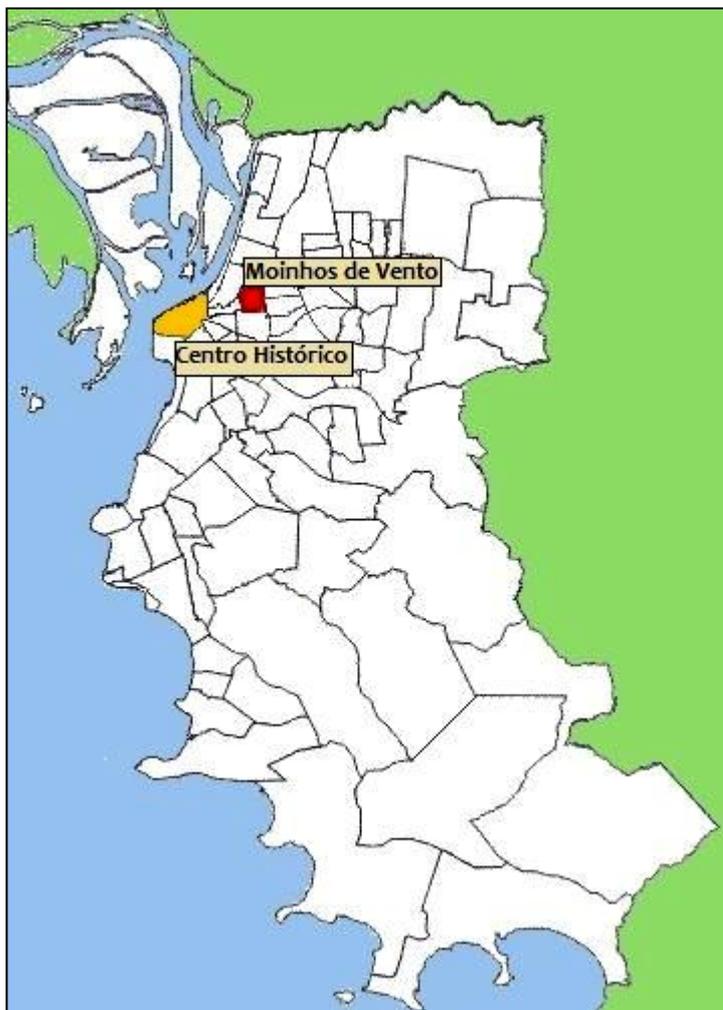


Imagem 1 – O município de Porto Alegre com sua divisão em bairros; destacado em vermelho, o bairro Moinhos de Vento e, em amarelo, o Centro Histórico.

Fonte: Mapa disponível em <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_dos_Bairros_de_Porto_Alegre.png>, acrescido de alterações feitas pela própria autora. Acesso em: 22 jan. 2011.

A partir de meados do século XIX, o núcleo urbano iniciou sua expansão, de forma rarefeita ainda, para além da área central, seguindo o curso dos caminhos (as

estradas, vias radiais) que partiam de sua península⁷. Foi nesse momento que começou a ocupação mais efetiva da região do bairro Moinhos de Vento, acompanhando o trajeto da avenida independência até o Prado da Independência (SOUZA; MÜLLER, 2007), do qual falaremos adiante. Assim, embora sua data de criação oficial (ano de 1959) possa indicar que o Moinhos de Vento é um bairro recente, ele é, na realidade, um dos mais antigos e tradicionais de Porto Alegre. Sua criação se deu junto com outros 58 bairros⁸, dois anos após a criação por lei do bairro Medianeira, o primeiro oficial da cidade. Além disso, seria um dos poucos bairros “que têm história”, conforme Spalding (1967), ou seja, cuja origem se deve mais a seu passado e tradição que a uma determinação legal.

O nome do bairro procede da existência de diversos moinhos de vento nessa parte alta da cidade já desde meados do século XVIII (SANHUDO, 1979)⁹. Além disso, a atual avenida Independência era chamada Estrada (ou Caminho) dos Moinhos, pela existência dos artefatos nas imediações da parte alta da Rua Barros Cassal, desde, pelo menos, 1818. O prolongamento natural da avenida Independência, a rua 24 de Outubro, importante artéria do bairro Moinhos de Vento, chamou-se Rua Moinhos de Vento desde, pelo menos, 1878 e até 1930¹⁰ (FRANCO, 2006).

3.1.1 O desenvolvimento do Moinhos de Vento: a abertura de ruas e a implantação de equipamentos e instituições públicos e privados

Um maior povoamento do bairro, com abertura de ruas e loteamentos, se dá a partir de finais do século XIX. Em 1878, é aberto o loteamento denominado Arraial

⁷ Porto Alegre teve seu desenvolvimento urbano fortemente configurado pela existência de importantes vias que partiam de sua península, região onde se deu o surgimento da cidade e cujo sítio, após inúmeras transformações, transformou-se no seu centro (SOUZA; MÜLLER, 2007). Por se distribuírem em formato de leque, com eixo na península, essas vias são chamadas de radiais.

⁸ Lei Municipal nº 2022 de 7 de dezembro de 1959.

⁹ Do século XVIII ao início do século XIX, o Rio Grande do Sul era grande produtor de trigo, e Porto Alegre a área que mais plantava e beneficiava, tendo na agricultura sua atividade econômica predominante (CARNEIRO; PENNA, 1992). Embora existissem moinhos de vento em outros pontos da cidade, até mesmo em períodos anteriores (FRANCO, 2006; SANHUDO, 1979), segundo Sanhudo (1979), o único lugar que deixou tradição como região produtora de trigo nos arredores do núcleo urbano foi essa porção da cidade, ganhando, inclusive, nome em referência aos equipamentos

¹⁰ Segundo Bísson (2009), o nome do bairro não se deve à existência da quaisquer moinhos de vento da região – ainda que, de fato, eles existissem – mas, unicamente, à antiga denominação da avenida 24 de Outubro.

de São Manoel e lançada a pedra fundamental da capela de São Manoel, localizada em praça de mesmo nome – atualmente, a chamada Praça Maurício Cardoso (FRANCO, 2006). Aberto o arraial, a Estrada dos Moinhos de Vento (rua 24 de Outubro) passou a se interligar com a Estrada da Floresta (atual avenida Cristóvão Colombo), outra importante radial da cidade, a partir da abertura das ruas Félix da Cunha e Dr. Timóteo (FRANCO, 2006). Dado que o desenvolvimento urbano de Porto Alegre se deu primeiro pela ocupação ao longo de suas radiais, para só depois avançar para os sítios localizados entre as vias, significa que este marco zero do bairro foi responsável, também, por preencher um vazio numa época ainda remota, de esparsa povoamento da cidade. E, ao que indica a bibliografia, nenhuma das duas estradas era, então, consideravelmente urbanizada. Implantado o arraial, ruas foram abertas e 462 terrenos postos à venda no mesmo ano. Contudo, isso não implicou num efetivo povoamento do bairro. Segundo Bissón (2009), a ocupação do Moinhos de Vento seria lenta e, na virada do século XIX para o XX, o bairro era uma área campestre, refúgio contra a agitação do núcleo urbano de Porto Alegre.

Nos anos subsequentes, a implantação de equipamentos públicos e privados no bairro representaram estímulos significativos para seu desenvolvimento, povoamento e valorização. Em 1893¹¹, tem-se o estabelecimento da linha de bondes Independência, ainda de tração animal, pela Cia. Carris Urbanos, passando pela Mostardeiro. Na época, a avenida Independência já possuía 96 moradias, número que justificava a linha de bondes (FRANCO, 2006). Com a existência de um transporte público para o bairro, tornou-se concreta a possibilidade a expansão imobiliária nos cercanias da rua do Moinhos de Vento (BISSÓN, 2009).

Em 1894, houve a abertura do Prado Independência, na rua 24 de Outubro, em área que hoje integra o Parque Moinhos de Vento. Durante longo tempo, as corridas de cavalo foram uma grande paixão esportiva dos porto-alegrenses (CARNEIRO, PENNA, 1992), e o estabelecimento de prados estimulava a expansão e desenvolvimento de seus entornos (FRANCO, 2006). Mais precisamente, as disputas em cancha reta em duplas eram um antigo lazer característico das classes mais baixas, sem, contudo, excluir os afisionados mais ricos. Quando, em meados do século XIX, surgiram os prados (ou hipódromos), nova modalidade de corridas de

¹¹ Mesmo em Franco (2006), a implantação da linha de bondes Independência aparece ora como ocorrida em 1893, ora em 1984.

cavalo, realizadas em pistas circulares que admitiam vários competidores¹², as canchas retas foram se tornando exclusividade dos pobres, enquanto os setores sociais mais abastados passavam a frequentar os prados (CARNEIRO; PENNA, 1992). Logo, pode-se aventar que os prados promoviam um determinado desenvolvimento, incentivando a ocupação das áreas adjacentes pelas classes sociais superiores.

Segundo Bissón (2009), o Prado Independência foi o hipódromo mais elegante e espaçoso da época na cidade (ver imagem 2). Espaço preferencial da elite, ostentando personalidades ilustres entre seus sócios, tornou-se a pista oficial das corridas de cavalo da capital. Em 1959, o prado transferiu-se para uma grande várzea no bairro Cristal, à beira do Guaíba¹³. A fase de ouro do Jockey Club, contudo, foi aquela em que ele estava localizado no Moinhos de Vento. Ainda nos anos 50, as corridas de cavalo no prado reuniam grande público e ele permanecia como um local de encontro e lazer da alta sociedade. No período após sua transferência, todavia, as corridas de cavalo perderam muito de seu apelo popular (BISSÓN, 2009).



Imagem 2 – O Prado Independência, em foto do início do século XX.

Fonte: <http://www.portobusca.com.br/curi/Imagens/ft8.jpg>. Acesso em: 17 jan. de 2011.

¹² Eram chamados de prados por se localizarem em áreas planas com vegetação rasteira. (CARNEIRO; PENNA, 1992).

¹³ As circunstâncias da transferência serão tratadas adiante.

relação à qualidade, seja quanto à expansão da rede (BÍSSON, 2009). Segundo Bissón (2009), havia ainda desconfiança em relação à qualidade da água, mas o sentimento de orgulho e fascinação em relação à hidráulica era unânime na cidade. Era uma área de lazer, um cujos jardins a população fazia passeios. Com a construção da hidráulica, foi aberta a rua Fernando Gomes, em 1904.



Imagem 4 – A Hidráulica do Moinhos de Vento, em foto de 1939.

Fonte: http://ronaldofotografia.blogspot.com/2010_08_01_archive.html. Acesso em:

De menor importância para o desenvolvimento e valorização do bairro, mas ainda relevantes, foram a implantação do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (fundado em 1905 por freiras, na rua Ramiro Barcelos), do Hospital Moinhos de Vento (inicialmente Hospital Alemão, inaugurado em 1927, também na Ramiro Barcelos) e da Associação Leopoldina-Juvenil (inicialmente Sociedade Leopoldina Porto-Alegrense, fundado em 1863). O clube, em suas origens, era relativamente modesto e teve diversas sedes alugadas no centro da cidade, até adquirir sede própria na rua Dr. Flores. Em 1942, após essa sede ser depredada em manifestações populares anti-germânicas (por ocasião da Segunda Guerra Mundial), a associação comprou terrenos na rua Marquês do Herval, no Moinhos de Vento, e construiu pouco a pouco a imponente sede social e esportiva que apresenta

atualmente (FRANCO, 2006). Tanto o hospital, que atende somente em particular e por convênios e planos de saúde, como o colégio privado e o clube, são, hoje, reconhecidos em Porto Alegre como sendo próprios de uma classe mais abastada¹⁴. Além dessas instituições, também o primeiro estádio do Grêmio Football Porto-alegrense, inaugurado em 1904, se localizava no Moinhos de Vento, na baixada da rua Mostardeiro. Em 1954, o clube inaugurou seu novo estádio, na avenida Carlos Barbosa, em terreno de 75 mil m² adquirido perante permuta com a prefeitura.

Evidentemente, não é necessária e unicamente devido à instalação desses equipamentos e instituições no bairro a que se deve seu crescimento. O desenvolvimento da área se deu, também, em função do próprio desenvolvimento de Porto Alegre e sua tendência à expansão ao longo de suas radiais. As radiais são vias (inicialmente, estradas ou caminhos; atualmente, importantes avenidas) que partiam de sua península. Entre essas radiais, estão as avenidas Voluntários da Pátria, Assis Brasil, Osvaldo Aranha, Bento Gonçalves etc., bem como as avenidas Independência e seu prolongamento natural, a 24 de Outubro. Elas se constituíram em eixos de desenvolvimento e expansão da cidade, a ocupação e densificação se dando principalmente ao longo delas. Entre as radiais, permaneciam espaços vazios, que só foram ocupados mais tardiamente, devido à dificuldade de acesso. Por conta disso, até hoje a cidade apresenta um aspecto radial, com grandes vias saindo do centro (SOUZA; MÜLLER, 2007). Sendo assim, a proximidade com o Centro de Porto Alegre e a facilidade de acesso ao bairro, através de radiais, estimularam o povoamento do bairro numa época relativamente remota (considerando-se que, no período, muitos bairros da capital, mais distantes de seu centro, eram ainda formados por áreas verdes e chácaras, muitas delas segundas residências das famílias mais ricas para recreação e lazer).

¹⁴ Importante destacar que, tanto o hospital como o colégio não integram o bairro Moinhos de Vento, segundo seu traçado oficial. Entretanto, é um noção ainda corrente, apesar da oficialização do bairro ter mais de 60 anos, que o bairro começa exatamente após o final da avenida Independência, o qual se dá na confluência dessa avenida com as ruas 24 de Outubro e Mostardeiro e com a rua Ramiro Barcelos. Nessa acepção, embora façam parte do bairro Independência, tanto o Hospital Moinhos de Vento como o Colégio Bom Conselho integrariam o bairro Moinhos de Vento. Além disso, segundo Franco (2006, p. 75), por exemplo, o colégio “teve um desenvolvimento simultâneo à própria expansão material e populacional dos bairro Independência, Floresta e Moinhos de Vento”.

3.1.2 Surge um novo bairro para as elites porto-alegrenses

A explicação para o perfil social superior do bairro tem relação com a tendência geral de expansão da cidade. Segundo a leitura de Villaça (2001) indica, isso deve, principalmente, num primeiro momento, à preferência e busca da elite porto-alegrense pelos sítios altos. Este tráfego territorial – presente também em grandes municípios brasileiros, como Belo Horizonte, Salvador e São Paulo –, se consolida com o passar dos anos, mantendo sempre a mesma radial e ocupando sempre o mesmo setor. Na história de Porto Alegre, isso significa que suas elites ocupavam a rua da Praia (rua dos Andradas), na sua parte alta, e a rua Duque de Caxias, ambas situadas no núcleo urbano central. Dado que a cidade dependia de seu Centro, e o custo e o tempo gastos em transportes eram ônus muito pesados, a proximidade ao centro era muito valorizada. A rua da Praia apresentava ainda a vantagem de ser, e ter sido por mais de um século, o principal eixo do centro de Porto Alegre. Já a rua Duque de Caxias, além de ser o local mais proeminente e de maior beleza na época, abrigava os edifícios representativos do poder civil e religioso (o Palácio do Governo, a Igreja Matriz, a Assembleia e, ainda, a Praça da Matriz, ou Marechal Deodoro), guardando grande carga simbólica. Assim, a elite ocupou não só as vizinhanças dessa elevada, como ao longo da rua, permanecendo ali durante décadas (VILLAÇA, 2001).

A avenida Independência, além de eixo de expansão da cidade, é o prolongamento natural da Duque de Caxias, além de ter início próximo à parte alta da rua da Praia e ser também um sítio elevado. A ocupação, pelas elites da época, da avenida Independência, seria, portanto, o mais esperado. Segundo Villaça, (2001), no final do século XIX, a Independência dividia a preferência das elites com a região do bairro Menino Deus, situado ao sul de Porto Alegre. No início do século XX, com a implantação do bonde elétrico na via, a avenida “tomou definitivamente roupagens de lugar aristocrático, com as primeiras mansões residenciais”, segundo Sanhudo (1979, p. 236). Ainda conforme este autor, a avenida teve inúmeros benefícios pela sua proximidade com o centro urbano e por ser um prolongamento da rua da Praia, tornando-se “naturalmente uma via de grandes e suntuosos palacetes, residências da mais fina elite porto-alegrense” (SANHUDO, 1979, p. 236).

A transição do século XIX ao século XX foi um período de modernização da economia do Rio Grande Sul pela expansão da indústria e do comércio. Isso significa que, ao lado da tradicional elite gaúcha, composta pelos grandes criadores de gado e plantadores de arroz, emergiu uma nova força social e econômica, compondo uma nova elite: aquela dos grandes industriais, construtores, banqueiros, agentes de seguros, proprietário de imóveis, e, sobretudo, grandes comerciantes importadores e exportadores de diversos artigos (de tecidos e louças a máquinas e ferragens). Foi essa nova classe que, nas duas primeiras décadas do século XX, construiu suntuosos palacetes na avenida Independência, marcando o apogeu da avenida e do bairro Independência (BISSÓN, 2009), o qual foi o bairro aristocrático da cidade por longo tempo (SANHUDO, 1979)¹⁵.

Aliando o fato de ser um sítio alto e o prolongamento topográfico da parte alta do bairro Independência, o Moinhos de Vento estava no caminho do tráfego territorial das elites por uma mesma radial, como afirma Villaça (2001). Destarte, as famílias abastadas da cidade, que inicialmente ocupavam ruas do Centro, se expandindo após para a avenida Independência, se alastraram, pouco a pouco, para o bairro Moinhos de Vento. Posteriormente à ocupação da Independência, capitalistas, altos comerciantes e a classe média-alta, especialmente os de origem alemã, seguiram o curso da radial e passaram a se instalar no Moinhos, processo que se intensificou no final dos anos 1920. Inclusive alguns dos descendentes das famílias residentes na Independência passaram a viver no Moinhos de Vento (BISSÓN, 2009).

No momento em que a Independência vivia o seu apogeu, o Moinhos de Vento era ainda considerado um bairro afastado do núcleo central da cidade, motivo pela qual as terras da região eram pouco valorizadas. Além dos terrenos baratos, os atrativos do bairro eram as vastas áreas verdes e a altura elevada do sítio – não só pelo benefício da paisagem, mas também pela proteção contra cheias do Guaíba, como as que ocorreram em 1926 e 1928. Os alemães e teuto-brasileiros, entre eles poderosos industriais e comerciantes, formaram o primeiro grupo que escolheu a

¹⁵ Já na década de 1960, época em que publicou a primeira edição de sua obra, Sanhudo (1979) denunciava a destruição dos “velhos monumentos arquitetônicos dos ricos do princípio do século”, transformando-os em pensões estudantis ou pondo-os abaixo para abrir espaço à construção de edifícios. Atualmente, imobiliário da avenida e do bairro Independência é marcado pela presença de altos edifícios e algumas residências antigas, boa parte delas servindo ao uso comercial.

região como espaço para moradia¹⁶. No final dos anos 1920, começava a era das requintadas mansões e do ar aristocrático e imponente do bairro e, com isso, da valorização dos terrenos de algumas de suas ruas mais importantes (BISSÓN, 2009).

Quando da emergência do Moinhos como bairro glamouroso, algumas famílias abastadas residiam também no bairro Cidade Baixa e na avenida Getúlio Vargas, além das já citadas Duque de Caxias e Independência. Bairros conhecidos hoje por abrigar famílias de alta renda, como Bela Vista, Mont Serrat e Três Figueiras, eram regiões nada ou pouco ocupadas, abrigando, às vezes, populações pobres. Dada a proximidade geográfica e as poucas opções de lazer em Porto Alegre, todos os integrantes da elite se conheciam e sabiam suas origens (BISSÓN, 2009).

Segundo Bissón (2009), a partir dos anos 1930, era praticamente indistinguível a fronteira entre a Independência e o Moinhos de Vento, dada a semelhança de perfis sociais e das construções que compunham a paisagem dos dois espaços. O Moinhos de Vento acabou por superar a avenida Independência e a rua Duque de Caxias em termos de riqueza e, na metade da referida década, se consolidaria, ele, como o bairro aristocrático da cidade, centro residencial preferido pelas elites. Contudo, ainda permanecia, no imaginário social da cidade, o *status* da Independência.

O perfil aristocrático do Moinhos de Vento se deveu, certamente, ao altíssimo poder aquisitivo de seus residentes, sejam eles integrantes da elite tradicional – os pecuaristas e grandes fazendeiros – ou da classe dirigente emergente – os grandes industriais e comerciantes. Os amplos terrenos disponíveis no Moinhos de Vento permitiam a construção de palacetes com imensas garagens, piscinas e jardins frontais, o que era difícil na Independência e Duque de Caxias. Contudo, a expressão da pujança e da modernidade, no bairro, provinha, principalmente, da nova classe capitalista, especialmente os de origem alemã. Com o processo de ascensão desta e a decadência econômica e a perda de influência política dos pecuaristas, teria sido a presença de setores ligados à indústria e ao comércio o

¹⁶ A comunidade germânica foi precursora de notáveis iniciativas no Moinhos de Vento, como a implantação do então Hospital Alemão, a construção do estádio do Grêmio Foot-ball Porto-Alegrense e a função do clube Sociedade Germânica (as sociedades recreativas e esportivas, aliás, seriam especialidades alemãs) (BISSÓN, 2009).

elemento responsável por manter o bairro como de elite por décadas. Houve, contudo, uma “aliança” entre essas duas classes poderosas, que se consolidou aos poucos, tanto por meio de relações comerciais como matrimoniais (BISSÓN, 2009).

Uma análise das residências antigas das ruas Fernando Gomes e Padre Chagas, realizada por Reis (2003), pode servir como amostra das características gerais das construções do bairro. Mais do que detalhes arquitetônicos, é interessante notar os hábitos e modos de vida que são expressos nos projetos. As paredes espessas, bem como a separação entre área social térrea e segundo andar privativo, reservado os dormitórios, revelam a preocupação com a privacidade da intimidade familiar em relação ao exterior, à rua. A grande dimensão das residências, bem como suas amplas áreas sociais (compostas, geralmente, de gabinete, sala de jantar e um grandioso hall), escadas excepcionais e grande número de dormitórios (sempre três ou quatro), demonstram o alto poder aquisitivo de seus proprietários. Outro indicativo é também a qualidade da construção, fazendo com que essas casas durem com integridade até hoje. Além da área social, na parte térrea ficavam a cozinha, a copa e o quarto de empregada, no interior da casa, e banheiro de serviços, despensa e lavanderia, na rua. Associado à independização de acessos – isto é, era possível sair da área íntima e chegar na área de serviços sem cruzar a área social – revela a presença de empregos domésticos que poderiam circular com discrição pela residência. De fato, segundo Bissón (2009), as mansões tinham muitos empregados para realização dos serviços domésticos: no mínimo, quatro (cozinheira, arrumadeira, copeira e lavadeira). Um fator externo à casa, ou seja, da rua, também é ilustrativo do poder aquisitivo dos moradores do Moinhos: até os anos 1970, apesar de não se pensar que poderia haver assaltos ou crimes violentos no bairro, o guarda-noturno já era uma figura onipresente na sua paisagem.

Durante décadas, e como nenhum outro, o Moinhos de Vento abrigou figuras ilustres da vida cultural, social, econômica e política, boa parte deles descendentes de famílias ricas e tradicionais, inclusive de outras cidades e estados. Entre seus residentes, o bairro teve A. J. Renner, Alberto Bins, Ildo Meneghetti, Leonel Brizola, Loureiro da Silva, bem como os fundadores do Country Club de Porto Alegre e da companhia de aviação Varig. Outros, eram apenas hóspedes ocasionais, circulando no bairro por terem, entre seus familiares ou no círculo de amizades, moradores do

bairro: por exemplo, Gal. Castelo Branco, Getúlio Vargas, João Goulart, Osvaldo Aranha (BISSÓN, 2009). Os relatos de seus ilustres moradores sugerem que era comum, geração após geração, familiares de uma mesma família residirem no Moinhos de Vento. Todavia, mesmo com a presença da pujança no bairro, havia algumas áreas pobres, com a presença de casebres. Além disso, havia também uma numerosa classe média-alta, ocupando, geralmente, casas geminadas idênticas, dispostas em fita, muitas vezes em aluguel. Alguns, porém, podiam residir numa dessas casas e depois construir seus próprios palacetes (BISSÓN, 2009).

Aspectos marcantes do início de século XX até os anos 1970 foram o estabelecimento do clube Grêmio Náutico União na metade da década de 1940 e da Associação Leopoldina Juvenil, em 1954. Esta última tinha sede que chamava atenção pelo seu luxo, com suntuosos lustres e uma decoração que remetia ao tempo do Império. Ademais, o Leopoldina é, atualmente, um dos símbolos mais reconhecidos do Moinhos de Vento, tendo, no imaginário social, o *status* de um clube exclusivo, restrito a figuras ilustres. Ambos os clubes trouxeram nomes de destaque da música brasileira e internacional na década de 1960 (BISSÓN, 2009).

Durante a década de 1950, setores da classe média e da elite passaram a ocupar os bairros Petrópolis, Bela Vista, Chácara das Pedras e Três Figueiras, dando a eles o perfil que conhecemos atualmente. A cidade se expandia, de forma que áreas mais distantes do centro eram progressivamente ocupadas. No Moinhos de Vento, isso se traduziu, por exemplo, no episódio de transferência do hipódromo para a várzea do Cristal, em 1959. À medida que a cidade se desenvolvia em direção ao Moinhos e ao sítio do Prado, crescia a tentação dos dirigentes do hipódromo em promover um loteamento nessa área altamente valorizada, cercada de construções de alto preço e situada num bairro considerado aristocrático. Todavia, a área do Prado Independência eram terras devolutas ou de difícil determinação de propriedade, e a Câmara Municipal considerou toda a área de utilidade pública, contrariando os interesses dos dirigentes. Apesar da reação furiosa por parte desses “prejudicados”, prevaleceu a decisão da Câmara, preservando o caráter público do espaço (CARNEIRO; PENNA, 1992) que se tornou um dos parques mais importantes da atual Porto Alegre e grande atrativo do Moinhos de Vento: o Parque Moinhos de Vento, chamado também Parcão. O processo se iniciou, pelo menos, em 1942 (senão antes), com a assinatura de decreto-lei

municipal que autorizava o poder público a entrar em negociações com a Associação Protetora do Turf para promover a transferência do hipódromo para outro local, embora só tenha se concretizado 17 anos mais tarde (CARNEIRO; PENNA, 1992).

Nesse período de ascensão e consolidação do Moinhos de Vento como bairro glamouroso e de elite, o pioneirismo em diversos aspectos foi um traço marcante. Muitas das novidades chegaram e aconteceram primeiro no bairro. Foi assim com o primeiro jogo de futebol noturno da cidade, em 1931, no Estádio da Baixada, do Grêmio Foot-ball Porto-Alegreses – o que significa dizer que a iluminação em jogos de futebol foi estreada no bairro; com a primeira piscina em residência particular, nos anos 1930; a presença de motocicletas no final da mesma década, numa época em que eram raras na cidade; a primeira loja de decoração, a Gheno Interiores, aberta em 1957; a primeira galeria comercial de Porto Alegre fora do centro da cidade, no princípio dos anos 1960 e que recebeu, ainda, a inédita e desconhecida denominação de *shopping center*. Muitos desses pioneirismos do Moinhos de Vento se devem, sem dúvida, à iniciativa de seus moradores, pessoas de alta renda, muitas delas ligadas a setores e atividades vinculadas ao dinamismo dos avanços tecnológicos, num período de grande valorização de tudo que era considerado moderno. A tradição de pioneirismo do bairro esteve presente até nas últimas décadas do século XX. Nos anos 1970, foi aberto, ali, o primeiro salão de beleza masculino do Brasil, inaugurando uma febre que entraria em declínio a partir dos 1980: o Chez Fernando. Também o maior arranha-céu fora do centro de Porto Alegre, o edifício Império, de 26 andares, foi construído no Moinhos, na mesma época. Ainda é o mais alto conjunto residencial da cidade (BISSÓN, 2009).

As décadas de 1970 e 1980 formaram o período em que se viu, no Moinhos de Vento, a destruição de boa parte dos casarões e palacetes que diferenciaram o bairro e expressaram o alto poder econômico e prestígio social de seus residentes. Numa ânsia incontrolável pela renovação e pelo que era considerado moderno, um processo de destruição do patrimônio histórico-arquitetônico se fez sentir em muitas das grandes cidades brasileiras. Até mesmo as mais ricas construções foram consideradas símbolos do atraso, por serem associadas ao passado. No Moinhos de Vento, isso se refletiu na destruição de belas residências para abrir espaço à

construção de grandes edifícios. A rejeição e crítica a esse processo eram praticamente nulas (BISSÓN, 2009).

Se a derrubada das residências antigas implicou numa transformação do ambiente construído do bairro, permanecia, contudo, o caráter basicamente residencial do bairro. Já existiam edifícios comerciais, com salas ocupadas por escritórios de advocacia e arquitetura e consultórios médicos, bem como um comércio sofisticado e diferenciado, de maior poder aquisitivo, estar em expansão. Todavia, com algumas exceções, as ruas continuavam tranquilas e vazias, e a maior parte do comércio que se limitava às necessidades básicas de seus moradores. O Moinhos de Vento mais conhecido na cidade era o hospital, e não o bairro. A região era identificada como “de elite”, mas muitos não sabiam seu nome, apenas que era a região da 24 de Outubro. Era um local que moradores de outros bairro passavam, mas não costumavam frequentar. Essa condição de relativo anonimato só mudou a partir dos anos 1990 (BISSÓN, 2009).

Uma das exceções a esse panorama era a justamente a 24 de Outubro, dado que tinha uma considerável atividade comercial em desenvolvimento desde os anos 1950. Outra exceção era o Parque Moinhos de Vento, inaugurado em 1972, embora suas obras só tenham sido finalizadas em 1974. Construído na área do antigo Prado, o parque levou, portanto, 15 anos para ficar pronto e, em pouco tempo, virou um “*point*” noturno de jovens de classe média-alta de toda a cidade. Já na década de 1990, a atração do parque para a comunidade do município eram os eventos musicais (BISSÓN, 2009).

Outros desses estabelecimentos inovadores, alguns não inéditos, foram responsáveis por atrair porto-alegrenses de todos os bairros nas décadas de 1970 e 1980. Foi assim com a Mozart Discos, fundada nos últimos anos da década de 60. Houve também o Flor de Primavera, casa de sanduíches argentinos aberta em 1974 pioneira no ramo alimentação rápida e leve¹⁷. A primeira academia de ginástica de ginástica de Porto Alegre, a Academia do Parque, foi aberta em 1979, no bairro; imitando as que despontavam no Rio de Janeiro, colaborou para introduzir um novo padrão estético-comportamental, atualmente já consolidado, de cuidado com o corpo e com a forma física, na cidade¹⁸. Outro foi o Wunderbar, restaurante de culinária

¹⁷ O Flor de Primavera ainda está em funcionamento.

¹⁸ A Academia do Parque esteve em funcionamento até 2005.

alemã aberto em 1984 que inovava por ter também um bar, ideia inédita da cidade e que implicou em grande sucesso do estabelecimento¹⁹. Também a Bogart, casa noturna e bar-restaurant requintado, com música, aberto em 1986; visando o público dos casais de 30 a 50 anos, foi responsável por transformar o cenário da vida noturna no bairro²⁰. No final dos anos 80, foi aberta a primeira loja exclusivamente para venda de CDs no Estado, a Melody Laser²¹. Houve também o Bucanero, casa noturna aberta em 1989, visando perfil semelhante ao do Bogart, mas que se transformou em casa dançante para solteiros dos 20 aos 45 anos²². O Wunderbar, o Bogart e o Bucanero e seu sucesso, numa área tradicionalmente residencial como o bairro, foram o prenúncio de uma tendência de transformação do Moinhos de Vento em região de lazer noturno. Ademais, atraíam as classes média e média-alta de toda a cidade, além de personalidades de prestígio nacional. A Academia do Parque foi outro estabelecimento que se tornou um lugar badalado da capital, e recebia as personalidades que visitavam a cidade. Ou seja, a tradição de ineditismo do bairro, agora, implicava também em atrair também os que não residiam ali (BISSÓN, 2009).

No final do século XX, devido a mudanças na estrutura produtiva nacional a partir de 1969, os grandes proprietários de terras perderam ainda mais prestígio e poder, e muitas das tradicionais grandes empresas familiares fecharam ou foram vendidas (caso das Casas Louro e Renner, cujos fundadores foram moradores do Moinhos). Assim, no final do século XX, algumas famílias tradicionais do bairro haviam desaparecido ou empobrecido. Também houve a emergência de uma nova classe média superior, que passou a ocupar os condomínios de luxo dos bairros Mont Serrat, Bela Vista e as adjacências da avenida Nilo Peçanha. Nos anos 1990, ficou evidente o número de pessoas que nasceram ou viveram parte de sua vida no Moinhos que haviam se mudado para essas novas ofertas de áreas nobres na cidade (embora, até hoje, um número considerável de descendentes dos sobrenomes históricos do bairro continue ali). Faltava espaço no bairro para atender

¹⁹ O Wunderbar fechou em 2005, quando já tinha que disputar espaço com outros empreendimentos que copiaram sua novidade.

²⁰ A Bogart foi vendida três anos após sua abertura.

²¹ A Melody Laser fechou sua filial no Moinhos nos anos 1990, quando o CD já não era mais uma novidade.

²² O Bucanero existe até hoje, como local para pessoas os acima de 35 anos.

à demanda por moradia e por apartamentos mais novos e luxuosos que os já existentes no bairro (BISSÓN, 2009).

Na década de 1990, o destaque do bairro deixou de ser os tradicionais sobrenomes que ocupavam suas mansões, para ser a presença do comércio dos ramos de alimentação e lazer. Um dos fatores impulsores foi a instalação de consultórios médicos de diversas especialidades no bairro em que outrora essa classe profissional havia escolhido para morar: com a circulação de profissionais no bairro, estimulou-se a abertura de pequenos estabelecimentos comerciais – cafés, restaurantes populares, confecções femininas. A reviravolta, contudo, viria com a abertura do Café do Porto, na rua Padre Chagas, em 1995. A partir da abertura e do sucesso desse empreendimento, outros bares, cafés e restaurantes ocuparam a Padre Chagas e ruas próximas. Foi esse processo o responsável pela mudança radical de perfil funcional do bairro: o Moinhos de Vento passou a atrair inúmeras pessoas não residentes na região (BISSÓN, 2009). Formou-se a chamada “Calçada da Fama”, ponto de reunião na noite porto-alegrense para um público abastado. Houve, enfim, um aumento considerável do movimento no bairro, seja pedestre, seja por automóvel (este talvez seja o mais sentido, justamente pelos congestionamentos que ocasiona).

3.1.4 Panorama atual do Moinhos de Vento

Cada vez mais, o Moinhos de Vento assume um perfil comercial aliado ao residencial. Nas artérias mais importantes, como as vias 24 de Outubro, Mostardeiro e Goethe, é marcante a presença de altos e modernos edifícios abrigando escritórios, além dos edifícios residenciais, estes, em geral, mais antigos (ver imagem 5) . A presença de galerias comerciais é outro traço característico do bairro, mas as “lojas de rua” também estão presentes, mesmo nas vias de fluxo menos intenso (ou, talvez, mais especificamente, já que as galerias se concentram nas vias de maior trânsito).



Imagem 5 – Vista da rua 24 de Outubro mostrando a verticalização do bairro e a reunião de residências, serviços e comércios (os dois edifícios mais à direita na foto são de apartamentos residenciais).

Fonte: fotografia da autora.

Embora haja muitas construções recentes, há ainda um bom número de casarões antigos bem conservados, muitos deles servindo para abrigar lojas, restaurantes, cafés, escritórios, clínicas e consultórios médicos, ou seja, com adaptação de seu uso original (ver imagem 6). A existência dessas construções junto com a presença das edificações mais recentes ajuda a conservar uma aura de bairro aristocrático, glamouroso, mas que oferece infra-estrutura e atrativos para as necessidades e preferências das atuais classes abastadas.



Imagem 6 – Exemplo de uma antiga mansão preservada, mas adaptada para uso comercial.
Fonte: fotografia da autora.

O Moinhos de Vento, que outrora era um bairro mais restrito, frequentado basicamente pelos seus residentes (com algumas exceções, como nas realizações das corridas de cavalo no Prado Independência), é, hoje, um espaço atraente para porto-alegrenses de diversos bairros. Além, é claro, daqueles que frequentam o local para fins profissionais, há os que são seduzidos pelas alternativas de lazer e consumo oferecidas. Um dos maiores atrativos do bairro, sem dúvida, é o Parque Moinhos de Vento. Além dele, e talvez mais importantes, há também os restaurantes sofisticados e diferenciados, os cafés, os estabelecimentos de lazer noturno, o comércio e o Moinhos Shopping. O bairro se tornou uma espécie de centro – ou subcentro – urbano, que atrai pessoas de toda a cidade.

Nos seus aspectos sociais, como já visto, o bairro parece ter perdido a condição de bairro preferencial da elite de Porto Alegre. Isso é exemplificado pelo rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio do bairro: 29,33 salários, um valor alto, mas não o mais alto da cidade, pois está abaixo do bairro Três

Figueiras (37 salários mínimos) e Bela Vista (34,68 salários mínimos). Ainda assim, cabe destacar que, no município, essa média é de 9,93 salários mínimos – ou seja, praticamente um terço da média do Moinhos²³.

Logo, mesmo que não seja o bairro mais elitizado de Porto Alegre (ao menos conforme indica o rendimento médio dos responsáveis por domicílio), permanece como um dos que abrigam grande parte da população mais privilegiada socialmente de Porto Alegre. Ainda em relação ao rendimento de sua população, outros dados são ilustrativos. Por exemplo, dividindo a população de responsáveis por domicílio em duas faixas, uma daqueles com até 10 salários mínimos de rendimento, e outra dos que ganham acima disso, a porcentagem é praticamente inversa: no Moinhos de Vento, 24,54% estão na primeira faixa salarial e 75,45% estão na segunda; já no cidade como um todo, 73,19% estão na primeira e 26,81% estão na segunda faixa salarial. Ademais, 50,19% dos responsáveis por domicílios no bairro ganham acima de 20 salários mínimos, enquanto apenas 11,43% em Porto Alegre têm esse rendimento.

Em termos de condições de moradia, isso se traduz em uma maior porcentagem de domicílios com abastecimento de água, destino de lixo e esgoto sanitário adequados, em comparação à porcentagem geral do município. Quanto ao nível educacional, a taxa de alfabetização da população a partir de 15 anos e os anos de estudo dos responsáveis por domicílio também são maiores que aqueles do município. Além disso, cumpre citar que a maioria dos responsáveis por domicílio do bairro, 66,36%, tem mais de 11 anos de estudo – enquanto que essa porcentagem é de 28,37% para o conjunto da cidade. Mais surpreendente, talvez, seja a taxa de analfabetismo dos responsáveis por domicílio do Moinhos de Vento: 22 vezes menor que a taxa no município.

Ainda a fim de caracterização do bairro, deve-se citar que, nos dados de 2000, o bairro conta com 8.067 moradores. A população residente tem um perfil de maior idade que o município em geral: são 48,05% dos residentes com 45 anos ou mais (26,96% a partir dos 60 anos), enquanto essa porcentagem é de 28% na cidade.

²³ Estes dados estatísticos e os que virão a seguir provêm do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, e disponível no site do Observatório da Cidade de Porto Alegre (<<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/>>. São os dados mais atualizados do instituto municipal.

3.2 A Padre Chagas

A Padre Chagas é uma pequena rua de 450 m de extensão que se inicia na rua Fernando Gomes e termina na junção das ruas Félix da Cunha com Olavo Barreto Viana. Sua entrega ao domínio público em torno de 1910 (FRANCO, 2006) e, cinco anos após, já apresentava edificações (REIS, 2003). Recebeu um primeiro calçamento, com pedras irregulares, entre 1925 e 1926 (FRANCO, 2006) e, em 1956, consolidou-se totalmente, tendo edificações em todos seus terrenos (REIS, 2003).

Ao que tudo indica, o desenvolvimento da rua Padre Chagas se deu em consonância com o desenvolvimento do Moinhos de Vento. Ela foi, durante longo tempo, apenas mais uma das ruas do bairro que ascendeu à categoria de bairro mais elitizado de Porto Alegre no século XX. Nesse sentido, a rua também abrigou os sobrenomes tradicionais, as ricas famílias, os grandes e luxuosos palacetes, num processo de valorização que se iniciou nos anos 1920. Bissón (2009) relata a existência de um armazém, o Bairro Chic, aberto em 1926, na rua Luciana de Abreu, esquina com a Padre Chagas; todavia, a presença desse comércio para suprir necessidades básicas diárias não é motivo para crer que a rua fosse uma exceção ao perfil funcional eminentemente residencial de seu bairro²⁴.

Ao que indica a história do Moinhos de Vento, a Padre Chagas começou a protagonizar uma mudança de perfil funcional na década de 1990, pela presença crescente de consultórios médicos e grandes edifícios de escritórios, seja no próprio logradouro, seja em outros do seu entorno. Esse fato impulsionaria o estabelecimento, na rua, de restaurantes e algum comércio de confecções. Segundo Reis (2003), o que havia era pequenos comércios para atender as necessidades diárias de um público local, predominantemente formado por executivos das empresas próximas; a rua tornou-se, então, consagrada pelos inúmeros restaurantes voltados a atender a esse público de executivos nas suas refeições, ou seja, um uso comercial alimentício (REIS, 2003). Ou seja, nada que tornasse a rua conhecida para grande parte dos porto-alegrenses.

²⁴ Até hoje, no mesmo local, existe um armazém, chamado Mercado Moinhos.

Possivelmente, a construção de edifícios comerciais na rua foi motivada pela sua proximidade a importantes vias do Moinhos de Vento: estendendo-se em paralelo à rua 24 de Outubro, a Padre Chagas termina em confluência com as ruas Félix da Cunha e Olavo Barreto Viana, vias que se conectam formando um percurso que leva da avenida Cristóvão Colombo à confluência da 24 de Outubro com a avenida Goethe (ver mapa na imagem 7). Isso significa que é uma rua próxima a pontos do bairro de grande fluxo e de fácil acesso tanto para usuários de automóvel particular quanto para usuários de transporte coletivo.

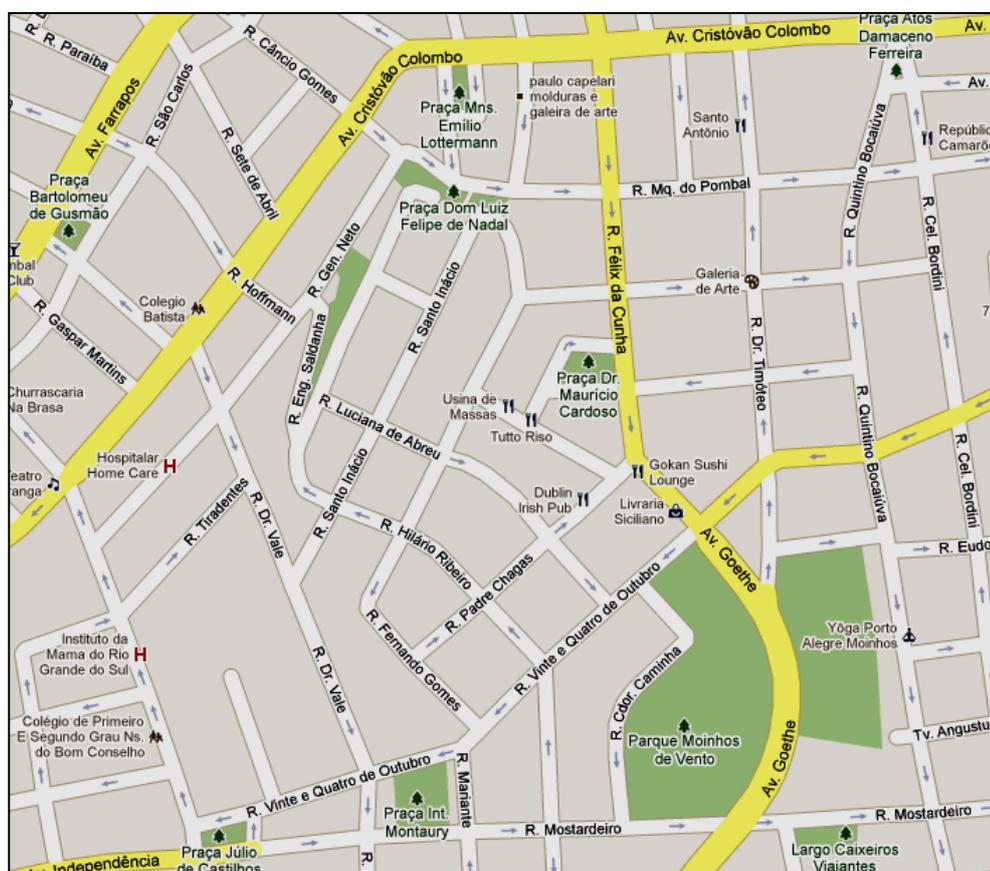


Imagem 7 – Mapa mostrando a confluência das ruas Padre Chagas, Félix da Cunha e Olavo Barreto Viana, bem como a proximidade da primeira com a rua 24 de Outubro.

Fonte: Google Maps. Acesso em: 5 fev. 2011.

A presença de escritórios, consultórios médicos e restaurantes e outros pontos de alimentação na rua na década de 1990 foi relatada em uma das entrevistas realizadas para esta pesquisa e também em entrevista que consta no apêndice A de Reis (2003). Todavia, nas duas entrevistas, a avaliação é de que a rua não tinha ainda assumido o perfil funcional que tem atualmente – um espaço

comercial, mas muito voltado para o lazer, para o estar, o permanecer –, tendo somente um perfil comercial alimentício, de prestação de serviços e de venda de artigos, especialmente de vestuário. Além disso, conforme Bissón (2009), em meados da mesma década, a Padre Chagas permanecia sendo uma área residencial, mas já com forte presença comercial e de serviços, tendo, portanto, grande movimento de carros e pedestres.

Como já exposto anteriormente, a transformação radical por que passaria a rua se deu a partir de 1995, com o estabelecimento do Café do Porto, na Padre Chagas. A iniciativa partiu de uma jovem que crescera no bairro, e que, olhando o perfil funcional relativamente heterogêneo da rua – como já citado, com residências, comércio e serviços –, a falta de lugares para reunião e convívio social – sobretudo cafés, em Porto Alegre e no Moinhos de Vento em particular – e o movimento de pessoas de alto poder aquisitivo, apostou que havia espaço para um café na rua. O rápido sucesso do empreendimento, atraindo grande público um mês após sua abertura, revelou que a aposta estava correta (BISSÓN, 2009). O que se viu não foi apenas a abertura de um café, mas um inédito café “nos moldes europeus”, com a proposta de colocar mesas na calçada, permitindo aos frequentadores permanecer em contato com o exterior, a rua²⁵.

A partir dessa aposta acertada, o processo foi praticamente espontâneo, com uma crescente instalação de outros cafés, restaurantes e bares que atraíam cada mais vez público para a rua e a tornavam mais conhecida na cidade. Apesar do sucesso do Café do Porto, talvez o maior fato responsável por tirar o Moinhos de Vento e a Padre Chagas da condição de relativo anonimato para os porto-alegrenses, tornando-os espaços de concentração de pessoas de todos os bairros, foi a inauguração do Jazz Café, em 1997. Resultado de outra aposta, o espaço era um café e bar estabelecido numa rua até então quase desértica e aparentemente desinteressante, que apresentava, de um lado, os muros laterais da hidráulica e, de outro, três edifícios e três residências antigas: era a rua Fernando Gomes. O potencial da via estaria na calçada de 2m para passeio, acrescida de um recuo de 4m em alguns pontos, que permitiria a colocação de mesas e cadeiras na rua, seguindo a ideia lançada pelo Café do Porto. O Jazz Café demorou para encontrar seu público, mas sua permanência impulsionou a ocupação dessa rua, que forma

²⁵ O Café do Porto existe até hoje na Padre Chagas.

um “T” com a Padre Chagas e que ganhou grande visibilidade na cidade. Meses depois do Jazz Café, abriu o Lilliput, bar que, desde a inauguração, teve grande êxito, tornando-se o chamariz da rua Fernando Gomes e recebendo personalidades ilustres no seu espaço. Com esses dois estabelecimentos, a rua Fernando Gomes foi a grande novidade do verão de 1998 de Porto Alegre e passou a ser conhecida como “Calçada da Fama”, em alusão àquela de Los Angeles. O espaço se tornou conhecido pela presença de belas mulheres e integrantes das classes médias altas²⁶ (BISSÓN,2009).

Possivelmente, o sucesso e publicidade da “Calçada da Fama” impulsionou não somente a ocupação da Fernando Gomes por outros restaurantes, bistrôs e bares, como também conferiu maior visibilidade à Padre Chagas. Tanto é que, atualmente, mesmo aqueles que conhecem o local não sabem definir ao certo a qual das ruas se refere a alcunha “Calçada da Fama”. Ademais, também é desconhecido de quem e por que, exatamente, partiu tal apelido. Há algumas hipóteses, todas plausíveis: por ser um espaço que atraía pessoas famosas em nível local e nacional; por receber pessoas destacadas de profissões prestigiadas, integrantes das classes médias altas, além de bonitas (especialmente as mulheres são citadas nesse caso) e bem vestidas; por ser um espaço para aqueles que buscam destaque, o “ver e ser visto”; ou, numa ironia, para fazer referência a um aspecto frívolo desse espaço de reunião e encontros. Sendo a denominação “Calçada da Fama” de origem desconhecida, o mais provável é que, seja qual tenha sido a motivação para tal invenção, ela tenha se apropriado e ganhado popularidade por todos esses motivos.

É importante destacar, todavia, que, mesmo que a “Calçada da Fama” tenha contribuído para a popularidade (mas não exatamente popularização) da Padre Chagas, esta não deve seu desenvolvimento e sucesso àquela via, dado que teve um desenvolvimento próprio: de rua exclusivamente residencial, para rua de perfil executivo-empresarial, para espaço de lazer. Atualmente, inclusive, talvez devido ao encerramento das atividades do Lilliput e do Jazz Café na Fernando Gomes, esta rua parece ter perdido parte de seu brilho e glamour. Já a Padre Chagas, além de conservar o destaque que ganhou pelo seu ponto mais tradicional, o Café do Porto, tem outros espaços responsáveis por uma grande atração de público, como o Z Café e a padaria Listo – além do Press Café, localizado quase na esquina da via, na

²⁶ Tanto o Jazz Café como o Lilliput não existem mais na Padre Chagas.

confluência com a rua Hilário Ribeiro. Um dos aspectos responsáveis por isso pode ser o fato de a Padre Chagas ser uma rua mais extensa que a Fernando Gomes, tendo mais pontos disponíveis e, conseqüentemente, mais possibilidades de desenvolvimento.

A transformação do perfil da Padre Chagas não se deu sem uma transformação do ambiente construído. Não foi necessariamente uma modificação radical, já que, mais do que a construção de novos edifícios, o que chama a atenção na rua é a transformação, com adaptação de seu uso original, das residências antigas, para abrigarem os pontos comerciais. Assim, terraços e recuos das laterais das casas foram fechados para ampliação da área interna, áreas de garagem foi integradas ao corpo de suas casas, recuos de jardim ganharam construções para expandir o espaço interno, paredes internas foram derrubadas para abrir espaço a grandes salões, fachadas ganharam mais e/ou maiores aberturas para permitir melhor comunicação entre o interior e o exterior. Apesar de não terem sido postas abaixo, muitas das casas “preservadas” foram descaracterizadas e praticamente destruídas pelas grandes adaptações no seu espaço interno e externo (REIS, 2003). Ainda que conservem algum diferencial, as fachadas da maioria das casas reaproveitadas para uso comercial sugerem pouco ou nada de seu projeto original.

Outra transformação importante na paisagem da rua se deu com a inauguração do Moinhos Shopping em 2000, seguido da implantação do Sheraton Porto Alegre Hotel, no ano seguinte, em anexo. Tendo uma de suas frentes no ponto em que a rua Félix da Cunha encontra a rua Olavo Barreto Viana, o empreendimento “fecha” o horizonte que se visualiza da Padre Chagas (imagem 8). Enquanto o estabelecimento do hotel 5 estrelas de grande rede internacional intensificou a presença de estrangeiros da região, especialmente executivos, além de destacadas personalidades nacionais e internacionais (BISSÓN, 2009), o *shopping* teria impulsionado a popularidade da Padre Chagas (REIS, 2003, anexo C). Assim, a rua não era mais somente o espaço do público relativamente desinteressado e blasé que frequentava o Café do Porto, mas também do público mais exibicionista, do tipo que fizera a fama da Fernando Gomes.



Imagem 8 – O edifício do Sheraton Porto Alegre Hotel em foto tirada da Padre Chagas.

Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/_JfVhd1ZkDEk/TPMZdBpEamI/AAAAAAAAAFBM/Yt9sVmtDLXw/s1600/POA+093.jpg>. Acesso em: 5 fev. 2011.

Atualmente, a Padre Chagas é uma rua com intenso fluxo de pedestres em todos os períodos do dia. Apesar de não ser muito verticalizada, pela preservação relativa de parte de casario antigo, é uma rua predominantemente comercial, com nove edifícios residenciais, uma residência e dezenas de construções comerciais, destinadas a consultórios e escritórios, estacionamentos, lojas diversas, bancos, farmácias, comércios do ramo alimentício e de lazer etc. Além da rua Fernando Gomes, outras ruas próxima à Padre Chagas, como a Barão de Santo Ângelo, Dinarte Ribeiro, Félix da Cunha, Hilário Ribeiro e as ruas adjacentes à praça Mauricio Cardoso apresentam edificações destinadas a uso comercial, ainda que preservem maior perfil residencial. Mais importante para esta pesquisa, contudo, é o fato de que a Padre Chagas é, atualmente, não somente um espaço para suprir necessidades diárias do público local, seja dos trabalhadores das proximidades ou dos moradores do bairro, mas um espaço que ganhou notoriedade na cidade. É um espaço apropriado pelas pessoas para a realização de atividades opcionais e de socialização, conforme a classificação de Gell (1985 apud BECKER, 2005). Afinado com a história de seu bairro, contudo, esse espaço é frequentado especialmente pelas classes abastadas. Assim, embora muito comentada, não são poucos os que

desconhecem a localização dessa rua pequena, situada a uma quadra de distância da conhecida 24 de Outubro. Advogados, empresários, engenheiros, jornalistas, publicitários, arquitetos, médicos, professores universitários etc. veem, na rua, um espaço de lazer, de reunião e encontro com conhecidos.

Não há, em Porto Alegre, nenhum lugar semelhante à Padre Chagas. Há outros espaços e regiões da cidade que servem de pontos para o lazer adulto, mas nenhum assume a característica de atrair principalmente as classes abastadas. Os outros bairros bastante valorizados da cidade, como Mont Serrat, Bela Vista e Três Figueiras, carecem de ruas que concentrem um número razoável de cafés, bistrôs, restaurantes e bares, ou seja, ruas que tenham atrativos suficientes para receber um grande público. Considera-se, assim, que a Padre Chagas é um espaço único em Porto Alegre, e muito ilustrativo para se estudar como se dá a formação de espaços próprios para as classes abastadas.

Os *shopping centers* são outros pontos preferenciais de frequência das classes abastadas e poderiam, portanto, ter sido selecionados como objeto de estudo. Todavia, embora cada *shopping* tenha uma peculiaridade, podendo-se identificar os que tenham um perfil mais popular e outros com perfil mais elitizado, estes são espaços com razoável bibliografia a seu respeito e contam, além disso, com a interferência óbvia de empreendedores privados em sua constituição. Grandes grupos empresariais encomendam estudos que analisam áreas e fazem prognósticos de seu desenvolvimento, para apontar regiões promissoras para a instalação de grandes espaços de consumo; pensam no público-alvo ideal para tal localização, investem pesadamente em *marketing* e atraem para seu empreendimento as lojas e marcas que melhor se adequam a esse perfil. Nem sempre o resultado é exatamente como o esperado, mas a estratégia de um grupo empresarial pensando e analisando cuidadosamente o melhor local para gerar lucros vultosos está sempre presente. Já a existência de uma rua, um espaço público e aberto, aparentemente semelhante a outras de seu bairro, que se estabeleceu como espaço frequentado por uma população de altos rendimentos num processo relativamente espontâneo, constitui-se num objeto de pesquisa muito mais interessante.

CAPÍTULO 4 – A PADRE CHAGAS COMO ESPAÇO PARA AS CLASSES ABASTADAS

Um caminhante desinteressado, andando pela Padre Chagas, vindo da rua Fernando Gomes, veria uma rua que se estende ao longo de três quadras, numa leve inclinação descendente. Se passasse pela rua durante o dia, veria que na primeira quadra não há grande movimento: um grande estacionamento num terreno vazio, uma galeria de pouco movimento aparente, alguns bares e bistrôs fechados, um salão de beleza com um *deck* e bancos na rua, uma loja de brinquedos na esquina, abaixo de um grande edifício residencial. Na segunda quadra, perceberia que o movimento aumenta, com pessoas reunidas, especialmente, numa padaria e numa loja de torta de sorvetes, também com *decks* elevados e cadeiras que avançam sobre a calçada, além de duas lojas de vestuário feminino, uma grande loja de calçados, um antiquário localizado numa bela residência antiga; na esquina, veria, de um lado, uma agência bancária e, de outro, um mercado e uma banca de revistas que parecem destoar do conjunto da rua. Na quadra seguinte, dependendo do horário, veria um movimento semelhante à quadra anterior, com pessoas sentadas nas mesas de uma pizzaria e restaurante, de um pequeno espaço para café e lanches, de dois imponentes cafés e de uma sorveteria artesanal; veria também lojas, um pequeno edifício residencial logo no início, mais três grandes edifícios residenciais.

Possivelmente, esse caminhante acharia a Padre Chagas uma rua bonita, relativamente arborizada, com um imobiliário bem conservado e exibindo muitas construções antigas em adaptações para receber lojas, bares, cafés, restaurantes (ver exemplos na imagem 9). Perceberia as calçadas relativamente estreitas, seja pela inexistência de recuo nas construções antigas, seja pelos *decks* e cadeiras que avançam sobre o recuo da calçada. Veria uma rua de mão única lotada de carros estacionados em ambos os lados, fazendo com os demais veículos transitem em fila única. Veria um público animado conversando nos cafés – amigos, casais –, seja num momento de encontro, seja numa aparente pausa na jornada de trabalho. Veria até mesmo pessoas aparentemente trabalhando nos seus *laptops* sobre as mesas de um café ou da padaria.



Imagem 9 – Antigas residências adaptadas para receber empreendimentos comerciais são a marca da rua: a residência com fachada em marrom abriga um armazém de alimentos finos no que era uma garagem e, no andar superior, um restaurante; a residência em laranja serve como espaço para um antiquário.

Fonte: fotografia da autora.

Esse é o relato de uma possível impressão da Padre Chagas, semelhante à que tive na primeira vez que visitei a rua, na ocasião da realização das observações da pesquisa. Se o caminhante já tivesse lançado o mesmo olhar desinteressado para o Centro Histórico de Porto Alegre, por exemplo, teria percebido, como eu, as diferenças entre os públicos: diferenças não somente no ritmo dos passos, mais lentos na rua do que na maioria das ruas do Centro, mas também quanto ao perfil socioeconômico. Diferente de muitos dos espaços da cidade, a rua concentra um movimento e uma permanência de pessoas de alto poder aquisitivo, que mostram isso no seu vestuário, no aparente preocupação com sua apresentação, nos seus automóveis e – por que não – nos produtos que consomem (ou, mais especificamente, no preço dos produtos que optam por consumir).

A Padre Chagas tem a peculiaridade de ser um espaço pequeno, que, nos seus 450 m de extensão, concentra grande número de opções. Quase como um *shopping* a céu aberto, boa parte dos seus espaços são ocupados com algum comércio. Dentre os estabelecimentos comerciais que estão na rua, e não no interior

das três galerias existentes, a maior parte – poucos mais de vinte – são do ramo alimentício: são restaurantes, bares, bistrôs e cafés, vários deles com mesas nas calçadas e grandes aberturas, para permitir que mesmo aqueles que estejam no espaço interno tenham um contato com a rua. Pouco mais de dez empreendimentos são lojas de vestuário, de calçados, de acessórios e artigos pessoais. Além desses, o espaço é completado por um minimercado, um armazém de alimentos finos e *delicatessen*, um antiquário, um salão de beleza, duas lojas de arranjos e plantas, duas bancas de revistas, duas farmácias, duas imobiliárias e uma agência bancária. Há também as três galerias comerciais, quase dez edifícios comerciais e aproximadamente o mesmo número de edifícios residenciais.

Esse *shopping* a céu aberto tem grande foco no setor da gastronomia, não tanto pelo maior número de empreendimentos nesse ramo, mas porque o grande diferencial, a grande reunião de pessoas, se dá em torno desses estabelecimentos. A alimentação, assim, mais que uma necessidade diária, assume muitas vezes a condição de pretexto para um momento de lazer, para passar o tempo, conversar com amigos. A imagem da rua é fortemente marcada pela presença das pessoas consumindo produtos nas mesas das calçadas, e os maiores pontos de concentração diurna se dão em torno desses espaços: um em torno da padaria Listo e da Torta de Sorvete (ver imagem 10) e outro centrado no Café do Porto. Esses pontos, já consolidados e adquirindo uma aura de tradicionais, parecem funcionar como pólo de atração para empreendimentos do mesmo setor.



Imagem 10 – Um dos “pólos” da Padre Chagas, a Listo e a Torta de Sorvete são exemplos dos estabelecimentos que trazem a marca da rua: a presença de pessoas nas mesas dispostas nas calçadas, em momentos de lazer e socialização.

Fonte: fotografia da autora.

4. 1 Quem é o público da Padre Chagas

As pessoas que se movimentam e que consomem o lazer do Moinhos de Vento são, essencialmente, adultos. Há presença de jovens, especialmente em espaços como o Caminito Bar, o Dublin Irish Pub, o Mulligan Irish Pub e o Z Café, mas raramente se vê adolescentes, menores de 18 anos. O público jovem é mais frequente no período noturno, enquanto durante o período diurno e em dias úteis há forte presença de pessoas a partir dos 35 anos e até mesmo de idosos. Embora pessoas de toda a cidade visitem a Padre Chagas, há grande frequência de moradores do bairro e de trabalhadores da região, os quais são, geralmente, profissionais liberais e executivos. Além disso, há uma notável presença dos turistas hospedados em hotéis próximos. Em termos de escolaridade, pode-se dizer que não universitários ou graduados em nível superior; quanto ao rendimento e classe social, são definidos nas entrevistas como pertencentes à classe média-alta ou classes A e B. Um entrevistado chegou a traçar um perfil mais detalhado de seu público

consumidor, ressaltando que se assemelha àquele da população do bairro: entre 10% e 15% da classe A, 80% da classe B e o restante, uns 5%, da classe C. Outro entrevistado afirmou que, fora desse público das classes A e B, são os funcionários que trabalham no bairro, referindo-se aos trabalhadores dos empreendimentos (as lojas, os cafés) da rua. É válido destacar que as definições de classe são imprecisas, dado que realizadas pelos entrevistados a partir de critérios subjetivos e não declarados no momento da entrevista. Os termos “classe média-alta”, “classe A” ou “classe B” são largamente presentes na linguagem corrente, e, no seu uso coloquial, tal como na fala dos entrevistados, aparecem sem qualquer rigor conceitual. O mesmo se aplica ao perfil detalhado acima descrito, o qual é baseado na observação desse entrevistado (um proprietário de uma loja de acessórios pessoais) sobre seus clientes, possivelmente utilizando-se de critérios como profissão, poder de compra, vestimenta, modo de se portar, de falar – isto é, uma mescla de critérios mais objetivos com critérios claramente subjetivos²⁷. Utilizam-se essas denominações aqui por serem a forma que os entrevistados escolheram para se expressar, além de entender-se que todas essas classificações remetem ao termo que optou-se por utilizar nesta dissertação, o de classes abastadas.

Muitos dos entrevistados se referiram à presença de um público cativo em seus estabelecimentos, pessoas que, pela sua frequência, se tornam conhecidos dos atendentes, gerentes e proprietários. Nas observações realizadas, mais de uma vez presenciei situações que demonstravam isso: as conversas amigáveis entre clientes e atendentes e gerentes, ou o atendente que reconhecia o cliente e já sabia qual seria seu pedido. Gerente de um estabelecimento chegou a dizer que, ali, eles conhecem “todos” os clientes, “de nome e sobrenome” e que

[...] de manhã cedo, a gente tem grupos, grupos de senhores, que todos os dias, [...] inverno, verão, chuva, frio, eles tão ali, tomando o café da manhã. Todos os dias juntos [...], conversam [...]. No final, da tarde, nós temos nosso público cativo também. Que nem agora, aqueles senhores que estão ali, são pessoas que tão aqui todos os dias. Saem dos seus serviços, que é diversos locais ali da cidade, e vêm todos se reunir aqui, porque moram

²⁷ A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) possui o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEP), que distingue oito classes econômicas (e não sociais), conforme o poder de compra: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. Mensurado por meio da presença e quantidade de alguns itens domiciliares e do grau de escolaridade do chefe de família, o CCEP tem uso corrente em uma série de pesquisas no Brasil e, possivelmente, é o responsável por popularizar a distinção entre classe A, B, C, D e E na linguagem coloquial. Em ASSOCIAÇÃO... (2010), são apresentados os procedimentos utilizados para a definição do CCEP.

aqui nas proximidades (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

Além do público cativo, os frequentadores usuais da rua parecem revezar a presença em cada estabelecimento, ou seja, são cativos da rua, e não exatamente de um ou outro café ou restaurante:

[...] são os mesmos clientes. Tanto que se a gente passa ali, a gente vai ao *shopping*, eles estão no *shopping*, a gente caminha pela calçada, passa no Café do Porto, eles estão no Café do Porto, ou os proprietários aí das outras lojas também vem, todo mundo tomar café aqui, do seu trabalho. Então, é todo mundo, é tudo a mesma coisa (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

O que eu vejo, eu saio daqui, eu vejo meu cliente; eu tenho cliente tomando café aqui, amanhã ele tá lá do outro lado tomando café, daqui a pouco ele tá lá no Café do Porto. Então, eu acho que ele circula bastante (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

O público varia conforme os dias da semana e os horários. Assim, de segunda a sexta, há forte presença dos profissionais das adjacências, de pessoas que estão na cidade em função de seu trabalho, daqueles que estão no Moinhos de Vento em função de consultas médicas e de moradores do bairro. O público profissional se faz presente especialmente no horário do almoço, enquanto os moradores da região comparecem especialmente à tarde. Segundo uma entrevistada, o público de segunda a sexta seria um público “mais selecionado”, e, a partir de sexta e durante o fim de semana, o perfil é mais “misturado”. Esse público que está na Padre Chagas durante a semana costuma também ser mais velho, alguns até idosos.

A partir de sexta, há mais presença dos jovens que, durante a semana, comparecem principalmente a partir do final da tarde. No sábado, alguns entrevistados relataram a presença, nos seus estabelecimentos, de um público mais local e familiar. Outros, relataram o que parece ser unanimidade em todas as percepções sobre domingo: a presença de “estrangeiros”, pessoas de outros bairros da cidade e até de cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre que visitam a rua especialmente para conhecê-la. Esse seria o público mais “misturado”. Enquanto que, nos restaurantes e locais que servem almoço, os turistas hospedados nos hotéis das redondezas comparecem principalmente durante a semana, no pontos de

venda de artigos a presença dos turistas é mais sentida nos fins-de-semana, isto é, nos dias que não estão ocupados com compromissos profissionais.

Sem desconsiderar as impressões dos entrevistados que dão conta de um público mais local e familiar no sábado, em minhas observações, o que reparei foi a presença, durante todo o fim de semana, desse público “estrangeiro”, “mais misturado” e mais jovem: um público que vem para conhecer a tão falada Padre Chagas, para “badalar”, para desfilar. Identifiquei esse público mais “estrangeiro” pela sua apresentação, com o uso de uma produção (roupas, acessórios, maquiagem, penteados) mais ostensiva, mais exagerada; durante a semana, apesar de alguns exageros, as pessoas parecem querer aparecer menos, e se apresentam com um visual mais casual. Um entrevistado disse que tudo que eu pudesse achar estranho durante a semana, era normal no sábado, e que algumas pessoas pareciam colocar sua melhor roupa, fazer cabelo e maquiagem só para passear na rua aos sábados.

Obviamente, pelas minhas observações, não conseguia distinguir se eram realmente os moradores do bairro, ou as pessoas de “fora”, de outros bairros ou até mesmo outras cidades; baseio-me, nesse aspecto, apenas nos relatos das entrevistas. Interessante é notar que os entrevistados que mencionaram esse público que se encontra na rua durante semana percebem claramente a diferença, justamente porque conhecem bem o seu público cativo.

[...] a gente percebe a diferença no final de semana, são pessoas que não convivem aqui durante a semana, mas que frequentam o bairro no final de semana. [...] e aí tu percebe uma característica de pessoas que às vezes nem conhecem o produto, outras estão vindo aqui pra conhecer naquele domingo, pessoas de fora. Pessoas que vêm muito pouco, tu consegue perceber isso, aos domingos (Gerente de um estabelecimento do ramo alimentício).

Eu começo a ver que nos finais de semana tem pessoas que não se encaixam muito no padrão até do que as lojas oferecem, da Padre Chagas, que é mais financeiro, assim. Tem pessoas que vêm de fora pra conhecer a rua, é um público que tá passeando, que tá olhando. É diferente, não é o público que tá comprando, é diferente (Gerente de uma loja de vestuário).

Este último trecho dá conta de que o público diferente é, também, um público de menor poder aquisitivo do que usualmente se vê na rua. A mesma pessoa também comentou que, no sábado (é importante esclarecer que a loja não

permanece aberta do domingo), haveria uma ostentação excessiva, se referindo, em seguida, ao “*footing* motorizado” que ocorre nos fins-de-semana: pessoas desfilando pela rua em carros importados e luxuosos, algumas vezes transitando mais de uma vez pela via. Segundo o mesmo entrevistado, “parece que eles realmente vêm, pegam o carro e vêm desfilando aqui na Padre Chagas”. Em minhas observações, pude observar esse desfile de automóveis: vi veículos das marcas BMW, Mercedes-Benz, Jaguar, Land Rover, empresas que atuam nos segmentos de prestígio e especializado, além de um Ford Galaxie/Landau (automóvel de luxo fabricado na década de 1960 à de 1980) e de uma Grand Blazer Limousine, que chamaram a atenção de toda a rua (na Imagem 11, são mostrados dois exemplares dos carros que “se exibem” na rua).



Imagem 11 – Exemplos dos carros de prestígio e do segmento especializado que circulam na rua: acima, um Porsche Carrera; abaixo, um Porsche Cayman.

Fonte: fotografia da autora.

Outro comentário interessante dá conta de que “no domingo, as pessoas do bairro só saem bem no finalzinho da tarde. (...) Elas não saem durante o dia. Entre aspas, não se misturam.” A impressão é que os moradores sentem esses frequentadores “estrangeiros” invadir seu espaço; deixa de ser aquele ambiente familiar, em que muitos se conhecem, para ser algo misturado, anônimo. Haveria também o incômodo do tumulto, da própria dificuldade de transitar nas ruas e de encontrar lugares disponíveis nos estabelecimentos, conforme foi revelado em outra entrevista. Esse público de badalação, todavia, parece já ter sido maior entre os anos de 2003 e 2006, época “dourada” da rua, em que “brotava gente”, em que havia “gente bonita pela rua inteira”; a rua era realmente um *point*, tal como a “Calçada da Fama” já havia sido.

Com essa descrição do público, pretende-se mostrar que o público que frequenta a rua tem semelhanças do ponto de vista de classe. Ou seja, apesar de ali estarem também presentes pessoas das classes mais baixas – basicamente, funcionários dos estabelecimentos comerciais e de escritórios (atendentes, secretárias, funcionários de limpeza), empregadas domésticas, seguranças, porteiros dos edifícios, etc. – são indivíduos das classes abastadas que se encontram em maior número e que impõem uma “marca” à rua. As observações mostraram também que há maior número de pessoas que não se enquadram no público-chave da rua durante o dia. Ademais, mesmo que se diga que o público das sextas-feiras à noite, sábados e domingos seja mais misturado, essa mistura se dá com maior presença da classe média, não das classes mais baixas.

A descrição dos hábitos e características do público que frequenta a Padre Chagas se propôs a mostrar que, embora tenha certa diversificação, esse público costuma ser identificado como pertencente às classes abastadas, ou seja, um público A-B, ou classe alta e média-alta, público de profissionais liberais, altos funcionários, de formação superior. Isso significa dizer que há uma homogeneidade do ponto de vista socioeconômico no local, semelhante àquela que se verifica em outros espaços apontados pela bibliografia como espaços das classes abastadas, como os *shopping centers* e os condomínios fechados. Assim, mesmo que a Padre Chagas seja um espaço público, aberto e de livre acesso, ela se assemelha, ao menos nesse aspecto, a estes espaços privados e fechados, onde as barreiras e a restrição ou o controle de acesso são óbvios. Tal qual esses espaços privados para

convívio coletivo, a Padre Chagas também permite estar entre pessoas seletas, isto é, do mesmo grupo social.

Afora a descrição do público da rua, a caracterização e adjetivação desse público também oferecem subsídios de análise interessantes. Por exemplo, a referência a “pessoas bonitas” – ou, sua variação, “gente bonita” – na rua é constante. A presença de “gente bonita” faz da rua uma passarela, um lugar onde as pessoas gostam de estar para ver e serem vistas. Difícil determinar o que faz com que um espaço tenha “gente bonita” como sua marca, mas alguns dos trechos de entrevistas podem sugerir algumas explicações:

Olha, a Padre Chagas, ela é um local que tu encontra muita gente bonita [risos], muita gente elegante, muita gente educada. É um... é uma passarela. Bom, tu chega aqui, na Padre Chagas, é a Padre Chagas. Todo mundo que tem um... um bom gosto costuma frequentar a Padre Chagas (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

[...] tem uma rua que você pode transitar, ver pessoas bonitas, dentro do teu nível sociocultural. Então, acho que é isso, um ponto de encontro (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

Os termos “gente elegante”, “gente educada”, “bom gosto”, “nível sociocultural” dão a entender que as “pessoas bonitas” são indivíduos bem posicionados socialmente, de razoáveis rendimentos e bom nível educacional, ou seja, integrantes das classes abastadas. Assim, caracterizar como “gente bonita” o público da Padre Chagas seria uma forma de reforçar o perfil superior, do ponto de vista socioeconômico, da rua.

Outra caracterização, já com maior referência à relação comercial estabelecida na rua, é sobre o alto grau de exigência dos clientes quanto à qualidade do atendimento, especialmente. Certamente, o fato de haver clientes cativos nos estabelecimentos, já conhecidos dos funcionários, gerentes e até proprietários, contribui para essa sensação de maior exigência no atendimento.

O cliente da Padre Chagas, acho que tem um perfil, assim, de mandador. Digamos assim, ó, elas gostam de ser chamadas pelo nome, de ter um atendimento mais personalizado, mais carinhoso. Tem, realmente, um grau de exigência maior do que nas outras lojas, aqui (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

Outro entrevistado relatou a necessidade de um atendimento mais personalizado, relatando até mesmo a criação de vínculos com alguns clientes: oferecer cafezinho, conversar “sobre a vida”. Todavia, esse entrevistado atribuía esse atendimento mais próximo ao fato da loja ser localizada numa rua, e não num *shopping center*, onde o fluxo de pessoas é maior e o público consumidor, mais amplo e anônimo. E outro lado dessa questão é que o bom atendimento é importante para fidelizar os clientes e construir um diferencial para o empreendimento:

[...] as clientes falam: “Ai, não gosto de ir em *shopping*, gosto de loja assim, que tu entra, a gente conhece”. Chega uma peça de roupa, a gente olha para aquela roupa, a gente sabe a cara de quem é aquilo ali. Então, a gente já liga pra pessoa, já diz “Ó, a gente tem uma roupa aqui que é o teu perfil, vem dar uma olhada”. [...] porque acho que aqui [na Padre Chagas] ela [a loja] se consolidou, e o diferencial, hoje, eu acredito que seja o atendimento. Porque o que nós temos, os produtos que eu tenho aqui, tem ali na esquina, tem... Então, o diferencial, o grande, aqui, é o atendimento (Gerente de uma loja de vestuário).

A menção à alta exigência dos clientes sugere que não se trata da necessidade habitual de tentar satisfazer às demandas dos clientes, mas a uma exigência superior por parte dos frequentadores da rua. Ilustrativo disso é a definição de “perfil mandador” do cliente da Padre Chagas, presente num dos trechos acima. O que parece estar subjacente é que os frequentadores da rua querem ser conhecidos e reconhecidos, tratados de forma personalizada para sentirem que não são “mais um”, iguais aos demais. De certa forma, é como se houvesse uma aspiração por exclusividade.

Uma maior exigência quanto ao produto ofertado foi mencionada em uma entrevista, somente:

a gente tem uma boa clientela, principalmente a clientela mais antiga [...] são pessoas exigentes, que gostam de um produto de qualidade, são pessoas que não se importam com o preço, mas, assim, com a qualidade do produto, a aparência, a apresentação dele, isso é o que eles realmente se preocupam. Preço vem bem depois (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

Não é por não ter sido pouco citada que essa exigência não existe nos demais estabelecimentos da rua. Ela se reflete não somente no preço dos produtos e

serviços ofertados – na rua, nada é barato –, mas também no cuidado com a apresentação do estabelecimento, na decoração cuidadosa dos interiores, ainda que, algumas vezes, propositalmente despretensiosa. Contudo, a questão do preço é especialmente relevante por que ele é responsável por fazer uma seleção “espontânea” do público que frequenta a rua: esta se apresenta como opção de lazer e gastronômica para pessoas com poder aquisitivo minimamente razoável. A rua é um lugar para permanecer sobretudo consumindo num de seus estabelecimentos privados – seus cafés, seus restaurantes, seus bares. É por isso que os trabalhadores só estarão na rua em horário comercial – e, conforme observei, mais especificamente, transitando na rua, não consumindo ou desfrutando de um momento de lazer em quaisquer dos estabelecimentos comerciais. Houve até mesmo uma ocasião em que encontrei um funcionário de um dos estabelecimentos do ramo alimentício comprando seu lanche num pequeno botequim de preços modestos localizado na rua Florêncio Ygartua, distante umas três quadras de seu local de trabalho. Ou seja, mesmo com a grande oferta e variedade da Padre Chagas, esse trabalhador, aparentemente, considerou mais razoável caminhar algumas quadras e comprar um lanche mais barato.

Uma das questões que os entrevistados tiveram que responder se referia ao motivo por que as pessoas gostavam de frequentar a rua, o que havia ali que as atraía. Alguns entrevistados mencionaram justamente a variedade de opções em gastronomia, bem como a qualidade dos estabelecimentos, que torna a rua, inclusive, um ponto indicado pelos hotéis a seus hóspedes, reforçando a presença de turistas e estrangeiros na Padre Chagas. Outros comentaram ser o local uma das poucas opções de passear numa rua, sentar nas mesas dispostas nas calçadas, observar a circulação das pessoas num ambiente aberto. Esse “estar na rua” é visto justamente como um movimento de “sair do *shopping*”, ou seja, um contraponto a um tipo de espaço já consolidado, entre as classes abastadas, como espaço apropriado para fazer compras e passear. Um entrevistado falou que a rua é um atrativo para os turistas por ser algo diferente dos *shoppings centers*, algo que é semelhante em todo e qualquer lugar. Gerente de um estabelecimento do ramo alimentício chegou mesmo a dizer que o *shopping*, “às vezes, fica muito, pras pessoas que frequentam aqui, fica talvez até muito popular”! O certo é que a Padre Chagas é representada, na fala dos entrevistados, como um dos únicos espaços em

que as classes abastadas se sentem à vontade para estar na rua. E, tal como transparece nas fala dos entrevistados, isso se deve não somente ao fato do espaço ser bonito, “charmoso”, mas também ao fato de ser seguro (ao menos, relativamente seguro).

Ainda sobre a atração que a rua exerce, outros entrevistadores ressaltaram o desejo das pessoas que compõem o público da rua de “estar entre iguais”, entre “seus pares”. Aliado a isso, aparece a condição da rua de “passarela” – presente em citação anterior, mas também em outras falas –, de um espaço para as pessoas desfilarem para um público para o qual elas querem ser vistas. Isso fica evidente em citação anterior de que a rua era um ponto de encontro para ver pessoas do mesmo nível sociocultural. Outro entrevistado, falando sobre a “gente bonita” que frequenta a rua, respondeu que a rua atrai as pessoas “Porque gente bonita quer tá junto com gente bonita! Então, todo mundo se atrai!”. Houve também menção à busca de *status*, de querer “aparecer”, de construir para si uma boa imagem:

Tem muitos restaurantes, cafés, então, é um lance muito social, na verdade. Eu acho. Porque tu vai fazer uma reunião de dia, tu vem no Café do Porto, tu vai tomar um cafezinho na Listo [...] Se tu sai com um sócio, tu vai levar ele na praça de alimentação do Praia de Belas ou na Padre Chagas? Eu acho que é, justamente, o lance do social, na real. De se aparecer, de mostrar. Acho que é isso (Gerente de uma loja de vestuário).

Buscam o que eu te falei, buscam se encontrar, aqui, os pares. E esse público que se encontra aqui, quem frequenta aqui, frequenta pelo charme, por ser uma coisa popular, assim, de ter o seu nome famoso. A Padre Chagas tem uma fama. Aí, ele liga pro amigo e diz “Olha, eu to aqui na esquina tal da Padre Chagas”. Acho que o pessoal frequenta por isso, mesmo (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

Quando se associa as afirmações dos entrevistados de que muitos de seus clientes são cativos, conhecidos “de nome e sobrenome”, e que gostam de um atendimento exclusivo, próximo, personalizado, com as impressões de que as pessoas frequentam a rua em busca de *status* social e para “se mostrar”, percebe-se que operam, ali, os mesmos mecanismos de distinção que conferem aos espaços privados para convívio coletivo a condição de espaços de preferência das classes abastadas. Assim, mesmo sendo um espaço público, aberto e de livre acesso, nota-se que a rua representa a possibilidade de encontros casuais e anônimos tanto quanto qualquer *shopping center*, por exemplo – ou talvez até mais, já que seus

frequentadores assíduos não são anônimos. Na medida em que as pessoas que estão ali são conhecidas e se conhecem entre si, pela frequência com que estão no local, a possibilidade de estar na rua para se defrontar com o imprevisível e ser um anônimo entre os demais é, de certa forma, perdida. As descrições usuais (e, de certa forma, idealistas) feitas sobre os espaços públicos e suas possibilidades de experiência urbana – incorporação das diferenças, convívio heterogêneo num espaço compartilhado – parecem não operar da mesma forma na Padre Chagas. Talvez seja esse, justamente, o motivo de seu sucesso entre as classes abastadas de Porto Alegre.

4.2 O que é o espaço da Padre Chagas

Falamos dos aspectos sociais da Padre Chagas: do seu público e de seus hábitos, características, preferências, motivações. Já exploramos a concepção de que o espaço não pode ser compreendido somente como um dado, um ambiente fixo que “convida” e “recebe” os usuários – os indivíduos e grupos que transitam, usufruem, habitam e exploram o espaço –, pois ele é constituído de forma dinâmica por sistemas de objetos e sistemas de ações. O espaço comporta, portanto, não somente aquilo que é físico, mas também as relações sociais. Iniciamos, assim, por esse aspecto, o das relações sociais, que é crucial para compreender o espaço da rua Padre Chagas. Entretanto, além dos frequentadores da rua, outro elemento que faz da Padre Chagas um espaço conhecido na cidade são as suas características físicas, isto é, o seu ambiente construído e os estabelecimentos comerciais.

É praticamente impossível discordar da afirmação frequente de que a rua é um espaço agradável: é arborizada, tem edificações bem cuidadas e estabelecimentos comerciais que deixam transparecer um grande cuidado com sua (boa) apresentação. Transmite uma sensação de segurança, dado o movimento constante e a presença de estabelecimentos voltados para a rua. Transmite também a sensação de animação, pela presença de pessoas sentadas nas mesas dispostas nas calçadas (ver imagem 12). Contudo, agradável não foi o único termo que apareceu na fala dos entrevistados para caracterizar a rua: houve a constante menção ao charme, tanto da rua como do próprio bairro que a abarca: “a rua é

charmosa”, “é um bairro charmoso”. Essas definições, tal qual termos como “elegante”, “sofisticado”, “badalado”, “nobre” e “alto padrão”, aparecem também em websites de empreendimentos da rua, evidenciando que essa é uma linguagem corrente para caracterizar a Padre Chagas e o Moinhos de Vento.



Imagem 12 – A Padre Chagas se mostra como um espaço agradável.

Fonte: fotografia da autora.

A referência a um charme, assim como a expressão “gente bonita”, é difícil de precisar e definir. Parece ter a ver com a qualificação e o cuidado com o ambiente que os estabelecimentos imprimem na rua (por exemplo, pela sua fachada, pela disposição de mesas bem arrumadas, vasos de plantas e até bancos na rua); parece, também, se relacionar com a própria presença do público A-B e sua “gente bonita”. O fato é que muitos dos entrevistados disseram considerar a rua uma referência em Porto Alegre, um espaço como poucos no município, um lugar para mostrar a alguém que não conhece a cidade. Quase como um local para se orgulhar, a Padre Chagas é considerada até mesmo um ponto turístico: pela “mistura de lugares legais”, com um “bom nível”, um “padrão bacana”; pelo fato de ser um “pólo gastronômico”; por ser uma rua relativamente segura. Todas essas expressões apareceram nas entrevistas. Assim, segundo um entrevistado,

Em Porto Alegre, [a Padre Chagas] é pra mostrar. Alguns chamam de Oscar Freire de Porto Alegre [risos], é bem diferente, mas tem alguma coisa, tem coisa semelhante também. É pro turista, pra ver (Proprietário de uma loja de acessórios pessoais).

Alguns entrevistados faziam paralelos entre a Padre Chagas e outros espaços e regiões da cidade para destacar as peculiaridades da rua. Assim, a Cidade Baixa, bairro que também concentra bares e restaurantes, mas com um perfil mais boêmio e mais classe média do que A-B, foi citada como uma região menos segura que a rua. Também foi retratada por um entrevistado como um espaço que ele não indicaria para caminhar, para sentar, tomar um café e ver pessoas, “a não ser que a pessoa queira conhecer a arquitetura que tem [na Cidade Baixa]”. O Parque Farroupilha, a popular Redenção, espaço que reúne grande público nos finais de semana, mas com maior heterogeneidade social que a rua, foi usada como exemplo de um lugar em que não tem tanta “gente bonita”; já o Parque Moinhos de Vento, foi retratado como um espaço semelhante à Padre Chagas em relação à presença de “gente bonita”. A Bela Vista, bairro também considerado nobre, foi apresentada como uma região cujos moradores não têm uma rotina de passear pelo bairro como ocorre no Moinhos de Vento. O proprietário de um antiquário, comentando sobre as vantagens de se localizar no Moinhos Vento, pelo fato de seus moradores terem “cultura”, serem viajados e entenderem o valor de uma peça rara e cara, usou o bairro Partenon como exemplo de local em que seu empreendimento não teria sucesso. Essas comparações ilustravam as percepções dos entrevistados sobre a Padre Chagas, seu papel de destaque, de ambiente qualificado e único; valorizavam a rua e seu bairro e desvalorizavam regiões da cidade menos elitizadas.

Fica visível que a rua é retratada como um espaço para o comércio, principalmente aquele ligado ao lazer e à gastronomia, e não mais como a rua residencial de outrora. O tempo dos casarões, das famílias tradicionais foi acabando aos poucos, conforme empreendedores percebiam o potencial da rua e os antigos moradores faleceram ou se mudaram para locais onde poderiam garantir maior privacidade e sossego. A rua é vista por uns como um lugar que tem tudo, não somente pelos seus estabelecimentos, como também pela presença do Moinhos Shopping nas adjacências. Já outro entrevistado observou:

Eu acho que a Padre Chagas é uma rua pra passear. Não é uma rua [em] que tu vai atrás de necessidades de consumo. Por exemplo, [...] se tu vai numa... comprar uma coisa de ferragem, tu não encontra aqui, sabe? É só de passeio, e o que tu vai comprar aqui tu vai achar bonito, porque não tem, utilitários não tem. Inclusive supermercados não tem perto e os moradores reclamam que não tem supermercado bom perto. [...] Necessidades básicas tu não atende aqui (Proprietário de uma loja de acessórios pessoais).

De fato, a rua atende mais a frivolidades de consumo do que a necessidades. Claro que a presença de um minimercado, da padaria Listo (com sua venda conveniências) e de farmácias atendem a determinadas necessidades básicas. Mas, tanto a Padre Chagas como suas ruas adjacentes abrigam estabelecimentos que se preocupam principalmente em receber seus clientes nos momentos de lazer e de consumo supérfluo. É esse tipo de empreendimento que vê potencial na rua:

Então, assim, isso ajuda muito a loja, porque a loja é de acessórios de moda. Tu não compra um acessório porque tu tá com uma necessidade básica [...]. Tu não compra uma echarpe porque tu tá precisando de uma echarpe, tu compra porque ela é bonita (Proprietário de uma loja de acessórios pessoais).

Evidentemente, há outros motivos que levam os proprietários a escolher essa localização para seu ponto. Já foi comentado, por exemplo, sobre a motivação para o estabelecimento do Café do Porto na Padre Chagas: o potencial de uma rua já com boa oferta de restaurantes e com grande circulação de indivíduos de alto poder aquisitivo, os profissionais liberais, executivos e funcionários de formação superior que trabalhavam na rua e suas adjacências, mas sem lugares para reunião e convívio social. No momento, como a Padre Chagas já está estabelecida como espaço para sociabilidade, essa “visão” da proprietária do café cede lugar à noção de um potencial consolidado. Assim, muitos proprietários optaram por implantar seu estabelecimento na rua porque a região já era promissora para o sucesso de um negócio, especialmente no segmento dos cafés, restaurantes e bares. Além do movimento gerado pelos pontos já estabelecidos, o movimento de pessoas na rua, seja pelo hábito dos moradores do bairro de passear a pé, seja por pelo trânsito de pessoas indo e vindo do trabalho, por exemplo, também foi citado como um aspecto importante:

Eu acho o público daqui bom. Se tivesse que ser uma loja de bairro, eu preferia que fosse aqui. Do que os outros bairros. Os outros bairros eu não

conheço muito a movimentação, qual é a rotina dos moradores. Aqui os moradores têm uma rotina de passear no bairro. No bairro que eu moro, eu moro no Bela Vista, não tem essa rotina. Lá é residencial mesmo. [...] Tu pode passear na Praça da Encol, mas tu não passeia para compras. (Proprietário de uma loja de acessórios pessoais).

Todas as lojas [...] foram escolhidas em cima dos pontos... vistos, pelo proprietário como pontos bem definidos, como pontos de passagem. Por exemplo, pra Cristóvão [avenida Cristóvão Colombo]: a Cristóvão, pra tu ir pra zona norte, geralmente tu tem que passar pela Cristóvão. Nilo [avenida Nilo Peçanha], também é um ponto estratégico. Tinha uma loja também no [bairro] Menino Deus, mas pediram o prédio, também era uma loja lá na zona sul, era super bom (Gerente de um estabelecimento comercial do ramo alimentício).

Todos esses aspectos já citados como motivos para escolha da localização de um empreendimento na Padre Chagas retratam a rua como um espaço promissor para o sucesso do estabelecimento no que se refere à viabilidade econômica, à lucratividade. Foi nesse sentido que muitos disseram que a localização na rua seria mais vantajosa do que num *shopping center*, onde há gastos vultosos com a taxa de condomínio e necessidade de maior número de funcionários, dado que o período de funcionamento das lojas costuma ser de 12 horas diárias. Pelo investimento que deve ser feito e os gastos habituais, as lojas na rua teriam uma rentabilidade maior. Além disso, foi dito também que, nos *shopping centers*, há uma circulação muito maior de pessoas nas lojas, por exemplo, mas não necessariamente maior consumo. Numa das entrevistas, inclusive, foi citado o exemplo do Moinhos Shopping:

[...] a proprietária queria abrir no Moinhos Shopping, só que eles não qualificaram a loja como sendo uma loja importante, na época, pro shopping. [...] não foi aceita porque a loja era uma loja simples, assim, uma loja que não tinha tanto nome. [Sobre o processo de seleção do shopping center:] acho que eles mudaram um pouco, porque viram que não... o Moinhos não tava, não foi o que eles esperavam que ia ser. [...] Tanto que depois passou dois, três anos, eles começaram a procurar a proprietária de novo, porque eles queriam levar a loja para lá. (Gerente de uma loja de vestuário).

Em uma conversa informal com duas trabalhadoras da rua, uma delas ex-funcionária de uma loja do Moinhos Shopping, também foi comentando que as lojas do empreendimento vendiam pouco, menos do que em outros centros comerciais. Ou seja, o *shopping* não teria um volume de vendas compatível ao que se poderia imaginar, considerando-se que é um empreendimento anexo ao Sheraton Porto

Alegre Hotel e localizado no Moinhos de Vento, isto é, que tem um potencial de grande circulação de turistas e pessoas de alto poder aquisitivo, com grande poder de consumo.

Há, ainda, um outro conjunto de fatores que leva alguns proprietários a escolher a rua como ponto para estabelecer seu empreendimento: a Padre Chagas seria um lugar bem conceituado, uma localização importante para exposição e posicionamento de marcas. Estando na rua, o estabelecimento é visto e seus produtos e serviços são ofertados e comprados para formadores de opinião. A Padre Chagas constitui-se, então, num ponto importante para lançamentos de novidades.

Formador de opinião. Porque a gente, como tava lançando uma marca, a gente queria tá num lugar que fosse formador de opinião (Gerente de um estabelecimento do ramo alimentício).

Um entrevistado definiu melhor no que consiste esse “lugar formador de opinião”: um espaço onde, quando uma novidade é lançada e apropriada, ela pode virar moda e a marca, assim, é posicionada de forma vantajosa. O estabelecimento concernente a esse mesmo entrevistado, uma rede de lojas de vestuário, tem filiais em Búzios e em Recife, localizando-se em regiões semelhantes à Padre Chagas nessas cidades, além de uma filial em Xangri-Lá (no litoral do Rio Grande do Sul), que, nas suas palavras, seria, “basicamente, a Padre Chagas no litoral, com os ricos do interior também”. O entrevistado esclareceu também que, à primeira vista, a sua loja parece não ter a ver com grande parte do público que frequenta a Padre Chagas, mas, como o intuito principal do estabelecimento era o posicionamento da marca, e não um grande volume de vendas, a rua se tornava adequada:

Então, a gente trabalha com produto diferencial. [...] Vende livros, vende arte, chegou uma época que a gente vendia spray. A gente é uma loja urbano, ela lembra muito algumas lojas da Europa e de Nova York. Então, não tem uma relação direta. Tu imagina uma loja que vende spray na Padre Chagas, a princípio não parece que tem a ver com o público, mas, quantas pessoas que frequentam aqui que não moraram fora, que não têm essa vivência cultural? [...] A gente tem um negócio diferente aqui, mas que vale muito lá fora. A gente vende toy-art também. [...] Que são aqueles bonequinhos ali que são caríssimos e que... o público que consome aquilo é o público que viajou, o público que realmente entende. Então, por isso que nivela. Num primeiro momento, não parece que é o público certo, mas, pela cultura, do conceito da loja, ela foi bem pensada (Gerente de uma loja de vestuário).

Outro entrevistado chegou mesmo a dizer que a rentabilidade na rua não é alta, o que faz com que haja uma relativa rotatividade de empreendimentos ali:

Antes da gente, quantas pessoas passaram pelo ponto aqui, que não ficavam, porque a pessoa vinha achando que vai ganhar dinheiro? [...] Não é assim. Se não tiver bem organizado, bem enxuto, com planejamento estratégico muito bem feito... (Gerente de um estabelecimento do ramo alimentício).

O que fica evidente é que os frequentadores da rua formam um público muito qualificado para receber novidades, pela presença de indivíduos que viajam para o exterior, turistas e com prestígio social. Quando essas novidades são apreciadas por esses indivíduos – ou mesmo por uma pequena parcela desse público –, eles são capazes de bem-conceituar a marca, formando uma opinião favorável de maior peso. Destarte, embora a grande característica da rua seja seus bares, restaurantes e cafés e a presença de seus frequentadores, as lojas, mesmo que não tenham grande volume de vendas, são beneficiadas ao se implantar no local.

Como a Padre Chagas é considerada uma referência na cidade, há uma preocupação com a qualificação e boa apresentação do local. Como já citado, há um grande cuidado com a apresentação dos estabelecimentos – a sua fachada, a decoração dos ambientes externos, a colocação de objetos (bancos, vasos de plantas) nas calçadas para criar um ambiente mais convidativo e “charmoso” (ver imagem 13). Outro aspecto que evidencia essa preocupação com a qualificação do local é o pagamento, realizados por alguns dos estabelecimentos, pelo serviço de uma empresa particular de segurança para proporcionar um ambiente mais seguro na rua. Um entrevistado até comentou um certo desleixo na apresentação desses seguranças que “não combina com a rua” e que fez com que, certa vez, uma cliente se assustasse, pensando que estava sendo seguida. Esse entrevistado reconhecia a importância do serviço de segurança particular, mas acreditava que a vestimenta desses funcionários era inadequada para aquele espaço e o fato de às vezes andarem “em bando” causava uma má impressão a alguns frequentadores.

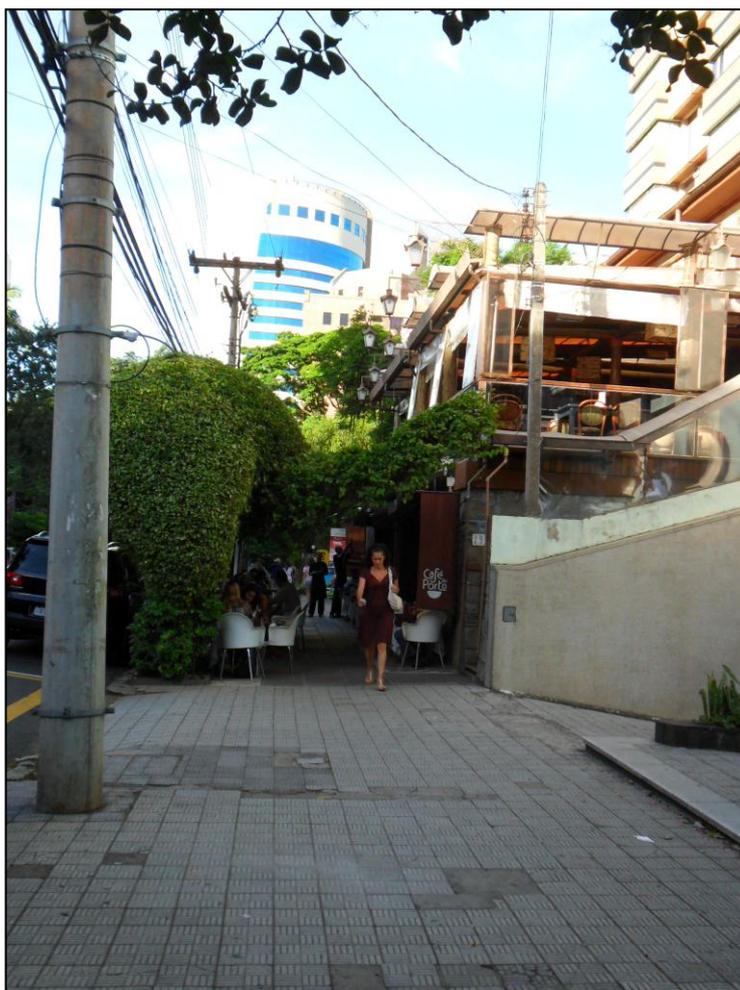


Imagem 13 – Os estabelecimentos comerciais da Padre Chagas demonstram preocupação e cuidado com a boa apresentação do ambiente, inclusive o externo. Na foto, a área externa do Café do Porto.

Fonte: fotografia da autora.

A questão do lixo teve menção relativamente frequente como um problema, seja pela falta de lixeiras na rua, porque a coleta realizada pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana não é diária (um entrevistado relatou que o seu bar contratava uma empresa para recolher seu próprio lixo, por questões de higiene) ou porque alguns empreendimentos depositam seu lixo nas calçadas em dias em que não há coleta. Há o entendimento de que a prefeitura municipal deveria dar mais atenção à rua, especialmente pelo fato de ela ser um espaço importante para a cidade: além das cobranças referentes à coleta de lixo, houve também críticas a quedas de energia elétrica nos dias de maior consumo. Outros problemas da rua seriam a falta de estacionamento, a falta de fiscalização de trânsito (com carros trancando o trânsito, parando em fila dupla, por exemplo), a falta de rampas para

acesso às calçadas por cadeirantes e carrinhos de bebê, a disposição de mesas nas calçadas de forma a dificultar o trânsito dos pedestres (como é possível verificar na imagem 13). São aspectos vistos como necessários para manter e até mesmo alavancar o desenvolvimento da rua e sua condição de espaço para ser mostrado:

Na verdade, não tem estrutura. A rua é o que é pelo comércio, na verdade. Ela é o que é pelas lojas, os cafés, os restaurantes, só que não tem uma estrutura, eu acho que, principalmente, da parte da Prefeitura. Não tem onde as pessoas estacionarem, não tem... uma coleta diária, às vezes tu vê lixo (Gerente de uma loja de vestuário).

Ah, se a gente for avaliar [...], fazer uma comparação com outros lugares no mundo, com espaços que têm ruas, assim, charmosas, falta muita coisa aqui pra ficar melhor. [...] Acho que tem coisas assim, porque eles querem manter, a prefeitura tem ideia de manter a Padre Chagas uma rua de referência, [...] um pouco mais de... de prestígio, por conta do Sheraton, né, deveriam manter a rua um pouquinho mais, acho que... transitável (Gerente de uma loja de vestuário).

Essas afirmações e percepções dos entrevistados contradizem, de certa forma, as referências teóricas que davam conta de um favorecimento, pelas ações do poder público, às áreas ocupadas pelas classes abastadas. Uma possibilidade é que a percepção dos entrevistados dê uma impressão distorcida da realidade, uma vez que outros espaços da cidade sofrem com maior descaso do poder público – e um exemplo claro é o Centro Histórico. A retirada do Estado frente à manutenção e qualificação dos patrimônios e espaços públicos – aliada às depredações, vandalismo e falta de cuidados, por parte da população – é uma constante. Nada leva a crer que esse descaso seja maior na Padre Chagas

O que parece existir é um clamor por um tratamento especial, dada a avaliação de que a rua é um espaço “diferenciado” da cidade, clamor este que não é integralmente correspondido. Exemplos desse tratamento especial é o entendimento da necessidade de coleta diária ou de tubulação subterrânea para coleta de lixo, estruturas inexistentes em toda a Porto Alegre. Ademais, algumas das reclamações não são facilmente solucionáveis ou não teriam solução somente via uma ação da Prefeitura: a falta de estacionamento e de espaço para circulação nas calçadas são exemplos claros que podem ser resolvidos ou somente amenizados por ações individuais ou pela conscientização dos empreendedores privados. Nestes casos,

em específico, a ação do Estado iria no sentido de suprir a falta de preocupação social dos agentes privados, que tentam maximizar lucros ampliando o espaço para os clientes, pouco se importando em deixar um espaço adequado para o trânsito de pedestres, ou dos próprios agentes individuais, que desconsideram acessar a rua via transporte coletivo.

Há ainda que se ponderar acerca de quais demandas, de fato, chegam até o poder municipal: como veremos adiante, a associação comercial da rua é pouco ou nada atuante, e a associação dos moradores do bairro privilegia as demandas dos moradores, e não dos comerciantes. Por fim, é certo que, pelos relatos das entrevistas, o Estado tem deixado a desejar, para os empreendedores da rua, na função de criar condições favoráveis para investimentos do setor privado através do provimento de infra-estrutura e demais serviços não lucrativos. Todavia, se o poder público não atua de forma diferenciada no local com a intenção de alavancar o desenvolvimento da rua, deve-se ter em mente que, como o Moinhos de Vento foi, desde a sua origem, um bairro valorizado, o Estado pode julgar ser desnecessário investir nele, dando maior atenção às áreas desvalorizadas em que uma estratégia de renovação urbana traria maiores possibilidades de acumulação de capital.

A segurança da rua não parece ser motivo de queixas. Embora já tenham ocorrido assaltos a alguns estabelecimentos da Padre Chagas, a rua é considerada relativamente segura: o próprio bairro é considerado seguro, há a segurança particular e existe grande movimentação de pessoas, inclusive durante a noite. Há, claro, ponderações sobre a falta de policiamento, mas se entende que é um problema geral, que atinge o conjunto da cidade, e não apenas a rua ou o bairro. A visão contrária, de que haveria mais policiamento na rua do que em outros lugares, apareceu somente em uma entrevista:

Isso é até feio de se dizer, mas eu acho que é como se fosse uma propaganda de policiamento aqui, de pessoas de fora poderem passar sem problema. Sempre tem, ali na frente do [hotel] Sheraton sempre tem polícia militar. Na outra quadra, uma quadra pra cá, sempre tem polícia militar, de noite, principalmente, tem. Final de semana sempre tem passeando de um lado pra outro. É coisas que eu não vejo no resto da cidade (Proprietário de uma loja de acessórios pessoais).

As observações que realizei me deram uma impressão diferente: não parecia haver mais policiais fazendo a segurança a pé na Padre Chagas e no Moinhos de Vento

em geral do que em outras regiões da cidade. Inclusive, numa das vezes em que circulava pela rua, havia alguns policiais próximo ao Hotel Sheraton que foram abordados, mais de uma vez, por pedestres perguntando o motivo de estarem ali. Assim, a própria presença de policiais pode criar uma sensação de insegurança numa rua considerada segura: se estão ali, é porque algo deve ter acontecido.

Iniciamos esta seção afirmando que seriam abordados, aqui, as características físicas, o ambiente construído da Padre Chagas, explorando aspectos concernentes ao estabelecimentos comerciais da rua, para melhor compreender a constituição desse espaço adotado pelas classes abastadas como espaço para lazer e socialização. Porém, não obstante a intenção de separar “aspectos sociais” de “aspectos físicos”, o próprio texto evidencia a dificuldade de se analisar o espaço a partir de somente um ângulo. Há uma dinâmica de inter-relação e entrecruzamento, seja no texto, seja na realidade, de aspectos sociais e físicos. A rua não seria atraente para as classes abastadas sem uma determinada conformação física, e não teria a conformação física atual se fosse frequentada por um público de perfil social mais popular, por exemplo. Feita essa análise do público da rua, de seus hábitos e características, bem como de sua aparência, seus estabelecimentos comerciais e sua “vocação”, parte-se, agora, para a reflexão dos elementos que fizeram da rua um espaço propício para as classes abastadas e que a tornaram um ponto de destaque no cenário de Porto Alegre.

4.3 A constitui o de um espaço para as classes abastadas

Através dos relatos das entrevistas, foi visto que a Padre Chagas parece assumir uma característica de centralidade, no conjunto da cidade, para as classes abastadas. A rua é um espaço de destaque, caracterizado como “charmoso” e “elegante”, e o único espaço público e aberto, em Porto Alegre, que atrai pessoas de maiores rendimentos nos momentos de lazer e socializa o. É um espaço também para “ser mostrado” aos turistas, especialmente os estrangeiros, que, visitando uma cidade, gostam de estar em contato com a rua, observar o movimento, e não frequentar espaços como *shopping centers*, que são basicamente iguais em qualquer lugar que se esteja. A rua parece ser um contraponto ao Centro Histórico –

embora numa escala muito mais reduzida –, espaço da cidade que reúne principalmente o comércio e o público popular e de classe média. A pergunta que se faz é, dado seu desenvolvimento relativamente espontâneo, como tal espaço se constituiu e o que fez com que uma rua aberta se tornasse tão distante da imagem de heterogeneidade social que usualmente se atribui aos espaços públicos.

A história do bairro Moinhos de Vento mostra que a constituição da região como área urbana resultou na formação de um bairro de alto padrão, durante muito tempo centro residencial preferido pelas elites porto-alegrenses. Um dos bairros mais antigos e tradicionais do município, na metade da década 1930 já havia superado o atual Centro Histórico e a Independência em termos de riqueza, tornando-se o bairro mais aristocrático da cidade. Nele, habitaram personagens de destaque na vida cultural, social, econômica e política, bem como famílias ricas e tradicionais. Atualmente, o bairro mantém seu alto padrão, embora seja o terceiro com maior rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio²⁸.

A Padre Chagas foi, por muito tempo, só mais uma rua do Moinhos de Vento. Isso significa não só que ela não tinha grande destaque e importância – ao contrário da rua 24 de Outubro, por exemplo, uma importante artéria do bairro e importante corredor viário da cidade – como, também, que ela se desenvolveu em conformidade com o desenvolvimento do seu bairro, isto é, abrigando ricas famílias instaladas em suas belas mansões e palacetes. Com um perfil eminentemente residencial, a rua começa a se transformar no momento em que o bairro também se transforma, com a instalação de escritórios e consultórios médicos que atraíram estabelecimentos comerciais – cafés, restaurantes, confecções femininas – para atender às necessidades diárias dos profissionais que passaram a circular no bairro. Esse movimento no bairro ocorreu a partir da década de 1990 e fez com que ele não mais se destacasse por abrigar as residências com sobrenomes famosos, mas por desenvolver um comércio voltado para a gastronomia e o lazer. A Padre Chagas, portanto, parece ter apenas seguido o curso das transformações ocorridas no Moinhos de Vento. Mas, provavelmente por se estender próximo à ruas 24 de Outubro e à avenida Goethe, vias de grande fluxo e que abrigam edifícios de escritórios e estabelecimentos comerciais, deixou de ser mais uma rua residencial do bairro.

²⁸ Segundo o Censo Demográfico de 2000.

A transformação efetiva da Padre Chagas em espaço de lazer e socialização das classes abastadas se deu a partir da abertura do Café do Porto. Nesse momento, o desenvolvimento da rua parece ganhar uma independência relativa em relação ao desenvolvimento do bairro; ela se torna uma região de destaque em Porto Alegre e até mesmo confere maior visibilidade e popularidade ao Moinhos de Vento. Porém, tanto os estabelecimentos comerciais como a atração que a rua exerce sobre um público mais elitizado guarda relação com o perfil superior do bairro. Como já visto em Bourdieu (1999), a distribuição de agentes colabora na definição do valor das diferentes regiões do espaço; o perfil elitizado do bairro, portanto, foi crucial para a Padre Chagas ser reconhecida como espaço charmoso, elegante e atrativo para as classes abastadas. Indício disso é que os moradores do bairro compõem boa parte dos frequentadores da Padre Chagas. Ela é, assim, é um destaque do bairro, mas não uma exceção.

Essa exposição visa demonstrar que não é possível compreender a constituição da rua como espaço para as classes abastadas sem conhecer a história de seu bairro. Como disse um entrevistado:

É Padre Chagas no Moinhos de Vento. Se fosse a Padre Chagas na Cidade Baixa, seria uma Padre Chagas completamente diferente. Eu acho que tem... tem nome e sobrenome (Proprietário de uma loja de acessórios pessoais).

Desta forma, é também o próprio imaginário sobre a rua que está vinculado ao imaginário que se tem do bairro. Era perceptível, nas falas das entrevistas, uma relativa indissociabilidade entre rua e bairro: falava-se da rua segura e do bairro seguro; falava-se da rua charmosa e do bairro com ruas charmosas; da beleza dos casarões da rua, mesmo que adaptados para um novo uso, e da beleza dos casarões do bairro. A rua, assim, não é só um endereço: ela tem um endereço, o bairro a que pertence. E isso colabora tanto para direcionar o tipo de estabelecimento comercial que se instala ali como para atrair um público de maior poder aquisitivo. O fato de ter sido durante décadas o bairro aristocrático da cidade contribuiu para uma espécie valorização simbólica, isto é, no nível do imaginário social, do bairro; é a distribuição dos agentes valorizando e desvalorizando regiões do espaço de que fala Bourdieu (1999). Assim, embora tenha um destaque no conjunto da cidade, a constituição da rua como espaço para as classes abastadas

está vinculado ao tráfego territorial das elites em Porto Alegre (VILLAÇA, 2003), que segue a radial da Independência/ 24 de Outubro/ Plínio Brasil Milano e ocupa os setores adjacentes.

Como bem colocou um entrevistado, dentre os bairros mais valorizados de Porto Alegre, que abrigam uma população de altos rendimentos – por exemplo Bela Vista, Boa Vista, Mont Serrat, Três Figueiras, Vila Assunção –, o Moinhos de Vento é o único que tem uma rua que concentra estabelecimentos comerciais para momentos de lazer. Dada a preferência das classes abastadas por conviverem em espaços que identificam como mais qualificados, a Padre Chagas acaba por se tornar na “única” opção na cidade de espaço público para ser frequentado, adquirindo a já citada característica de centralidade. O atual Centro Histórico, por exemplo, e especialmente a Rua dos Andradas, já foi o local por excelência da elite, que frequentava suas confeitarias, seu comércio e realizava o *footing* nos fins-de-semana. Com o processo de desvalorização e popularização do Centro Histórico, as elites e as classes abastadas deixaram de circular nele e até mesmo de habitá-lo.

Os aspectos abordados até o momento nessa seção fazem referência a questões mais “concretas”, mais “materializadas”, que ajudam a explicar a constituição desse espaço das classes abastadas em Porto Alegre. Um grande atrativo da rua para as camadas sociais superiores é, justamente, o fato de se localizar num bairro de alto padrão. Mas, para ser o espaço que é atualmente, a Padre Chagas passou por inúmeras transformações no seu ambiente construído. As belas residências antigas da rua hoje abrigam estabelecimentos comerciais e, muitas vezes, passaram por tantas transformações que estão praticamente irreconhecíveis – só olhando com atenção se percebe que não é uma edificação recente. Outras foram abaixo e abriram espaço para edifícios residenciais e comerciais. Pela arquitetura, a existência de recuos e presença portaria e de grandes estacionamentos para os condôminos, percebe-se que muitos dos edifícios tiveram construção relativamente recente, a partir da década de 1980. Muitas calçadas se estreitaram pelo aproveitamento do recuo frontal para ampliação do espaço interno das antigas construções.

Num bairro de urbanização relativamente remota, quando comparado a outras regiões da cidade, a transformação do perfil da rua e de seu ambiente construído constituiu-se numa forma de reproduzir o modo de produção capitalista e manter o

processo de acumulação, possibilitando que novos investimentos na rua contribuíssem para acumulação de capital via produção do espaço urbano. Quando uma cidade não se transforma e se reorganiza, ou não urbaniza novos territórios, não insere seu espaço na esfera de produção mercantil. É assim que, tanto a verticalização da rua como o estabelecimento de pontos comerciais possibilitaram novos investimentos num espaço já consolidado.

Embora o movimento relativamente “espontâneo” que transformou a Padre Chagas num espaço de lazer e consumo tenha, de certa forma, ajudado na preservação das construções originais, ele também beneficiou à reprodução do capital. Essa reprodução se dá através dos investimentos que são necessários para a reforma das antigas habitações e para a criação de toda a estrutura imprescindível à criação e manutenção do empreendimento e do estabelecimento (contratação de funcionários, compra de instrumentos, de insumos, de mercadorias), bem como através do próprio funcionamento dos pontos de comércio e de venda de serviços na rua. Nesse aspecto, prevaleceram os investimentos realizados pelos pequenos empreendedores, e não grandes grupos de capitais – grandes incorporadoras e construtoras, ou grandes redes de comércio, por exemplo. A partir dali, surgiram até mesmo empresas que cresceram e ganharam reconhecimento no seu segmento, ao menos em nível local, como, por exemplo, o Café do Porto e a Torta de Sorvete. A preservação de algumas das edificações originais da rua não consistiu num simples equilíbrio “natural” entre a preservação de investimentos passados e sua destruição para abrir espaço para acumulação; houve não somente o interesse dos novos empreendedores da rua em aproveitar as construções para reduzir gastos, mas também movimentos de moradores do bairro para impedir a derrubada daquilo que consideram patrimônio histórico e arquitetônico do Moinhos de Vento.

Conforme entrevistas realizadas nas imobiliárias localizadas na Padre Chagas, o Moinhos de Vento tem um bom mercado imobiliário. Por ter poucos terrenos não construídos, os imóveis são muito valorizados: os preços são altos e a procura é muito superior à demanda. Um entrevistado disse ser ali o metro quadrado mais caro da cidade e que, ainda assim, na imobiliária, há um cadastro de pessoas interessadas em adquirir imóvel no bairro, uma espécie de lista de espera, tal é a dificuldade de encontrar imóvel disponível. Assim, o mercado se mantém e é satisfatório mais pelos valores das transações do que pela sua quantidade. Foi

também comentado que o bairro exerce uma atração especial, distinguindo-se de outros bairros igualmente valorizados da cidade. Ainda assim, as pessoas que costumam buscar adquirir um imóvel no Moinhos de Vento seriam, na sua maioria, moradores do próprio bairro, que querem um “*upgrade*”, um ambiente mais espaçoso, confortável e sofisticado, ou ex-moradores – embora exista também uma boa procura por pessoas de fora da cidade, que recebem boas recomendações do bairro. A importância da busca de um equilíbrio entre transformação do bairro via derrubada de edificações antigas e a preservação de investimentos passados é evidente: se todos os palacetes antigos tivessem cedido espaço a edifícios, o charme e o atrativo do bairro poderia se perder e seu mercado imobiliário talvez não fosse tão rentável.

Essas questões mostram uma forma de entender o processo de transformação da rua: a constituição de um espaço para as classes abastadas na Padre Chagas a partir da necessidade permanente de manter o processo de acumulação da capital a partir da produção do espaço urbano. Sem dúvida é isso que acontece ali, uma vez que a transformação do espaço é, também, sua produção. Todavia, embora se reconheça o quão importante é atrair investimentos e transformar uma rua, mas mantendo-a valorizada tanto do ponto de vista social como comercial, acredita-se que isso só explique em parte porque a rua Padre Chagas é um espaço frequentado basicamente pelas classes abastadas. A curiosidade recai, então, sobre que mecanismos atuam de forma a formar barreiras invisíveis à população mais pobre num espaço público.

Isso não significa que a rua não tenha a presença de pessoas das classes mais baixas. Já foi citado o caso dos trabalhadores da rua e de outras próximas, que, todavia, estão ali apenas em horário comercial. Mas há também alguns pedintes e catadores de lixo reciclável, além da presença dos guardadores de automóveis. Em entrevista com o gerente de um bar, foi citado o incômodo dos pedintes e vendedores de rosas, panos de prato etc. para o público que gosta de sentar na rua. Ressaltava, porém que não havia nada que pudesse ser feito, dado que isso acontecia na via pública e que os clientes do bar estavam sentados ali por opção própria. Em mais de uma ocasião encontrei adultos e crianças sentados em alguns dos pontos da rua, pedindo dinheiro. Quanto aos guardadores de carros, um entrevistado disse que incomodava e intimidava os clientes de seu estabelecimento

comercial (uma loja de vestuário), enquanto outro contou que a pessoa que ficava próximo ao seu estabelecimento já trabalhava ali há sete anos, sendo já conhecido e tendo uma relação tranquila com os clientes. Seja como for a relação dos frequentadores da rua com essas pessoas, a presença delas não é suficiente para dar ao bairro e à rua um perfil popular; são uma minoria.

Uma das possibilidades seria a dificuldade de acesso para a população mais pobre, cujo deslocamento na cidade costuma ser através de transporte público coletivo. Porém, verificou-se que, embora a imensa maioria o público que frequenta a rua acesse ela por automóvel particular, não é por falta de oferta de transporte público coletivo. Na própria rua, circula apenas uma linha de lotação, mas, nas ruas e avenidas adjacentes, há farta oferta de linhas de ônibus e lotação: cerca de 15 linhas de ônibus e lotação passam pelas ruas Félix da Cunha, Olavo Barreto Viana e 24 de Outubro, além de uma linha intermunicipal; já na avenida Cristóvão Colombo, distante quatro quadras da Padre Chagas, passam mais de 20 linhas de ônibus e de lotação. Logo, não é pela dificuldade de acesso via transporte coletivo que as classes mais baixas deixam de frequentar a rua. O bairro e a rua não são isolados do restante dos bairros da cidade, embora talvez exija, para muitos porto-alegrenses, que se utilize duas linhas de ônibus até chegar ao local.

Parecem ser questões de outra ordem que atuam no afastamento de um público de perfil mais popular, menos elitizado. Um aspecto a abordar seriam possíveis ações de pessoas e grupos organizados visando manter a condição da rua e do bairro de espaços relativamente exclusivos de uma classe social. Existe a Associação Comercial da Padre Chagas, fundada e presidida durante anos pela proprietária do Café do Porto, Ana Cláudia Bestetti. Atualmente, o presidente é o proprietário do bar Papito, Reibal Jamil Huwwari. Não foi possível entrevistar nenhum dos dois presidentes para averiguar as ações da associação para a rua. Nas entrevistas com gerentes e proprietários dos estabelecimentos comerciais da rua, foi dito que a associação era mais atuante no período da primeira presidência, pois, atualmente, o presidente tende a agir mais sozinho, sem a colaboração e a participação dos demais empreendedores da rua. A associação seria também pouco atuante porque muitos dos estabelecimentos estão vinculados ao Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Porto Alegre, sendo as demandas

encaminhadas e resolvidas mais pelo sindicato municipal do que pela associação comercial local.

Uma importante ação da Associação Comercial da Padre Chagas, muito comentada e polêmica, foi a proposta de um projeto para transformá-la numa espécie de *boulevard*, em 2003. Antes disso, foi realizado, em parceria com a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, ações educativas de adequação dos estabelecimentos comerciais quanto ao uso de som, ocupação das calçadas e horários de funcionamento, bem como de estímulo à “política de boa vizinhança” dos frequentadores noturnos com os moradores do bairro²⁹. A implantação do *boulevard* na Padre Chagas seria a terceira fase dessas ações, e consistiria numa série de transformações no local. Um primeiro ponto seria o estreitamento da faixa de rolamento da rua: atualmente comportando carros estacionados dos dois lados, mais um na faixa central, sua largura seria reduzida, em alguns pontos, para comportar somente dois veículos. Parte dos estacionamentos seria, assim, eliminada e as calçadas poderiam ser alargadas em alguns locais. Além disso, a rua receberia *decks* de madeira cobertos nas partes que avançassem para dentro da faixa de rolamento, e ganharia uma decoração com bancos e flores. A intenção visível do projeto era facilitar a circulação de pedestres e, principalmente, a colocação de mesas, o que seria benéfico principalmente para os estabelecimentos do ramo alimentício e gastronômico. Embora tenha encontrado apoio de alguns estabelecimentos da Padre Chagas, o projeto sofreu forte resistência de outros e, especialmente, da associação de moradores do bairro, a Moinhos Vive!. Os motivos para a resistência ao projeto consistiam na redução das vagas para estacionamento, que poderia inclusive fazer com que muitos dos frequentadores não residentes no Moinhos de Vento deixassem de vir para a rua, e no perigo de transformar a rua num “calçadão”, ou num “*shopping* a céu aberto”, que beneficiaria mais aos frequentadores da rua do que aos moradores das adjacências. Havia também o receio que o aumento do movimento de pessoas na Padre Chagas poderia trazer

²⁹ Fonte: nota Caminhos da Padre Chagas, publicada originalmente na coluna de Fernando Albretch no Jornal do Comércio, de Porto Alegre, em clipagem de 26 de maio de 2003 do site da Assembleia Legislativa do município. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/ag/clipagem/noticias.asp?txtIDMATERIA=45926&txtIdTipoMateria=8&txtIdVeiculo=24>. Acesso em: 12 fev 2011.

mais insegurança, mais sujeira e atrair mais pedintes, além de descaracterizar demais a rua.

A Moinhos Vive! encabeçou mobilização contrária ao projeto, intervindo junto à Câmara de Vereadores Municipal, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Como resultado, o projeto não foi levado adiante. O fato é que os moradores, principalmente, e alguns comerciantes, pareciam temer as consequências que uma transformação drástica na rua acarretaria. No caso dos moradores, parece haver a percepção de que já ocorreram muitas mudanças na Padre Chagas e no bairro, e que é preciso frear o ritmo desse desenvolvimento, para que ele seja feito com cautela. Muitas das ações da associação se dão nesse sentido, envolvendo, por exemplo, o tombamento de casarões antigos e até mesmo de árvores e calçadas do bairro, para garantir sua preservação. Os moradores não veem com bons olhos a destruição do patrimônio do bairro e tendem a ser contrários à construção de grandes edifícios por conta de possíveis problemas no trânsito da região e por prejudicar a ventilação e insolação das residências adjacentes. Há um certo preservacionismo nas suas ações, uma intenção de preservar o bairro nas condições que os moradores consideram mais adequadas, mas o fato é que não parece haver uma posição contrária à presença de estabelecimentos comerciais ali, visto que muitos moradores do bairro os frequentam.

Há enfrentamentos diretos com os comerciantes quando alguns moradores reclamam de barulhos à noite e mesmo da gordura lançada no ar na preparação de alimentos, invadindo apartamentos localizados nos fundos dos estabelecimentos. Segundo a diretoria do Moinhos Vive!, a proposta da associação é sempre ouvir as reclamações e procurar soluções, defendendo os interesses dos moradores. Um dos entrevistados, proprietário de uma loja de acessórios pessoais, comentou sobre uma posição, por parte dos residentes do Moinhos de Vento, de “meu bairro, minha casa, não quero”, ou seja, de oposição e até mobilização contra aquilo que consideram estranho e prejudicial ao seu bairro e a si próprios. Percebe-se, assim, uma posição de defesa de um espaço que é considerado como seu, seja dos moradores isolados, seja da associação do bairro, e a utilização de estratégias para exercer controle sobre esse espaço, impondo a ele o caráter que gostaria. Parece haver, por parte dos moradores, uma relação de territorialidade com seu bairro, e que se expressa

bem na Padre Chagas. A exposição que o bairro sofreu nas últimas décadas, a visibilidade que ganhou para a comunidade do município, prejudica o caráter de espaço exclusivo de seus residentes. Assim, o fato de a Padre Chagas tornar-se um espaço de lazer e socialização das classes abastadas porto-alegrenses implicou em certa perda de poder e controle do espaço da rua pelos seus moradores, tornando-o mais permeável a pessoas “de fora” e desconhecidas. Ilustrativo disso foi o comentário de uma das diretoras da associação, que afirmou que os moradores do Moinhos de Vento costumam frequentar o Constantino Café e o Le Bristrot, estabelecimentos localizados na rua Fernando Gomes e com perfil mais luxuoso, e que, mais “abaixo” – isto é, na Padre Chagas – ficavam as pessoas de outros bairros e de cidades da região metropolitana. Parece haver uma busca por preservação de um espaço próprio numa região já invadida por “estrangeiros”. Não chega a ser exatamente um grande incômodo o aumento do movimento de pessoas no Moinhos de Vento, provavelmente, porque mesmo as pessoas que circulam pelo bairro, em grande parte, costumam pertencer às camadas sociais superiores. Assim, a imagem de bairro nobre não é desfeita. Isso ocorreria, por exemplo, se os imóveis do bairro se desvalorizassem, atraindo indivíduos e famílias de rendimentos menos vultosos, o que poderia ocorrer se houvesse uma intensa construção grandes edifícios do bairro; logo, a própria contrariedade de boa parte da comunidade aos grandes edifícios pode ter razões não declaradas, como a tentativa de preservar a valorização dos imóveis do bairro e, conseqüentemente, seu perfil social mais elevado.

Outra questão importante que pode acarretar num fechamento da Padre Chagas às classes sociais de menores rendimentos consiste na oferta de produtos e serviços dos estabelecimentos da rua: nada ali é vendido a preços populares, de forma que até um trabalhador do local preferiu andar mais para comprar um lanche mais barato (e talvez de igual qualidade). Aliado ao fato de que o lazer, na rua, está totalmente atrelado ao consumo, dado as pessoas praticamente não permanecerem ali fora dos bares, cafés e restaurantes, ou mesmo circulando nas lojas, o preço dos produtos e serviços acaba por selecionar seus frequentadores. Semelhante ao que acontece nos *shoppings centers*, para gastar seu tempo de lazer na Padre Chagas, é preciso ter um poder aquisitivo razoável e se dispor a pagar mais.

Ademais, a presença de clientes cativos nos estabelecimentos sugere que muitos dos frequentadores da rua se conhecem entre si, ou, ao menos, reconhecem as pessoas que usualmente estão ali. Isso significa que a presença de uma pessoa que não conhece a rua e não costuma frequentá-la poderia ser notada, assim como é notada pelos gerentes e funcionários dos estabelecimentos comerciais. Somado ao fato de que alguns entrevistados demonstraram ser possível reconhecer, pela vestimenta das pessoas, quem está com uma preocupação excessiva com sua apresentação e quem está à vontade do local, pode-se pensar que há uma espécie de controle, pelos frequentadores da rua, de quem é um *habitué* e quem não é. Assim, uma pessoa poderia se sentir desconfortável ou receber olhares indiscretos se não estivesse condizendo com o padrão da rua. Gerente de uma loja de vestuário chegou a dizer que já passou por situações em que, por estar de chinelo na rua, foi “deixada de canto”. Ou seja, quando o código da vestimenta não é obedecido, há sanções sutis que podem fazer com que uma pessoa deixe de frequentar aquele espaço. O próprio fato da rua ganhar reconhecimento e ser definida como um espaço para classe A-B atua, também, selecionando o público que vai se sentir atraído para a Padre Chagas. Pessoas com um perfil mais popular ou que gostam de ambientes mais boêmios, podem sequer cogitar visitar a rua, por acreditarem que não encontrarão o que gostam ali. Ou, se frequentarem, podem não achar interessante o local ou, novamente, se sentirem desconfortáveis por não estarem dentro do “padrão”. Essa talvez seja a estratégia mais sutil, mas não necessariamente menos eficaz, de exercer controle sobre um espaço aberto e que, em tese, pode ser usufruído por todos. Todos e qualquer um podem estar na Padre Chagas, mas, algumas táticas podem sugerir quem talvez não devesse estar ali. Esse controle de fronteiras invisíveis é exercido de maneira difusa, não arquitetada, mas quiçá seja a forma mais bem-sucedida de manter à distância, sem resistências, determinadas pessoas e grupos num tipo de espaço que, pela sua concepção, deveria ser de uso livre e comum a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tem como propósito ampliar o conhecimento sobre as relações específicas que as camadas sociais superiores estabelecem com a cidade. Dada a carência de estudos específicos deste tema – comparando com os vastos estudos urbanos voltados para as questões vinculadas à realidade da população mais pobre –, o desafio foi buscar, por meio de diversas bibliografias, a construção de um aparato teórico que desse conta, a partir de diversos prismas de uma questão: a forma como se constituem espaços relativamente exclusivos às classes abastadas em ambientes urbanos.

Na discussão sobre a produção do espaço urbano, foi exposta a compreensão de que o espaço é constituído tanto por sistemas de objetos como por sistemas de ações. A partir dessa compreensão, o espaço urbano é entendido como produto das ações de agentes diversos – indivíduos privados, classes, instituições, o Estado, o mercado – em interação. Ou seja, no processo de produção do espaço urbano, cada agente tem suas lógicas, interesses e estratégias, mais ou menos conhecidas mutuamente, e interagem continuamente tendo em vista o êxito de suas propostas. O espaço urbano, produto social, não é, portanto, resultado de acasos, mas da intencionalidade de agentes que têm poderes desiguais. Produto histórico, é um espaço capitalista, e sua produção é parte necessária para a manutenção e reprodução do processo de acumulação de capital. Expressando as relações sociais que o produzem, esse espaço é desigual, hierarquizado; reagindo sobre essas mesmas relações, propicia benefícios para os agentes que detêm maior poder.

Quando se busca compreender os espaços das classes abastadas, tal como feito no segundo capítulo, verifica-se a preferência pelos espaços privados para convívio coletivo – os *shopping centers*, clubes de lazer, condomínios fechados – e uma crescente rejeição do espaço público. Esses espaços privados surgem e se expandem na esteira de processos que culminam numa visão parcelar do espaço urbano, em detrimento de uma visão global e integradora, que o conceba como um todo. Na produção de espaços gentrificados – parcelas do espaço urbano relavorizadas para atração das classes abastadas –, permanece essa visão fragmentada, e se percebe a eficácia de uma conexão entre estratégias de acumulação de capital (engendradas pelo poder público e por investidores privados)

e preferências, modelos de consumo e estilos de vida. Essas preferências parecem se orientar pela busca por espaços que propiciem uma vida entre pessoas seletas, longe de interações indesejadas e com mais prestígio. Fica manifesto que os espaços das classes abastadas podem ser compreendidos como territórios, na medida em que contêm características que engendram estratégias variadas de delimitação de fronteiras e restrição de acesso a determinadas pessoas, assim como atuam como símbolos de *status*, reafirmando distâncias sociais e classificando pessoas indesejáveis como um “outros”, distinto de “nós”.

O terceiro capítulo apresentou a Padre Chagas e seu bairro, o Moinhos de Vento, desde o seu desenvolvimento até suas características atuais. Foi possível saber que o Moinhos de Vento é um bairro tradicionalmente de elite e que até hoje permanece de alto padrão. A conformação de seu perfil social superior se deve, fundamentalmente, à dinâmica de ocupação cidade pelas elites porto-alegrenses, que, a partir do Centro, seguiram a radial da avenida Independência, ocupando esta e, anos após, o Moinhos de Vento. Além disso, havia a preferência por sítios altos e com proximidade ao Centro.

O último capítulo discute, mais especificamente, o objeto de estudo dessa dissertação. A partir dele, é possível verificar as hipóteses inicialmente elaboradas. Destarte, a primeira hipótese, versando sobre o público da Padre Chagas, é confirmada: a rua pode ser considerada, de fato, um espaço das classes abastadas. O perfil social abastado foi confirmado pelas observações e, principalmente, pelos relatos da entrevista, que davam conta de um público majoritariamente “classe A-B”. Mais precisamente, é esse público que dá “fama” à rua e que se exhibe nas mesas de seus sofisticados cafés e restaurantes.

A segunda hipótese, que postulava semelhanças entre a Padre Chagas e os espaços privados para convívio coletivo, foi também confirmada. A relativa homogeneidade socioeconômica dos frequentadores e a seleção de público realizada pelo preço dos produtos e serviços ofertados são evidentes. A reafirmação de distâncias sociais se dá pela própria preferência em frequentar um espaço onde se pode estar entre pessoas seletas, do mesmo grupo social, evitando a mistura social que outros espaços da cidade oferecem. A elaboração de símbolos de *status* é visível nas definições da Padre Chagas como espaço “elegante”, “charmoso”, com “pessoas bonitas” e de “bom gosto”, que buscam destacar e valorizar o perfil

superior da rua e do público frequentador. Também estava presente em falas de entrevistados como as que afirmavam que as pessoas frequentavam a rua para mostrar aos outros que se encontravam numa rua famosa, ou por querer “se aparecer, se mostrar” para uma pessoa para a qual querem passar uma boa impressão (no exemplo, um sócio). As estratégias de controle do acesso e permanência no espaço da rua de pessoas consideradas indesejáveis são engendradas não somente pela seleção do público por meio dos preços dos serviços e produtos, mas também pelo controle sutil realizado pelo público cativo da rua, que se conhece entre si e seria capaz de distinguir os “novatos” e os “curiosos” dos *habitués* – tal como os entrevistados revelaram distinguir.

A última hipótese refletia sobre os fatores responsáveis pela constituição da rua num espaço para as classes abastadas, presumindo a conformação, na Padre Chagas, de um território relativamente impermeável àqueles classificados como “outros” perante o público cativo, foi parcialmente confirmada. Isso porque faltou considerar que o fato de a rua integrar um bairro tradicionalmente elitizado também influenciou nesse processo. Essa constituição, assim, está relacionada à tendência de desenvolvimento de Porto Alegre e de tráfego territorial das elites, bem como à própria história do bairro Moinhos de Vento. Essa não foi uma hipótese considerada no princípio da pesquisa; só foi descoberta no seu decorrer, principalmente no momento em que se buscou entender a urbanização e desenvolvimento do Moinhos de Vento para, então, conhecer o desenvolvimento da Padre Chagas. Não se considerou tal possibilidade porque havia o conhecimento de outros bairro igualmente ou mais valorizados em Porto Alegre, mas que não possuíam nenhum ponto, nenhuma rua como a Padre Chagas, no sentido de que não tinham um espaço público aberto como ponto de lazer e socialização das classes abastadas. Analisando-se a história do bairro, percebeu-se que, provavelmente por seu desenvolvimento remoto, ele aliou, ao perfil residencial tradicional, um forte perfil de serviços e comércio, que acabou se refletindo na rua. Mas, o próprio reconhecimento do Moinhos de Vento como bairro de residências elegantes, ruas charmosas, renomadas famílias e perfil social superior colaborou para fazer da Padre Chagas um espaço atraente para as classes abastadas.

Acerca da necessidade de transformação do espaço urbano para manter a acumulação de capital, deve-se destacar que houve uma transformação no

ambiente construído da rua na última década e no seu perfil funcional, que passou de exclusivamente residencial para uma mescla de comercial, de serviços e residencial. Quanto ao perfil social de seus moradores, pouca mudança houve, dado que a rua e o bairro, mesmo com essas mudanças, permanecem valorizados, tendo moradias acessíveis apenas a indivíduos e famílias de altos rendimentos. A transformação do ambiente construído implicou, sem dúvida, na atração de investimentos e na conseqüente contribuição à manutenção do processo de acumulação de capital via produção do espaço urbano. Porém, como o processo de transformação da rua foi relativamente espontâneo, e não planejado, e provocado por empreendedores individuais, com pouca atenção do poder público, não é necessariamente isso que explica o fato de ela ganhar notoriedade e destaque em Porto Alegre, tornando-se um espaço diferenciado.

A questão do controle, seja aquele realizado pelos moradores do bairro, visando manter as características que os satisfazem, seja um controle mais espontâneo, sutil e difuso, realizado pelos seus próprios frequentadores, parece ter mais impacto na constituição de um espaço para as classes abastadas. São questões como “quem está apropriado para estar aqui, quem não está apropriado” que parecem fazer com que o espaço, mesmo tendo atraído um público de fora do bairro, permaneça com sua característica relativamente elitizada. Portanto, é por uma questão de territorialidade, de exercício de poder sobre um espaço, que a rua exerce seu papel de destaque da cidade. E, assim, esse caso oferece um fundamento importante para se pensar porque determinados espaços públicos da cidade são apropriados somente por uma população de maiores rendimentos.

A Padre Chagas foi escolhida como espaço a ser estudado nessa dissertação por ter uma característica única em Porto Alegre: uma rua que atraía as classes abastadas para momentos de lazer e socialização em espaços públicos abertos. A literatura recente aponta os espaços privados para convívio coletivo como espaços-tipo das classes abastadas. Mas Caldeira (2000) considera, como já visto, a existência de espaços tradicionalmente apropriados pela elite com uso relativamente intenso e heterogêneo do espaço público. A autora pondera que, embora tais espaços conservem sinais de abertura e de heterogeneidade social, seus moradores e usuários rejeitam a indeterminação e imprevisibilidade que é própria do espaço público moderno, utilizando-se de tecnologias e estratégias de segurança para

garantir um controle sobre o espaço e manter uma relativa impermeabilidade ao público considerado indesejado.

São questões desse tipo que essa dissertação busca destacar: o espaço não é neutro e não é somente a sua forma que determina seu uso. Embora o espaço público atual conserve determinados princípios e símbolos de abertura, heterogeneidade e igualdade, suas características são resultados também das relações sociais que trabalham ou se impõem sobre esse substrato material. Assim, acreditamos ser importante repensar as possibilidades de inclusão e de heterogeneidade social nos espaços públicos numa sociedade marcada por desigualdades sociais gritantes. Isso não implica desmerecer a importância desses espaços basilares e característicos da cidade moderna, mas considerar os limites que a forma do espaço público encontra frente a relações sociais desiguais e hierarquizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de classificação econômica Brasil**. [S.l.], ABEP, 2010. Disponível em: <<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=301>> Acesso em: 22 fev 2011.

BARCELLOS, Tanya M. de; MAMMARELLA, Rosetta. O Significado dos Condomínios Fechados no Processo de Segregação Espacial das Metrôpoles. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2007, Belém. **Anais...** Belém: ANPUR, 2007.

_____. As falácias sedutoras de um novo produto imobiliário globalizado: os condomínios fechados. In: ALONSO, José Antônio; MAMMARELLA, Rosetta; BARCELLOS, Tanya (Orgs.). **Território, economia e sociedade: Transformações da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, FEE, 2009. p. 205-242.

BECKER, Débora. **Condomínios horizontais fechados: avaliação de desempenho interno e impacto físico-espacial no espaço urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa da Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, 2005.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-57.

BISSÓN, Carlos Augusto. **Moinhos de Vento: histórias de um bairro de Porto Alegre**. Porto Alegre: IEL; Editora da Cidade, 2009. 227 p.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. "Elite(s)". In: _____. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. 653 p.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

_____. Efeitos de lugar. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 159-166.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 311 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 Ltda./ Edusp, 2000. 399 p.

_____. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.

CARNEIRO, Luis Carlos; PENNA, Rejane. **Porto Alegre: de aldeia à metrópole**. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira; Oficina da História, 1992. 176 p.

CATTANI, Antonio David; KIELING, Francisco dos Santos. A escolarização das classes abastadas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 18, jul/dez. 2007.

FIALHO, Daniela Marzola. Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [On line], Coloquios, 2007, Puesto en línea el 12 mars 2007. Disponível em: <<http://serqueira.com.br/extra/cart-urb.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 444 p.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Gentrificação e (re)organização urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre (1965-1995)**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. In: _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 35-98.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades) In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.

HAMNETT, C. Les aveugles et l'éléphant : l'explication de la gentrification. **Strates**, [S.l.], n. 9, 1997. Disponível em: <<http://strates.revues.org/611>> Acesso em: 25 jul. 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 510 p.

JANOSCHKA, Michael. Nordelta – ciudad cerrada. El análisis de un nuevo estilo de vida en el gran Buenos Aires. **Scripta Nova**: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v. VII, n. 146(121), 1 ago. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(121\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(121).htm)> Acesso em: 12 ago. 2008.

KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n. 75, p. 171 -189, dez. 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 178 p.

LOJKINE, Jean. Da política estatal à política urbana: O papel do Estado na urbanização capitalista. In: _____. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Martins Fontes, 1981. p. 121-174.

MANFREDO, Maria Teresa. **Desigualdades e produção do espaço urbano**: O caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, UNICAMP, 2007.

MEDEIROS, Marcelo. As teorias da estratificação da sociedade e o estudo dos ricos. **Texto para discussão IPEA**. Texto nº 998. Brasília, nov. 2003. 29 p.

MILSS, C. Wright. A elite do poder: militar, econômica e política. In: **Charles Wright Mills**: sociologia. São Paulo: Ática, 1985. 216 p.

_____. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 421 p.

MOURA, Cristina Patriota de. **A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo**. Série Antropologia, vol. 407, Brasília: DAN/UnB, 2006.

NETTO, Vinicius de Moraes. **Dinâmica das classes e o espaço**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa da Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, 1999.

ORTIZ, Renato. Mondialisation et nouveaux lieux de la culture : un débat sur le Brésil. In : DELER, Jean- Paul; LE BRIS, Émile; SCHNEIER, Graciela (Orgs.). **Les métropoles du Sud au risque de la culture planétaire**. Paris: Karthala, 1998. p. 131-141. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=pcnP4kgxxScC&>

printsec=frontcover&dq=LES+M%C3%89TROPOLES+DU+SUD+AU+RISQUE&source=bl&ots=O-nWM_uLzP&sig=NZwKQzKwJPFqub6CQVMAuL61-Jk&hl=pt-BR&ei=xe5RTLjDAsWHuAfA-ZDLBA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBQQ6AEwAA> Acesso em: 20 jul. 2010.

QUADROS, Caroline Souza de. **Vivendo em separado**: estudo de um condomínio fechado de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

REIS, Vanessi. **Exteriorização dos interiores dos bares noturnos de Porto Alegre**: bordas das ruas Fernando Gomes e da Padre Chagas. Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis, 2003. Monografia (Especialização em Arquitetura de Interiores), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura de Interiores, Centro Universitário Ritter dos Reis, 2003.

SANHUDO, Ary Veiga. Porto Alegre: crônicas de minha cidade. Porto Alegre: IEL; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979. 307 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006. 384 p.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 190 p.

SCHAPIRA, Marie-France Prévôt. Amérique Latine: la ville fragmentée. **Esprit**, [n. 258], p. 128-144, nov. 1999.

_____. Segregação, fragmentação, secessão: a nova geografia social de Buenos Aires. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 56, p. 169-183, mar. 2000.

_____. Métropoles d'Amérique Latine: de l'espace public aux espaces privés. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, n. 35, p. 15-19, [2002?].

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUE-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 123 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967. 320 p.

SVAMPA, Maristella. **Los que ganaron**: la vida en los countries y barrios privados. Buenos Aires: Biblos, 2008. 301 p.

UEDA, Vanda; NORMANN, Tássia Coser; ROLIM, Rafael Gonçalves. Caracterizando os novos empreendimentos imobiliários e as transformações recentes no espaço urbano de Porto Alegre/ Brasil. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v. IX, n. 194 (12), 1 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-12.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009. p. 75-103.

VALVERDE, Rodrigo R. H. Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP**: Espaço e tempo, São Paulo, n. 15, p. 119-126, 2004.

VETTER, David Michel; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana? Uma teoria de causação circular. In: MACHADO da SILVA, Luis Antonio. (Org.) **Solo Urbano**: Tópicos sobre o Uso da Terra. Rio de Janeiro: Zahar, [1982]. p. 49-77.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. 373 p.